



**INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL *CAMPUS* CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JOANNE ROMÃO DE OLIVEIRA

**COORDENAÇÕES DE CURSOS TÉCNICOS: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO
PROFISSIONAL NA BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO, COM BASE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Campo Grande, MS

2024

JOANNE ROMÃO DE OLIVEIRA

**COORDENAÇÕES DE CURSOS TÉCNICOS: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO
PROFISSIONAL NA BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO, COM BASE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Campo Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Dante Alighieri Alves de Mello

Campo Grande, MS

2024

O48c Oliveira, Joanne Romão de

Coordenações de cursos técnicos: perspectivas da atuação profissional na busca pela integração entre ensino, pesquisa e extensão, com base na teoria histórico-cultural / Joanne Romão de Oliveira. – Campo Grande-MS, 2024.

120 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Dante Alighieri Alves de Mello. Inclui

apêndices.

1. ProfEPT. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Coordenador de curso. 4. Indissociabilidade. I. Mello, Dante Alighieri Alves de. II. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.



Ata de Exame de Defesa de Dissertação

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMS)

Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas, reuniu-se por webconferência a banca examinadora composta pelos membros: Prof. Dr. Dante Alighieri Alves de Mello (IFMS), Prof. Dr. Aislan Vieira de Melo (IFPR), Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito (IFG), sob a presidência do primeiro, para avaliação do trabalho da estudante: Joanne Romão de Oliveira, CPF 033.189.731-81, Linha de Pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "COORDENAÇÕES DE CURSOS TÉCNICOS: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM BASE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL" e orientação de Dante Alighieri Alves de Mello. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os membros. A seguir, concedeu a palavra à estudante, que expôs o seu Trabalho de Conclusão de Curso. Terminada a exposição, os membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da banca fez suas considerações. A seguir, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e emitiu, em seguida, parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR	AValiação
Dr. Dante Alighieri Alves de Mello - Orientador	APROVADO
Dr. Aislan Vieira de Melo - Externo	APROVADO
Dr. Wanderley Azevedo de Brito - Interno	APROVADO

RESULTADO FINAL:

Aprovação () Reprovação

A banca examinadora validou também o produto educacional intitulado "DIÁLOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: COORDENAÇÕES DE CURSOS".

Nada mais havendo a ser tratado o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Dante Alighieri Alves de Mello
Presidente da Banca Examinadora

Estudante
Joanne Romão de Oliveira

Documento assinado eletronicamente por:

- Dante Alighieri Alves de Mello, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2024 09:47:18.
- Joanne Romao de Oliveira, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 11/12/2024 09:51:45.
- Aislan Vieira de Melo, Aislan Vieira de Melo - Membro(a) de banca de mestrado - Ifpr (1), em 11/12/2024 10:24:03.
- Wanderley Azevedo de Brito, Wanderley Azevedo de Brito - Membro(a) de banca de mestrado - Ifgoiano, Campus Avançado Ipameri (10651417000844), em 14/12/2024 15:19:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 496755
Código de Autenticação: ab2394adbb



A Diego Magro (esposos), meu incentivador, aconselhador, braço direito nesta caminhada. A Bernardo Magro (filho) e Teodoro Magro (filho), que são minhas razões de viver. Aos meus familiares e a todos que contribuíram com a realização deste mestrado.

AGRADECIMENTOS

A cada passo dado neste caminho, carreguei forças, renúncias e esperanças de que é possível transformar adversidades em conquistas. Esta conquista é um testemunho de que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, a determinação e o sonho de um futuro melhor podem nos levar longe.

Agradeço à minha família e aos amigos, cujos esforços e apoio emocional sempre foram a base da minha jornada. Cada vitória carrega a marca daqueles que nos apoiaram e acreditaram em nós.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas com quem eu conversei neste percurso, principalmente bons amigos que fiz no IFMS. Com vocês, eu pude partilhar bons conselhos, sentimentos e encorajamentos. Tenho aqui o reflexo de muitas pessoas que acreditaram no potencial deste projeto, foram essenciais e tornaram essa jornada menos solitária.

Aos amigos que o mestrado me deu, obrigada por dividir bons momentos, boas apresentações, bons lanchinhos, bons estudos e boas conversas, em especial, Inêz e Wilmara, minhas “florzinhas”, que sempre estiveram ao meu lado com apoio incondicional, risadas contagiosas e palavras de incentivo.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor. Dante Alighieri Alves de Mello, por cada orientação valiosa, por cada palavra de motivação, pela paciência durante todo o processo de pesquisa e escrita e por me mostrar a luz quando tudo era escuridão.

Agradeço também aos docentes do mestrado e aos membros da banca examinadora, Professor Doutor Wanderley Azevedo de Brito e Professor Doutor Aislan Vieira de Melo, pela revisão detalhada e pelos comentários enriquecedores que ajudaram a aprimorar esta dissertação.

Peço remissão à minha eu do passado, que, neste longo percurso, desistiu inúmeras vezes; agradeço a minha eu do presente, por ter continuado a trilha árdua e permaneceu firme no propósito. E a você, do futuro: vista-se de coragem e acredite: você é capaz.

Por meio da educação, pude mudar a minha história. Que esta vitória inspire outras a acreditarem em si mesmas e a lutar pelos seus objetivos, pois a persistência e a força interior são capazes de transformar vidas.

Muito obrigada!

*“Nossa maior fraqueza está em desistir.
O caminho mais certo de vencer é tentar mais uma vez”.*
Atribuída a Thomas Edison

RESUMO

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, as práticas dos servidores que atuam na gestão de uma instituição vislumbram o cumprimento de seus objetivos institucionais. Inserido na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), este trabalho objetivou verificar se a prática profissional, as atribuições e as responsabilidades dos coordenadores de curso contemplam a efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O princípio é referência para o modelo educacional proposto pelos Institutos Federais, sendo contemplado na missão institucional do IFMS. Este estudo é qualitativo, de natureza aplicada quanto à sua finalidade, e exploratório e descritivo em relação aos seus objetivos. A coleta de dados deu-se pela pesquisa bibliográfica, levantamento documental e entrevista semiestruturada. Apoiados na abordagem histórico-cultural de Vygotsky, o referencial teórico englobou o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação do produto educacional, além de articular-se à análise dos resultados por meio da análise microgenética. Os dados indicaram que, embora os coordenadores reconheçam a importância do princípio, muitos enfrentam desafios institucionais e operacionais que dificultam sua implementação plena. Isso reforça a necessidade de uma estrutura institucional mais comunicativa e que forneça mais capacitações voltadas ao aprimoramento das práticas de gestão. A microgenética aplicada à análise das entrevistas permitiu compreender as transformações nas práticas dos coordenadores ao longo do tempo. O produto educacional elaborado foi um *e-book*: “Coordenações de curso: diálogos entre ensino, pesquisa e extensão”. Os participantes da pesquisa destacaram sua importância como ferramenta de orientação inicial e suporte para novos coordenadores, considerado útil para facilitar o diálogo na comunidade acadêmica. No entanto, foi sugerido que o *e-book* seja complementado com uma formação mais ampla e que seja atualizado regularmente para se manter relevante. No geral, foi visto pelos participantes como um recurso valioso, com potencial para contribuir significativamente para o desempenho dos coordenadores de curso.

Palavras-Chave. ProfEPT, Educação Profissional e Tecnológica, Coordenador de Curso, Indissociabilidade.

ABSTRACT

As part of the Professional and Technological Education sector, the praxis of the civil servants who work in the management of an institution aims to fulfill its institutional objectives. As part of the research focus called "Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT)" of the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education in the National Network (ProfEPT), this work aimed to verify whether the professional practice, attributions, and responsibilities of course coordinators contemplate the implementation of the principle of indissociability between teaching, research, and extension. The principle is a reference for the educational model proposed by the Federal Institutes and is included in the institutional mission of the IFMS. This is a qualitative study, applied in nature in terms of its purpose, and exploratory and descriptive in terms of its objectives. The data was collected through a literature search, a documentary survey, and semi-structured interviews. Supported by Vygotsky's cultural-historical approach, the theoretical framework encompassed the planning, development, and application of the educational product, including the analysis of the results using microgenetic analysis. The data showed that although the coordinators recognize the importance of the principle, many face institutional and operational challenges that hinder its full implementation. This reinforces the demand for a communicative institutional structure that fosters more training aimed at improving management practices. The microgenetics approach applied to analyzing the interviews allowed for an understanding of the changes in the coordinators' practices over time. The educational product created was an e-book called "Dialogues between Teaching, Research, and Extension: Course Coordination". The research participants highlighted its value as an initial orientation and support tool for new coordinators, which is useful for facilitating dialogue within the academic community. However, it was suggested that the e-book should be complemented with broader training and it must be updated periodically to ensure its relevance. Overall, participants saw it as a valuable resource with the potential to contribute significantly to the course coordinators' performance.

Keywords: ProfEPT, Professional and Technological Education, Course Coordinator, Indissociability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resultados do levantamento bibliográfico no Portal Periódicos Capes.....	37
Quadro 2	Resultados do levantamento bibliográfico na BDTD e Observatório ProfEPT.....	39
Quadro 3	Documento Institucional – Regulamento.....	46
Quadro 4	Transcrição da entrevista de C6	50
Quadro 5	Concepção teórica dos participantes sobre o princípio da indissociabilidade.....	56
Quadro 6	Concepção teórica sobre o ensino.....	58
Quadro 7	Concepção teórica dos participantes a respeito da pesquisa....	60
Quadro 8	Resposta dos participantes quanto às suas concepções.....	63
Quadro 9	Contribuições dos participantes para o produto educacional....	74
Quadro 10	Sugestões e comentários dos participantes.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Características dos participantes.....	49
Tabela 2	Motivos que dificultam a integração segundo os participantes..	73
Tabela 3	Tipo de produto educacional sugerido pelos participantes.....	75
Tabela 4	Análise quantitativa para as perguntas 2.1, 2.2 e 2.3.....	78
Tabela 5	Perguntas 3.1, 3.2 e 3.3.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceitos de Cursos
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEREL	Central de Relacionamento
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COGEA	Coordenação de Gestão Acadêmica
COTEC	Coordenação de Cursos Técnicos
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COERI	Coordenação de Extensão e Relações Institucionais
COPEI	Coordenação de Pesquisa e Inovação
DIREB	Diretoria de Educação Básica
DIRGE	Direção-Geral
DIREN	Diretoria de Ensino
EPE	Ensino, Pesquisa e Extensão
FCC	Função Comissionada de Coordenação de Curso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Institutos Federais
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
MOOC	(<i>Massive Online Open Course</i>). Tradução: (Curso Aberto Online
Massivo)	
NDP	Nível de Desenvolvimento Potencial
NDR	Nível de Desenvolvimento Real
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino do IFMS
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Princípio da indissociabilidade: empréstimo das universidades aos Institutos Federais.....	17
2.2	Os caminhos do ensino, da pesquisa e da extensão nos Institutos Federais.....	21
2.3	Os coordenadores de cursos e a relação com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.....	23
2.4	A Teoria Histórico-Cultural.....	25
3	METODOLOGIA.....	32
3.1	Caracterização da pesquisa.....	32
3.2	Etapas e Instrumentos de Coleta de Dados.....	32
3.3	Aspectos Éticos.....	35
4	RESULTADOS E ANÁLISES.....	37
4.1	A terminologia “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” nos Institutos Federais.....	37
4.2	A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos documentos institucionais.....	41
4.3	Concepção teórica sobre o princípio da indissociabilidade e as percepções em relação à atuação profissional dos coordenadores de curso.....	49
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	74
5.1	Planejamento e desenvolvimento.....	74
5.2	Aplicação e avaliação.....	77
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A – Parecer do Comitê de Ética – CEP.....	94
	APÊNDICE B – Autorização da Pesquisa no Campus.....	98
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	99
	APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista.....	102
	APÊNDICE E – Formulário aplicação do Produto Educacional....	103
	APÊNDICE F – Produto Educacional.....	112

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui apresentamos foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), que integra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892/2008. Esta lei define que um dos objetivos dos Institutos Federais é a realização de pesquisas aplicadas e o desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Determina, ainda, como umas das finalidades dos Institutos Federais, o desenvolvimento de programas de extensão, divulgação da ciência e da tecnologia, a realização e o estímulo à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 2008).

A lei de criação dos Institutos Federais equipara tais instituições às universidades, o que permite um empréstimo conceitual quanto ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, passando este a ser defendido como princípio necessário não somente no ensino superior, mas também nos cursos técnicos integrados de nível médio. O IFMS, em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), apresenta o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um critério articulador de sua proposta educacional. Desta forma, o ensino ofertado permite a realização de pesquisas, que retroagem por meio da produção de saberes. No caso da extensão, a atividade de socialização do conhecimento permite o *feedback* para o ensino e a pesquisa (IFMS, 2018a).

A passagem laboral da pesquisadora no setor de Coordenação de Cursos do *Campus* Campo Grande do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e a busca por contínuas melhorias nos processos gerenciais nos motivaram ao problema de pesquisa: investigar como os coordenadores de cursos percebem a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em suas práticas profissionais, se os documentos institucionais contemplam essa integração entre as áreas de EPE e se a integração entre ensino, pesquisa e extensão é, de fato, executada de forma efetiva pelos coordenadores de cursos, considerando suas estratégias, desafios e impactos no cotidiano acadêmico.

A indissociabilidade implica um esforço de superar o modelo de educação reprodutivista, de forma a adotar um modelo que envolva a produção e a transmissão do saber científico produzido de forma integrada às demandas da sociedade. Tal

modelo exige uma transformação na organização das instituições, que passam a estimular o fazer científico, com pesquisas que avancem do saber descontextualizado para uma construção científica e tecnológica direcionada ao desenvolvimento local e regional (Moita; Andrade, 2009).

Conforme Tauchen e Favero (2011), as políticas de gestão precisam fomentar a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma que a indissociabilidade deve ser considerada institucionalmente, sendo vinculada no Projeto Pedagógico Institucional e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Daí a relevância dos coordenadores de curso enquanto gestores e coordenadores das atividades desenvolvidas para a execução do que está definido nos documentos institucionais.

Tendo em conta tal aspecto, na delimitação da pesquisa, os Coordenadores de Cursos do Ensino Médio Integrado e os Coordenadores de Extensão e de Pesquisa foram o objeto de estudo, considerando que o Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica orienta, em seus Regulamentos Geral e Anexo (IFES, 2018), que os trabalhos do programa tenham foco no Currículo Integrado e no Ensino Médio Integrado. Para tanto, analisamos os documentos que possuem as coordenações de cursos como tema central e investigamos como acontece a gestão dos coordenadores de curso, suas experiências e possíveis contribuições.

As questões problematizadoras que direcionaram nossa pesquisa foram: qual a percepção dos coordenadores de cursos na promoção da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (EPE) em sua atuação profissional? Os documentos institucionais contemplam a integração entre as áreas EPE? A integração do EPE é executada pelos coordenadores de cursos?

Para a efetivação desta pesquisa, realizamos um levantamento na literatura das características da terminologia “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”; mapeamos as ações/atividades dos coordenadores de cursos nos documentos institucionais que contemplam a integração do ensino, da pesquisa e da extensão; verificamos a concepção teórica dos coordenadores de cursos sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e suas percepções em relação à atuação profissional; produzimos um *e-book* para auxiliar os coordenadores de curso no planejamento de suas práxis profissionais seguindo a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, e, finalmente, verificamos como o *e-book*, elaborado na perspectiva histórico-cultural, contribuiu com as ações de

trabalho dos coordenadores de curso.

A pesquisa desenvolvida caracterizou-se como qualitativa, aplicada, exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, levantamento documental e entrevista semiestruturada com os coordenadores e ex-coordenadores. A abordagem histórico-cultural de Vygotsky foi escolhida como referencial teórico de aprendizagem, englobando a análise dos resultados por meio da análise microgenética e o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação do produto educacional.

Portanto, o objetivo geral, nesta pesquisa, foi verificar se as práticas dos coordenadores de curso do *Campus* Campo Grande do IFMS contemplavam a efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em sua atuação profissional, para elaborar um *e-book* que pudesse contribuir com suas ações de trabalho.

Para a efetivação do objetivo geral, seguimos os seguintes objetivos específicos:

1. Levantar as características da terminologia “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”;
2. Mapear as ações/atividades dos coordenadores de cursos nos documentos institucionais que contemplam a integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
3. Verificar a concepção teórica dos coordenadores de cursos sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e suas percepções em relação à atuação profissional;
4. Produzir um *e-book* (produto educacional) para auxiliar os coordenadores de curso no planejamento de suas práxis profissionais, seguindo a integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
5. Verificar como o produto educacional desenvolvido na perspectiva histórico-cultural poderá contribuir com as ações de trabalho dos coordenadores e demais servidores.

Assim, apresentamos, a seguir, os referenciais que nos forneceram a base teórica necessária para atendermos aos objetivos da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Princípio da indissociabilidade: empréstimo das universidades aos Institutos Federais

Podemos ver os primeiros indícios sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Art. 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que menciona as características das universidades e o que elas devem seguir:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996).

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (Brasil, 1988).

Neste trecho, há duas afirmações importantes: a primeira de que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a segunda de que o que está disposto no artigo se aplica às instituições de pesquisa científica e tecnológica. No contexto histórico da homologação da Constituição Federal, em meados da década de 1980, houve um avanço educacional neste período de construção da democracia brasileira, e iniciou-se o fortalecimento da indissociabilidade como prática pedagógica.

Este conceito ainda é parte integrante dos cinco princípios da Extensão Universitária (FORPROEX, 2001), contido nas diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). A terceira diretriz é a indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão e determina que “as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)” (FORPROEX, 2001, p. 18).

Em 2008, o governo homologou a Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), por meio da qual criou os Institutos Federais, dando início a um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, baseado nas organizações anteriores e já existentes, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas vinculadas às universidades federais, buscando o desenvolvimento educacional e socioeconômico do país, o fomento da formação profissional e a difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

A proposta dos Institutos Federais é ofertar a educação profissional tecnológica em diversos níveis e modalidades, agregando a formação acadêmica à preparação para o mundo do trabalho. Inclusive, busca uma concepção de formação humana, integrando todas as dimensões da vida (o trabalho, a ciência e a cultura) no processo educativo.

Os Institutos Federais propõem formação omnilateral dos sujeitos, permitindo a construção de vínculos em diferentes níveis de formação profissional, possibilitando uma conexão entre a teoria e a prática, com metodologias encaixando-se em cada ação, estabelecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Destacamos da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), parágrafo 1º do Art. 2º, que os Institutos Federais são equiparados às universidades. Neste sentido, podemos fazer uma relação de que há um empréstimo conceitual para que os IFs obedeçam ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Há uma iniciação deste conceito na educação profissional técnica de nível médio, cujas ações, até então, ocorriam somente em nível superior nas universidades.

Ressaltando a importância desse princípio para a educação profissional, corroboramos com as definições de Dias (2009, p. 39-40):

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e estudantes e professores constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

Este princípio apoiado pelas legislações vislumbra mudanças significativas na formação dos estudantes e nos processos de ensino e aprendizagem, fornecendo uma base didático-pedagógica fortalecida para a educação.

O ensino, a pesquisa e a extensão são atividades que se complementam mutuamente. O ensino é enriquecido quando os professores estão envolvidos em projetos de pesquisa, pois eles trazem conhecimentos atualizados para a sala de aula. A extensão, por sua vez, leva o conhecimento gerado na pesquisa e no ensino para a comunidade, aplicando-o em contextos reais.

Rays (2003) entende que a indissociabilidade é compreendida como um processo que carrega em si a característica da omnilateralidade em constante desenvolvimento, promovendo a interatividade crítica. Essa interatividade, por sua

vez, rompe com a cultura que separa ensino, pesquisa e extensão.

Na prática acadêmica, há uma interconexão intrínseca de atividades com relação ao ensino, pesquisa e extensão. Se corretamente integradas, essas atividades não apenas permitem melhorar os métodos de ensino, mas também enriquecem o processo educativo como um todo. Elas promovem a aplicação de práticas pedagógicas inovadoras, que atendem às necessidades diversas dos estudantes, e proporcionam os aspectos didáticos essenciais para o desenvolvimento profissional.

Marise Ramos destaca que podemos relacionar essa conceituação de integração ao processo de ensino-aprendizagem:

O conceito de integração, entretanto, vai além da forma. Não se trata de somar os currículos e/ou as cargas horárias referentes ao ensino médio e às habilitações profissionais, mas sim de relacionar, internamente à organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, conhecimentos gerais e específicos; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia. A construção destas relações tem como mediações o trabalho, a produção do conhecimento científico e da cultura (Ramos, 2010, p. 51).

Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, cria-se um ambiente propício para a redução das tradicionais dicotomias que frequentemente fragmentam o processo educativo. Essa integração permite uma abordagem mais holística, na qual a teoria e a prática se complementam de maneira harmônica, enriquecendo o aprendizado. A relação entre sujeito e objeto torna-se mais dinâmica, promovendo uma interação mais profunda entre o conhecimento teórico e sua aplicação prática. Além disso, a união de empiria e razão fortalece o desenvolvimento de uma compreensão mais equilibrada e crítica, sendo a experiência prática analisada e interpretada à luz do conhecimento teórico, contribuindo para uma formação mais completa e integrada dos estudantes.

Reforçando essa ideia, Couto (2020, p. 29) abordou que:

A materialização da indissociabilidade abrange benefícios para o aluno, para o professor e para sociedade. E, por isso, este princípio constitucional precisa ir além da lei e materializar-se no cotidiano escolar, por meio do desenvolvimento de pesquisas, com os mais diferentes objetos e perspectivas que o envolvam e, dando suporte teórico-metodológico, de vivências, de experienciamentos, de discussão para o ambiente escolar.

A indissociabilidade é um princípio crucial que demonstra a integração entre ensino, pesquisa e extensão dentro do ambiente escolar. A educação não deve ser fragmentada, e este princípio pode oferecer uma experiência educativa mais rica e contextualizada ao unir teoria e prática de forma coerente e significativa. Isso não só

melhora a compreensão e o aprendizado, mas também prepara o estudante para desafios reais, promovendo habilidades que vão além do conteúdo curricular. Para que a indissociabilidade se torne uma realidade concreta, e não apenas uma diretriz legal, é essencial que as práticas educacionais sejam moldadas por pesquisas e vivências práticas. É necessário que haja um suporte teórico e metodológico robusto que permita a integração efetiva desses elementos no cotidiano escolar. Isso requer um compromisso com a inovação pedagógica e a colaboração entre todas as partes envolvidas, criando um ambiente educativo que não só ensina, mas que também aprende e evolui junto com a sociedade. Araujo e Frigotto (2015) compartilharam do mesmo entendimento, sendo necessário pensar estratégias de organização curricular e de ensino que favoreçam a superação da visão fragmentária e linear da realidade e tornem possível o projeto de formação orientado pela ideia de integração.

As superações das diversas dicotomias são destacadas por Puhl e Dresch (2016), que buscam explorar as implicações e possibilidades resultantes da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Eles evidenciam o papel fundamental dessa integração na construção de uma educação mais dinâmica, colaborativa e transformadora:

A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão possibilita novas formas pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos, efetivando a interdisciplinaridade. Ela oportuniza também superar a dicotomia entre teoria/prática, sujeito/objeto, empiria/razão, constituindo outro fundamento epistêmico (Puhl; Dresch, 2016, p. 38).

Ao unir esses três pilares, cria-se um ambiente mais coeso e dinâmico para a produção e a socialização do conhecimento, que não apenas reforça a relevância prática da teoria, mas também permite que a prática seja enriquecida por uma base teórica sólida.

Moita e Andrade (2009) exemplificaram como relações duais se correlacionariam: a articulação entre ensino e extensão reflete uma formação voltada para os problemas da sociedade, ausente de pesquisa, que é crucial para a produção do conhecimento científico; a combinação de ensino e pesquisa pode avançar áreas como a tecnologia, mas corre o risco de perder a compreensão ético-político-social necessária para atender adequadamente a sociedade. E no final, quando se exclui o ensino da pesquisa e da extensão, pode-se perder a dimensão formativa, essencial no aprendizado.

2.2 Os caminhos do ensino, da pesquisa e da extensão nos Institutos Federais

Buscando significados para o ensino, a pesquisa e a extensão, percebemos que essas áreas são consideradas por Dias (2009) como tripé universitário, assim como Maciel (2017) e Ramos (2018), que nomeiam como tripé ensino-pesquisa-extensão, de modo que ainda é utilizado o termo tríade para referenciá-las, conforme apresentado nos artigos de Arbex e Araújo (2019) e Almeida e Conceição (2022).

O objetivo principal da educação profissional e tecnológica é promover o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do país, contribuindo para a formação de profissionais aprimorados e para o desenvolvimento regional, destacando os incisos III e IV do art. 7 da Lei nº 11.892, que trazem como objetivos da EPT:

- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (Brasil, 2008).

Esses objetivos auxiliam na busca pelo propósito de fomentar o avanço de soluções técnicas e tecnológicas, com o intuito de ampliar os benefícios resultantes para a comunidade, promovendo iniciativas de extensão, com especial ênfase na produção, no desenvolvimento e no compartilhamento de conhecimentos científicos e tecnológicos.

O ensino, nestas instituições, abrange uma ampla gama de níveis e modalidades, incluindo educação básica, técnica e tecnológica, ensino superior e pós-graduação. A possibilidade de o estudante mudar de nível dentro da mesma instituição é denominada verticalização. As instituições oferecem cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

As vastas opções educacionais disponíveis possibilitam aos estudantes selecionarem o percurso que mais corresponde às suas aspirações e metas profissionais. Conforme Araújo (2014, p. 68), a formação dos estudantes envolve diversas capacidades: “de trabalhar, de conviver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social”.

Este é um importante compromisso da EPT na formação humana, integral e omnilateral, a formação politécnica, que integra todas as dimensões da vida: trabalho, ciência e cultura. Ciavatta e Ramos (2012, p. 31) destacam que “tal concepção pode orientar tanto para educação geral quanto para a profissional”.

Dentro dos Institutos Federais, a pesquisa tem um compromisso sólido com a aplicabilidade e a inovação. Ocorre o desenvolvimento de projetos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, muitas vezes em colaboração com outras instituições de ensino superior, empresas e órgãos governamentais. A pesquisa contribui para a produção de conhecimento científico, tecnológico e social, além de promover soluções para desafios locais e regionais.

A pesquisa supera limites e não se restringe a um grupo específico de indivíduos: é um processo intrínseco à natureza humana, que se manifesta em diversos contextos, como a sociedade, o ambiente de trabalho, a escola e além dela. Não se trata de uma atividade exclusiva do ensino superior; a educação profissional desempenha um papel significativo nesse processo. É impossível abordar temas relacionados à ciência e tecnologia sem considerar a pesquisa como componente essencial na promoção da integração com a sociedade. Para Pacheco (2010, p. 25):

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação do saber na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global.

Quando a pesquisa é adotada como fundamento pedagógico e educacional, ela estimula a busca contínua pelo conhecimento, fortalecida pela prática de analisar criticamente a realidade. Isso capacita os indivíduos a gerarem conhecimento de maneira reflexiva, rompendo com o modelo tradicional de ensino, que simplesmente transmite e reproduz informações de forma fragmentada.

A extensão é uma parte essencial da missão dos Institutos Federais e se manifesta por meio de projetos e programas que levam o conhecimento produzido dentro das instituições para a comunidade. No âmbito do IFMS, a “extensão é uma das três bases de condução dos processos formativos na instituição, integrada ao ensino e à pesquisa” (IFMS, 2018b, p. 66).

A extensão representa um mecanismo de interligação entre a instituição e diversos setores da sociedade, envolvendo a disseminação do conhecimento acumulado e a partilha de experiências. O engajamento em atividades de extensão não apenas renova as abordagens acadêmicas, mas também contribui para a formação holística dos estudantes, uma vez que está intrinsecamente ligada ao cenário social, econômico e cultural.

Isso inclui cursos, capacitações, eventos, palestras, projetos sociais, culturais e tecnológicos que têm o objetivo de beneficiar a sociedade em geral. A extensão também proporciona aos estudantes a oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido na sala de aula em situações reais, contribuindo para sua formação integral e para o desenvolvimento local.

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS, a extensão:

[...] é um processo de conexão entre a instituição e outros setores da sociedade, por meio da transferência dos conhecimentos gerados e da troca de experiências. A prática extensionista possibilita a renovação de métodos acadêmicos e a formação integral dos estudantes, pois relaciona-se com o contexto social, econômico e cultural (IFMS, 2018b, p. 67).

Além disso, os Institutos Federais têm uma forte conexão com o setor produtivo, promovendo parcerias com empresas e indústrias locais, o que facilita a inserção de estudantes no mercado de trabalho e estimula o desenvolvimento econômico regional.

A educação profissional nos Institutos Federais desempenha papel crucial na formação de recursos humanos avançados, na produção de conhecimento científico e tecnológico e no fortalecimento das comunidades em que estão inseridos. Eles representam um importante pilar do sistema de educação brasileiro e contribuem significativamente para o desenvolvimento do país em diversas áreas.

2.3 Os coordenadores de cursos e a relação com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em muitos momentos e contextos educacionais, possui diversos responsáveis para sua efetivação. No entanto, queremos enfatizar o papel dos coordenadores de cursos na busca por esse preceito constitucional.

Os coordenadores de curso desempenham um papel fundamental na educação, atuando nessas três áreas-chave. Eles são responsáveis por liderar e

coordenar todas as atividades relacionadas ao curso, garantindo a qualidade do ensino oferecido, promovendo a pesquisa acadêmica e facilitando a extensão.

No ensino, os coordenadores de curso são os principais responsáveis por garantir a qualidade nas suas áreas específicas. Uma das funções dos coordenadores envolve o desenvolvimento do currículo. Eles participam da elaboração e da atualização dos programas de estudo, garantindo que estejam atualizados e alinhados com as necessidades do mundo do trabalho e as tendências na área de conhecimento. No IFMS, os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) são de responsabilidade dos coordenadores de curso, e, no Regimento Geral do IFMS, consta como atribuição: “administrar o acervo dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos técnicos” (IFMS, 2017, p. 56).

Outra função dos coordenadores, garantida pelo documento institucional Diretrizes de Gestão de Atividades Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão do IFMS (IFMS, 2018a), é auxiliar na elaboração de planos de aulas, na escolha de métodos de ensino adequados e na criação de estratégias de avaliação que permitam medir o progresso dos alunos de forma eficaz. O apoio aos professores é essencial para garantir que estejam bem preparados para ministrar suas disciplinas, proporcionando orientação, recursos e treinamento quando necessário.

Os coordenadores monitoram o desempenho dos alunos e intervêm quando necessário, oferecendo suporte acadêmico e orientação. No Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFMS (IFMS, 2023), o coordenador de curso está envolvido em muitas áreas acadêmicas.

A pesquisa é uma parte crucial do ambiente acadêmico, e os coordenadores desempenham um papel importante na promoção da pesquisa em seus cursos. Suas responsabilidades incluem estímulo à pesquisa, incentivando os professores e alunos a se envolverem em projetos de pesquisa, buscando financiamento, parcerias e recursos.

Envolvem-se nas ações de fomento à interdisciplinaridade, promovendo a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento, facilitando a realização de pesquisas interdisciplinares que possam abordar problemas complexos de maneira abrangente.

Na extensão, os coordenadores de curso desempenham um papel importante na aplicação prática do conhecimento gerado na instituição em benefício da comunidade. O desenvolvimento de projetos conecta a comunidade acadêmica com

a comunidade externa, com a sociedade, abordando questões sociais, econômicas e culturais.

Os coordenadores podem auxiliar na avaliação do impacto dos projetos de extensão, garantindo que estejam alinhados com as necessidades da comunidade e que produzam resultados tangíveis.

Por fim, os coordenadores de curso desempenham um papel multifacetado na educação, atuando nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, para garantir uma educação de qualidade, promover a pesquisa acadêmica e conectar a instituição com a sociedade. Nesse contexto, a teoria histórico-cultural de Vygotsky oferece um aporte teórico fundamental para compreender como as interações sociais e culturais no ambiente acadêmico influenciaram o desenvolvimento profissional dos coordenadores e a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo Vygotsky (2009), o desenvolvimento de conceitos ocorre por meio das interações mediadas, e os coordenadores, ao promoverem o diálogo entre docentes, discentes e a gestão, funcionam como mediadores cruciais no processo de aprendizagem coletiva. Essas interações promovem a construção conjunta do conhecimento, integrando as diversas áreas de atuação de forma indissociável e alinhada às demandas sociais e institucionais. A seguir, exploraremos mais profundamente a teoria histórico-cultural, mostrando como ela sustenta o papel estratégico dos coordenadores de curso no fortalecimento da educação profissional e tecnológica.

2.4 A Teoria Histórico-Cultural

Lev Semionovitch Vygotsky (1998) foi um grande estudioso bielo-russo que se dedicou a pesquisar, no âmbito da psicologia, assuntos específicos, como a relação do pensamento e da linguagem, a natureza do desenvolvimento da criança e a influência da instrução no desenvolvimento. Nasceu em 1896 e faleceu, com 38 anos, em 1934. A maior parte dos seus estudos se deram no contexto histórico da Revolução Russa, período no qual a psicologia passava por uma dicotomia teórica entre duas abordagens divergentes: uma seguia as características de ciência natural, com enfoque nos processos elementares sensoriais e reflexos, e a outra abordagem, com características de ciência mental, tratava dos processos psicológicos superiores.

Inicialmente, sua formação foi em Direito e Filologia e, após a Revolução Russa, iniciou sua carreira como psicólogo, trabalhando no Instituto de Psicologia em

Moscou, no ano de 1917. Na mesma cidade, no período de 1925 a 1934, Vygotsky lecionou psicologia e pedagogia. Neste momento, iniciou estudos procurando resolver a dualidade da psicologia apoiada nas concepções marxistas. Sua aproximação com o pensamento marxista evidenciou, em seus estudos, a utilização do método materialismo histórico e dialético como fonte científica para a construção da teoria. Vygotsky (1998) procurou entender o método a fundo para, então, construir sua abordagem.

Tal entendimento facilitou a instituição de um grupo de jovens cientistas, os quais se somaram aos estudos de Vygotsky, Alexander R. Luria e Alexis N. Leontiev (2005), que investigavam as anormalidades físicas e mentais. Ao fim da sua carreira, o autor estudou medicina no Instituto Médico em Moscou e lecionou psicologia na Academia de Psiconeurologia da Ucrânia.

Embora os estudos de Vygotsky (Leontiev *et al.*, 2005) sejam mais direcionados às crianças e aos adolescentes, queremos trazer um olhar de seus pensamentos para os adultos. Nesta pesquisa, a abordagem histórico-cultural nos auxilia na compreensão do funcionamento do intelecto humano, com vistas aos coordenadores de cursos dentro de uma posição social.

A abordagem histórico-cultural (Vygotsky, 1998) busca estabelecer uma conexão entre o aprendiz e o objeto de conhecimento por meio de elementos habituais, como as experiências, os objetos, as atividades e as interações que fazem parte da vida diária de uma criança, impulsionando, assim, o processo de aprendizagem de maneira eficaz, sendo “o desenvolvimento da criança [...] inevitavelmente predeterminado por dois fatores: a idade e ambiente, os dois estímulos externos a que está sujeita durante o processo educativo” (Leontiev *et al.*, p. 63-64, 2005).

O foco é dado ao impacto do contexto social e cultural na evolução humana. Essa perspectiva proporciona um entendimento abrangente sobre como as interações sociais, a cultura e a história exercem influência no desenvolvimento cognitivo e psicológico individual.

O foco de sua teoria está voltado para a interação. Apoiado nas concepções do marxismo, as mudanças históricas na sociedade e na vida material provocam mudanças na natureza humana, mental e comportamental, valendo-se o homem do uso de instrumentos e signos. Assim, para Vygotsky, “na melhor tradição de Marx e

Engels, o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura” (Vygotsky, 1998, p. 10).

O contexto social e histórico, portanto, foram fatores relevantes nos estudos do autor, dedicado a trazer significado a uma abordagem que abrangesse a descrição e a explicação das funções psicológicas superiores com:

[...] a identificação dos mecanismos cerebrais subjacentes a uma determinada função; a explicação detalhada da sua história ao longo do desenvolvimento, com o objetivo de estabelecer as relações entre formas simples e complexas daquilo que aparentava ser o mesmo comportamento; e, de forma importante, deveria incluir a especificação do contexto social em que se deu o desenvolvimento do comportamento (Vygotsky, 1998, p. 7).

Do trecho, acima entendemos que as funções psicológicas superiores partem da compreensão dos processos cerebrais subjacentes a uma função específica, por meio da análise detalhada de sua evolução durante o desenvolvimento, para, assim, estabelecer conexões entre manifestações simples e complexas do que inicialmente parece ser o mesmo comportamento, incluindo, de maneira crucial, o contexto social no qual o desenvolvimento desse comportamento ocorreu.

Portanto, as funções psicológicas superiores são as habilidades cognitivas, como memória, atenção, linguagem, pensamento, percepção. Enfim, tudo aquilo se distingue das funções elementares, que, por sua vez, são as habilidades mentais básicas que uma criança possui desde o nascimento, de origem biológica, ações involuntárias e reações imediatas, como os processos sensoriais e perceptivos, bem como respostas automáticas a estímulos.

As funções psicológicas superiores são as habilidades cognitivas mais complexas e se desenvolvem por meio da interação social e da internalização das experiências culturais. Logo, “a gênese das funções psicológicas está nas relações sociais e de que a constituição do funcionamento humano é socialmente mediada” (Goes, 2000). Vygotsky enfatizou que essas funções são mediadas por ferramentas psicológicas, que podem ser tanto objetos físicos quanto conceituais.

Vygotsky foi o precursor a sugerir um mecanismo em que a cultura é parte integrante da natureza de cada pessoa, e o ser humano, revestido de história, vai construindo através do tempo por meio das interações, daí a sua teoria ser denominada abordagem histórico-cultural. Vygotsky (1988,1987,1982 *apud* KISHIMOTO, 1994) salientou a relevância de compreender a concepção de mundo

em suas relações histórico-culturais, em suas contradições e em suas formas de organizações geradores de novos meios de vida.

Para Lucci (2006, p. 5), “o homem é um ser histórico-social, um ser histórico-cultural, o homem é moldado pela cultura que ele próprio cria”. O autor explicou que, para Vygotsky, se não ocorrer a relação com a cultura, o desenvolvimento humano não ocorrerá. Logo, o maior interesse de Vygotsky foi estudar a gênese cultural.

Os princípios do marxismo guiaram Vygotsky na identificação dos fenômenos como processos em movimentos e que passam por constantes mudanças. Todo fenômeno tem sua história que passa por mudanças qualitativas e quantitativas, e foi nessa linha de raciocínio que Vygotsky usou o método de Marx para explicar os processos psicológicos por afirmar que as mudanças históricas na sociedade e na vida produzem mudanças na natureza humana, que, por sua vez, modificam novamente a história e a sociedade, e assim por diante, em um processo dialético.

Com base na concepção de trabalho humano de Engels (1940, p.40), direcionada para a questão da especialização e do uso de instrumentos, “a especialização da mão humana – que implica os instrumentos, e o instrumento implica a atividade humana específica, a reação transformadora do homem sobre a natureza”, Vygotsky ampliou o conceito de mediação na interação homem-ambiente pelo uso de instrumentos ao uso de signos:

[...] os sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números), assim como o sistema de instrumentos, são criados pelas sociedades ao longo do curso da história humana e mudam a forma social e o nível de seu desenvolvimento cultural (Vygotsky, 1998, p. 9).

Vygotsky (2009) abordou a importância dos signos no processo de desenvolvimento cognitivo e na aquisição de conhecimento. O signo é um instrumento psicológico mental que auxilia as pessoas nas suas atividades psíquicas, modificando o funcionamento psicológico internamente, regulando as suas ações sobre os seus comportamentos para a solução de problemas. O signo substitui e expressa eventos, ideias, situações e objetos servindo de auxílio da atenção e da memória humana, permitindo que as pessoas representem e comuniquem ideias, o que, por sua vez, influenciará como pensamos e aprendemos sobre o mundo que nos rodeia.

Vygotsky considera relevante o uso dos signos e da inteligência prática para a construção da essência do comportamento humano complexo. O ponto ápice do desenvolvimento intelectual é quando a fala e a atividade prática convergem:

Antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento. A criação dessas formas caracteristicamente humanas de comportamento produz, mais tarde, o intelecto, e constitui a base do trabalho produtivo: a forma especificamente humana do uso de instrumentos (Vygotsky, 1998, p. 33).

Nesse contexto, a fala desempenha um papel fundamental na formação e no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ela se configura como um sistema simbólico, que evoluiu ao longo da história social da humanidade, organizando os signos em estruturas complexas. Isso possibilita, por exemplo, a capacidade de nomear objetos, destacar suas características e estabelecer conexões entre eles.

A teoria histórico-cultural nos auxiliou na procura da compreensão do movimento dialético das entrevistas com os participantes da pesquisa, nas mediações das perguntas, relacionando eventos singulares com as práticas sociais dos coordenadores, fazendo as análises das minúcias com o contexto histórico, profissional e cultural de cada sujeito.

Essas conexões significam a função comunicativa das palavras, constituindo a fala uma mediação simbólica, usada como instrumento de comunicação: “a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala” (Vygotsky, 1998, p. 33). A partir disso, uma interação com o mundo externo é estabelecida, configurando-se na elaboração de conceitos e significados, nas interpretações das informações, no reprocessamento dessas mesmas informações, que servem de base para a formação dos sentimentos, dos pensamentos e das ações do indivíduo, por meio da mediação, guiada pelas experiências de relação social.

A linguagem se materializa e dá forma às significações que emergem no contexto social e histórico. Quando as pessoas incorporam essa linguagem, passam a ter a capacidade de compreender essas significações, que se tornam uma base para compreender sentido às suas experiências. Os signos e as palavras desempenham um papel fundamental como meio de interação social com outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem elevam o aprendizado para uma forma avançada e superior de atividade (Vygotsky, 1998).

Outro aspecto de extrema relevância no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores reside na influência exercida pela aprendizagem. Para Vygotsky, a aprendizagem é considerada como um processo que precede o

desenvolvimento, ampliando-o e tornando-o possível. Vygotsky argumenta que, apesar de a criança começar seu processo de aprendizagem muito antes de ingressar na educação formal, a aprendizagem escolar introduz novos elementos em seu desenvolvimento: “[...] qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia” (Vygotsky, 1998, p. 110). Para o autor, o aprendizado e o desenvolvimento estão intimamente relacionados desde o primeiro dia de vida da criança e ressalta que é necessário estabelecer uma combinação do aprendizado com o nível de desenvolvimento.

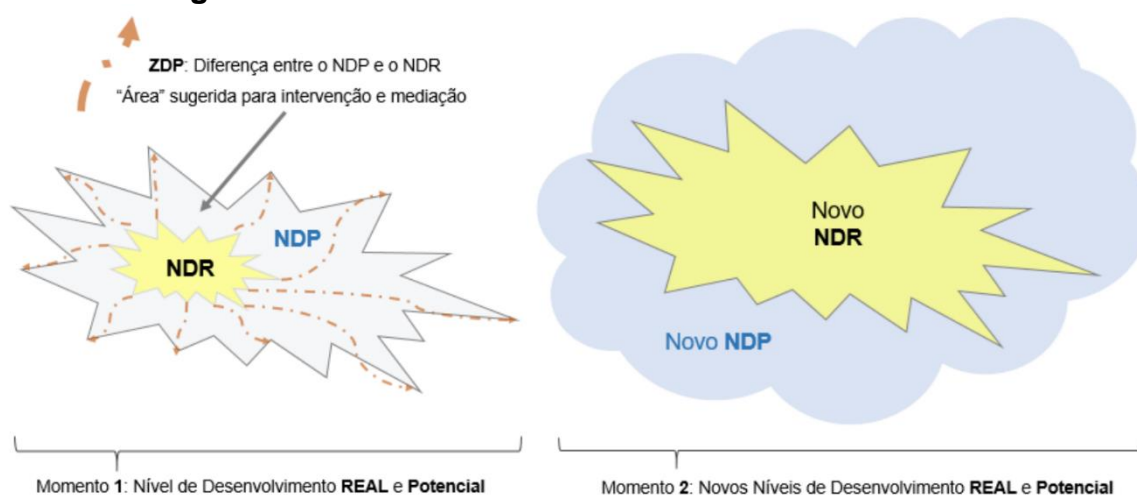
Vygotsky (1998) definiu dois níveis de desenvolvimento humano: o primeiro compreende o que um indivíduo pode fazer sozinho, como problemas que consegue solucionar sem auxílio, e é denominado Nível de Desenvolvimento Real (NDR); já o segundo é corresponde aos problemas que o aprendiz consegue solucionar com o auxílio de alguém mais experiente, denominado Nível de Desenvolvimento Potencial (NDP). Neste caso, acontece a solução de problemas sob a orientação ou em colaboração com os colegas mais adiantados e/ou o professor. A distância entre esses dois níveis é chamada de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) ou Zona de Desenvolvimento Imediato.

O processo de aprendizagem na ZDP ocorre quando o indivíduo recebe orientação e apoio adequado de um alguém mais experiente. À medida que o indivíduo interage com esse alguém, ele é capaz de realizar tarefas que inicialmente ele não conseguiria executar sozinho. Vygotsky (1998, p. 113) afirma que a:

[...] zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário.

Com o tempo, o indivíduo internaliza novas habilidades e conhecimentos, tornando-os parte de seu repertório cognitivo e definindo, portanto, o seu novo Nível de Desenvolvimento Real (NDR). Para colaborar no entendimento, apresentamos abaixo a dinâmica da ZDP ilustrada por Xavier (2021):

Figura 1 – Dinâmica da Zona de Desenvolvimento Proximal



Fonte: Xavier (2021).

A importância da ZDP reside no fato de que ela destaca a necessidade de interações sociais e colaborativas no processo de aprendizagem. Ela também sugere que o ensino deve ser adequado ao nível de desenvolvimento de cada indivíduo, oferecendo desafios adequados às suas capacidades atuais, ao invés de importar um conjunto uniforme de tarefas. Isso promove um aprendizado mais eficaz e significativo.

Além disso, a ZDP também enfatiza a importância da cultura e do contexto social na aprendizagem e no desenvolvimento. O conhecimento e as habilidades são transmitidos por meio de interações sociais e são influenciados pela cultura em que o indivíduo está inserido.

Em resumo, a Zona de Desenvolvimento Proximal é um conceito central na teoria histórico-cultural de Vygotsky, destacando a importância das interações sociais, da colaboração e do apoio na aprendizagem e no desenvolvimento humano. Ela tem implicações profundas para a educação e a pedagogia, enfatizando a necessidade de adaptar o ensino às necessidades individuais e promover uma abordagem mais colaborativa e culturalmente sensível para o aprendizado.

Portanto, nesta dissertação, o conceito de ZDP é fundamental para uma melhor interação com os coordenadores de curso, bem como para direcionar a elaboração do produto educacional, de modo que possa colaborar ao máximo para a realização dos objetivos do trabalho. Neste sentido, a ZDP e os demais conceitos da Teoria de Vygotsky definem também o percurso metodológico que guiará as etapas de desenvolvimento deste estudo e que será apresentado no capítulo seguinte.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa que desenvolvemos teve abordagem qualitativa, conforme os pressupostos de Richardson:

A pesquisa qualitativa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (Richardson, 2017, p. 67).

A abordagem qualitativa “é um meio de explorar e entender o significado que os indivíduos atribuem a um problema” (Richardson, 2017, p. 67) e envolve procedimentos que serão coletados no ambiente dos participantes.

Conforme Gil (2022), a nossa pesquisa é aplicada quanto à sua finalidade, por envolver aquisição de conhecimento no intuito de uma aplicação em uma situação específica. Quanto aos seus objetivos, é exploratória, pois tem o propósito de proporcionar maior familiaridade com o problema, e descritiva, por estudar as características de um determinado grupo.

Este trabalho foi baseado nas principais características de uma abordagem qualitativa proposta por Richardson (2017):

- Incorporamos os pontos de vista dos participantes;
- Trabalhamos com perguntas abertas;
- Consideramos o contexto sociocultural, os dados (informações) foram coletados nos lugares onde os sujeitos realizam suas atividades diárias;
- A pesquisa buscou contribuir com o desenvolvimento dos participantes;
- Utilizamos conceitos cuja essência seja qualitativa.

3.2 Etapas e Instrumentos de Coleta de Dados

Para melhor entendimento dos procedimentos adotados, dividimos a pesquisa nas etapas descritas a seguir:

- **Primeira etapa:** realizamos a **pesquisa bibliográfica**, que, para Gil (2022), “é a realização de pesquisa em materiais já publicados, incluindo uma ampla variedade de material, tais como impressos, livros, revistas, anais científicos”.

Nesta etapa, buscamos compreender a terminologia “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, a partir de autores que tratam do assunto em nível de Educação Profissional e Tecnológica.

- **Segunda etapa:** efetivamos o **levantamento documental** nas fontes institucionais do IFMS. Com isso, conhecemos a forma como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorre dentro da instituição, centralizando nossa atenção nas ações que contenham os coordenadores de cursos como agentes. Adaptamos as etapas que Gil (2022) propôs para o delineamento de uma pesquisa documental para atender a nossa pesquisa e utilizamos a seguinte sequência: 1. Identificação das fontes; 2. Acesso aos documentos institucionais; 3. Avaliação dos documentos; 4. Seleção e organização das informações; 5. Análise de dados. A análise focou nas atividades que integram o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal levantamento foi importante para delinear a terceira e a quarta etapas.
- **Terceira etapa:** foi realizada uma **entrevista** com os coordenadores de cursos do Ensino Médio Integrado e coordenadores de pesquisa e extensão, participando também os ex-coordenadores, todos do *Campus* Campo Grande do IFMS, com o objetivo de verificar a concepção teórica sobre o uso do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e as percepções em relação a sua atuação profissional.

Antes da realização da entrevista, enviamos convites para a colaboração de forma voluntária com as informações necessárias para a participação, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice C.

Utilizamos a entrevista semiestruturada, assemelhando-se a um diálogo, por ser um instrumento que permite maior interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa (Richardson, 2017). Apoiamo-nos na teoria de Vygotsky, buscando atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal dos participantes, no sentido de, à medida que analisávamos as respostas durante a entrevista, apresentávamos novas questões para aprofundamento dos temas, explorando o grau de conhecimento deles.

A realização da entrevista aconteceu após a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), cujo parecer encontra-se no APÊNDICE A, e com a autorização do Diretor-Geral do IFMS *Campus* Campo Grande (APÊNDICE B). Levamos em consideração a característica qualitativa citada anteriormente, e a entrevista ocorreu nas dependências da instituição, em sala disponibilizada e na data

previamente agendada em comum acordo com o entrevistado. A entrevista foi realizada individualmente, com duração de 30 a 60 minutos, e foi conduzida com o auxílio de um roteiro (Apêndice D).

Durante a entrevista, explicamos o objeto e a natureza da pesquisa e informamos que, caso o entrevistado sentisse algum incômodo ao tema abordado ou perguntas realizadas, poderia interromper a entrevista, recusando-se a responder, ou mesmo encerrar a conversa.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da **análise microgenética**, que tem como base a teoria histórico-cultural. Vygotsky (1998, p. 86) conceitua que “o método é, ao mesmo tempo, pré-requisito e produto, o instrumento e o resultado do estudo”, e o termo deriva de pequenas variações ou mudanças, novas formações (gêneses), observadas em todo tipo de processo de desenvolvimento (Barbosa e Vaz, p. 460, 2019)

Para Wertsch (1985), a análise microgenética é aquela que engloba o acompanhamento minucioso da formação de um processo, detalhando as atividades do sujeito, e as relações interpessoais, dentro de um contexto histórico. Este tipo de análise permite um maior detalhamento na pesquisa de forma qualitativa, por corresponder à pequenas mudanças ou formação de novas gêneses, observadas dentro de um processo. Góes (2000, p. 11) afirma que “[...] a análise será orientada para os detalhes das ações; para as interações e cenários socioculturais; para os estabelecimentos de relações entre os microeventos e condições macrosociais”.

A primeira etapa da análise microgenética foi a observação de todo o processo da entrevista, com a transcrição fidedigna das falas dos sujeitos, da forma que foi emitida. Góes (2000) aponta que é necessária essa transcrição para não se perder os detalhes das falas e das relações, que dentro de um processo em movimento seja analisado cada microevento. A segunda etapa foi analisar a gênese dos processos, a dimensão do uso dos signos, dos processos de significação na natureza, da cultura, das posições dos sujeitos nas relações sociais. Segundo Góes (2000):

Os processos são examinados do ponto de vista do fluxo das enunciações, numa ampliação da noção de diálogo para além dos contatos face a face, e são destacadas as práticas sociais, na consideração de condições, tais como a posição de poder dos sujeitos, a imagem dos interlocutores, as formações discursivas, os gêneros discursivos etc. (Goes, 2000, p. 17).

A última etapa da microgenética foi a análise dos processos nos aspectos quantitativos e qualitativos, fazendo-se uso da teoria histórico-cultural, na procura da compreensão do movimento dialético da entrevista, mediações das perguntas ocorridas entre a pesquisadora e os sujeitos, buscando responder à questão problematizadora que visa saber a percepção dos coordenadores de cursos na promoção da indissociabilidade entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão em sua atuação profissional, relacionando base teórica com dados da entrevista. Tais resultados direcionaram o que precisaria ser abordado na quarta etapa de nossa pesquisa:

- **Quarta etapa:** o **produto educacional** produzido é um *e-book*. O objetivo é que este material auxilie os coordenadores de curso no planejamento de suas atuações profissionais, seguindo a integração do ensino, da pesquisa e da extensão. O produto educacional (Apêndice F) e um formulário de avaliação (Apêndice E) foram encaminhados a todos os coordenadores de curso e demais entrevistados, bem como ao Diretor de Ensino e Diretor-geral do *Campus* Campo Grande, levando em conta a proposta de que o material se torne de uso institucional do IFMS. O formulário de avaliação contou com as seguintes questões: apresentação, relevância, objetivo e aplicabilidade.

3.3 Aspectos Éticos

Considerando os métodos de coleta de dados sugeridos neste estudo, que incluem a realização de entrevistas com os participantes e o preenchimento de formulário na aplicação do produto educacional, foram adotados procedimentos éticos para garantir a confiabilidade das informações fornecidas, a proteção dos dados pessoais e o respeito pelas opiniões, crenças, percepções, sentimentos e atitudes dos participantes.

Deste modo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) por meio do cadastro na Plataforma Brasil, sendo analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Anhanguera-Uniderp, sob CAEE nº 72962123.7.0000.0199 e aprovado pelo Parecer nº 6.686.602. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) da pesquisa de forma presencial, no caso das entrevistas, e por meio do formulário eletrônico na fase de aplicação do Produto Educacional.

Por fim, em toda a fase da coleta de dados, a identificação dos sujeitos da pesquisa foi mantida em sigilo. Os resultados das análises serão divulgados aos participantes por meio da versão final desta dissertação de mestrado e produto educacional oriundos da pesquisa.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 A terminologia “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” nos Institutos Federais

Com base nos objetivos propostos, foi realizada uma **pesquisa bibliográfica** entre o período de 15 de novembro de 2022 a 28 de maio de 2023 nas bases de dados Periódico Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Observatório do ProfEPT. Verificamos que as produções se baseiam em diferentes pesquisas sobre o princípio da indissociabilidade, cada qual com a sua especificidade, como estudos realizados regionalmente nas cidades de cada autor, investigando a realidade individual de cada Instituto Federal, abrangendo o princípio da indissociabilidade, como também a perspectiva do princípio nas ações dos professores. No levantamento realizado, não encontramos pesquisas relacionadas com a ação profissional dos professores em relação às áreas de ensino, pesquisa e extensão enquanto investidos no cargo de coordenador de curso.

Em um primeiro levantamento bibliográfico para auxiliar na formulação do problema, considerando Richardson (2017, p. 370), segundo o qual “nenhuma pesquisa começa do zero, mas parte dos conhecimentos já existentes”, foram realizadas pesquisas em fontes secundárias como publicações originais e periódicos científicos (Lakatos e Marconi, 2003). Consultamos o Portal de Periódico da Capes utilizando os descritores “indissociabilidade” + “instituto federal”, o que resultou em 31 artigos, apresentados abaixo no Quadro 1, especificados por autor, título e revista ou repositório, organizados por ordem cronológica decrescente.

Quadro 1 – Resultados do levantamento bibliográfico no Portal Periódicos Capes

Base de dados: Periódicos Capes	
Referência	Título
Brandão (2022)	Inovação, trabalho remoto e bibliotecas educativas públicas: caminhos para a transformação digital no mundo do trabalho pós-pandemia
Leite (2023)	Curricularização da Extensão Universitária: case de sucesso no CST em Gestão de Turismo – IFSC/SC
Evandro (2022)	Formação professor humanizadora
Ilgenfritz (2022)	Caminhos para a formação integrada por meio de princípios agregados à curricularização da extensão
Sonaglio (2022)	Estágio na Extensão
Krebs (2022)	Extensão universitária no Brasil: conceitos, políticas e contradições
Ribeiro (2022)	Reflexões sobre a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão a partir do projeto de ensino no curso técnico integrado ao ensino médio

Santana (2022)	Potencialidades da Resolução CNE/CP Nº 02/2015 diante das (des)construções curriculares para a formação de professores(as) de matemática
Silva (2022)	Instrumentos de gestão aplicados aos processos de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão na formação profissional
Moraes (2021)	A integração disciplinar na concepção dos discentes do ensino médio integrado
Engelhard (2021)	Pet Sexualidade
Marques (2020a)	Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à EPT
Marques (2020b)	Repercussões da prática profissional integrada na formação de estudantes do ensino médio integrado à educação profissional
Said (2020)	“O presente é um presente”: imaginário, desejo e identidades políticas no Brasil
Silva (2020)	Internacionalização e interculturalidade como mecanismos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no IFRN: o caso do II encontro intercultural do campus Canguaretama
Chaves (2019)	Extensão universitária e os preceitos da indissociabilidade: um compromisso da universidade com a inclusão social
Douglas (2018)	Apresentação e Palavra do Editor
Gasparotto et. al. (2018)	Impacto da iniciativa extensionista na comunidade local e na formação do estudante do curso técnico em massoterapia: projeto “Mãos Itinerantes – Massoterapia em eventos”
Avelino (2017)	Os lugares da sociologia na educação profissional e tecnológica
Lucena (2017)	A concepção de formação humana nos cursos de licenciaturas do instituto federal de educação ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB
Silva (2017)	Atividades investigativas na formação de professores de ciências: uma aula de campo na Formação Barreiras de Marataízes, ES
Medeiros (2016)	Editorial Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (Online)
Farias (2014)	Análise espacial do ensino profissional e tecnológico no âmbito do IFPB
Bonfim (2014)	Projeto INCUTEC: uma experiência de prática integradora para o curso técnico de administração do IFMA campus Buriticupu
Cavalcanti (2014)	PESQUISA E ENSINO: o lugar da sabedoria na profissão professor
Siqueira-Batista (2009)	Os anéis da serpente: a aprendizagem baseada em problemas e as sociedades de controle

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizamos os descritores “indissociabilidade” e “instituto federal”. O resultado apresentado ainda constou muitos trabalhos contextualizando indissociabilidade em universidade. Desta forma, utilizamos a marcação “não universidade” para facilitar o recorte, com resultado de três produções: duas dissertações e um trabalho de conclusão de curso. Os critérios adotados para a seleção na BDTD foram as produções realizadas entre o período de 2012 a 2023, considerando a Lei nº 12.677/2012 (Brasil, 2012) de criação da Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC), excluídas as produções relacionadas a universidades, de modo a obtermos os trabalhos que se concentraram nos IFs.

Por fim, utilizamos o descritor “indissociabilidade” no Observatório do ProfEPT e encontramos duas dissertações. Com o descritor “coordenador”, obtivemos como

resultado mais quatro dissertações. Os dados obtidos são apresentados no Quadro 2, relacionados por autor, ano e título das produções.

Quadro 2 – Resultados do levantamento bibliográfico na BDTD e Observatório ProfEPT

Base de dados: BDTD	
Descritores “indissociabilidade” e “instituto federal”	
Referência	Título
Nascimento Junior (2021)	As relações entre as concepções de formação integral e seus impactos no desenvolvimento das aulas: um estudo sob a ótica dos docentes de um Campus do Instituto Federal de Pernambuco
Araújo (2021)	A reestruturação do projeto pedagógico de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio e a formação integral o legado do Decreto nº 5154/2004
Santos (2020)	Interculturalidade na aquisição linguística e cultural da língua espanhola
Base de dados: Observatório ProfEPT	
Descritores: “indissociabilidade”	
Couto (2020)	A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT: uma proposta para o planejamento integrador no IFES - Campus Colatina.
Dias (2020)	Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PIEPE) no IFG
Descritores: “indissociabilidade”	
Silva (2019a)	O Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal De Santa Catarina e o trabalho da coordenação pedagógica do Câmpus Florianópolis no processo de criação e reestruturação dos projetos de cursos
Aranha (2019)	O coordenador pedagógico na perspectiva da formação integral: sua atuação na implementação da nova concepção de ensino médio e Educação Profissional e Tecnológica
Kruger (2019)	Ensino Médio Integrado: desafios e possibilidades para o avanço na perspectiva da concepção de integração
Silva (20109b)	Proposta de autocapacitação para coordenadores de graduação

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Apresentamos, a seguir, uma síntese das pesquisas mostradas no Quadro 2. Nascimento Junior (2021) analisou as relações entre as concepções de formação integral que norteiam as práticas educativas e seus impactos no desenvolvimento das aulas dos professores do IFPE. Como resultado, percebeu que a maioria conhecia parcialmente ou totalmente as diretrizes da formação integral e os impactos dela na formação do discente, porém sentiam dificuldades para implantá-las, necessitando de uma ampliação de capacitações voltadas a esta finalidade. O produto educacional elaborado foi um guia orientador intitulado “Formação Integral: Concepções Professores”, que buscou despertar e estimular a reflexão sobre o tema.

Seguindo a análise, a segunda dissertação encontrada na BDTD é de Araújo (2021) e tratou sobre o processo de reestruturação do projeto pedagógico curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade integrada ao Ensino Médio, do IFPE *Campus* Recife e as suas interfaces com o Decreto nº 5154/2004

(Brasil, 2004). A autora verificou que há uma concepção equivocada de formação integral, acentuando-se nas formas de organizar e conduzir o processo de construção do PPC e do currículo. O produto educacional desenvolvido foi a cartilha intitulada “Trilhas para a Formação Humana Integral” e tinha como objetivo fomentar a compreensão dessa concepção de formação e seus desdobramentos no PPC e no currículo.

Já Santos (2020) abordou, em seu trabalho de conclusão de curso, a relevância da aquisição cultural na língua espanhola, destacando que a língua e a cultura são indissociáveis no processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira. Os resultados esperados foram alcançar a cultura da língua, por meio da aplicação de atividades da prática da língua espanhola com interação entre a comunidade escolar, e promover o conhecimento cultural e linguístico.

A primeira dissertação encontrada na base de dados do Observatório do ProfEPT por meio do descritor “indissociabilidade” foi a de Couto (2020). A autora investigou a indissociabilidade, relacionando-a aos pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica. Propôs meios para auxiliar os professores com o planejamento de suas ações, gerando o produto educacional “O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão: dialogando sobre uma prática integradora”. O objetivo deste PE é auxiliar os professores na apropriação das concepções e conceitos que fundamentam a indissociabilidade como ação integradora na perspectiva de uma formação humana integral.

Dias (2020) tratou de verificar o nível de alinhamento do Instituto Federal de Goiás a esse princípio, investigando se o dispositivo constitucional tem sido observado, bem como se há um desequilíbrio no tripé ensino, pesquisa e extensão. O estudo revelou que há um foco menor das atividades de extensão em comparação com as demais áreas, revelando um descompasso, omissão da temática indissociabilidade e algumas inconformidades nos documentos institucionais. Diante disso, foi desenvolvido um produto educacional para mapear as inconformidades, indicando ações para superá-las, intitulado “Transparência de informação EPE: redução de inconformidades na comunicação de documentos institucionais”.

Por fim, a pesquisa realizada no Observatório do ProfEPT com o descritor “coordenador” apresentou como primeira dissertação encontrada a do autor Silva (2019a), que buscou compreender a materialidade das contradições por meio de uma análise sobre as diferentes dimensões do trabalho pedagógico (ontológica, histórica,

política, pedagógica e social) do setor Coordenadoria Pedagógica, do *Campus* Florianópolis do IFSC. Ele evidenciou que os projetos pedagógicos de cursos são construídos e reestruturados, privilegiando-se uma perspectiva pragmática de educação, revelando o distanciamento entre o proclamado na concepção educativa do Projeto Pedagógico Institucional do IFSC. O produto educacional foi constituído por encontros de formação continuada aos servidores da Coordenadoria Pedagógica por meio da realização de reuniões pedagógicas e de formação.

Aranha (2019) pesquisou o papel do Coordenador Pedagógico como colaborador na construção de um significado para o ensino médio da Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de identificar a capacidade do profissional em implementar ações que contribuam para a concretização do Ensino Integrado. O fruto desta pesquisa foi um produto educacional no formato de um instrumento pedagógico intitulado “Guia de orientações para o trabalho do Coordenador Pedagógico no contexto da nova concepção de Ensino Médio integrado à EPT”.

A terceira dissertação foi a de Kruger (2019), cujo produto educacional foi um material pedagógico intitulado “Ensino Médio Integrado: concepções e fundamentos – um apoio para coordenadores de cursos”. Não há mais detalhamentos desta pesquisa, pois a dissertação não estava disponível para ser acessada. Tentamos contato com a autora, que não nos deu retorno.

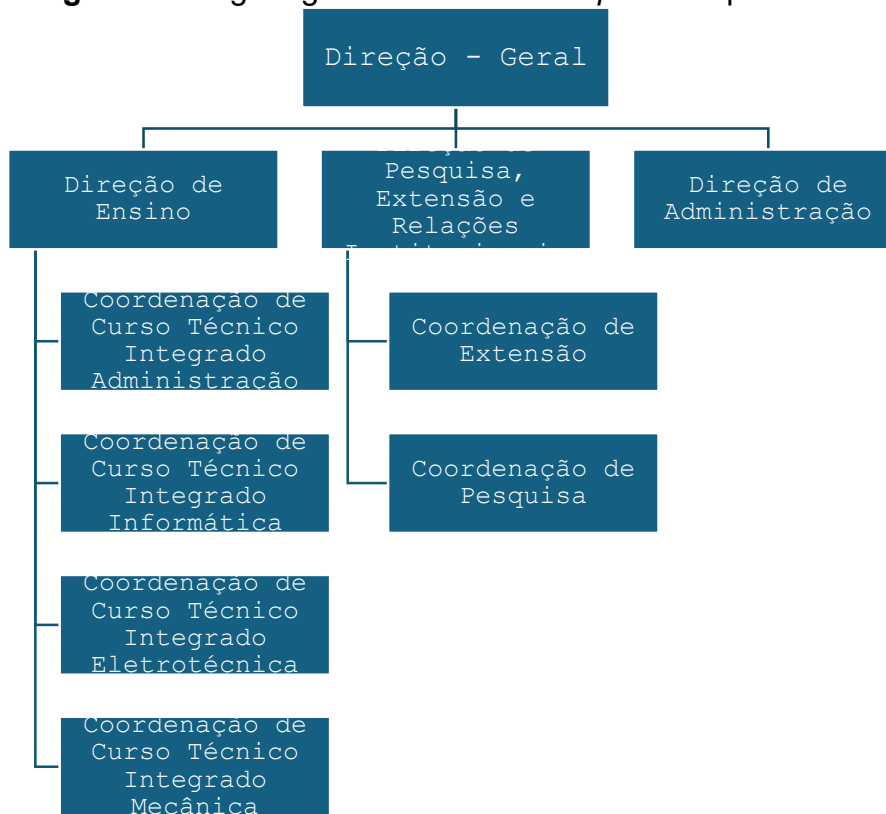
Por fim, a dissertação de Silva (2019b) teve o objetivo de criar um curso de autocapacitação para coordenadores de graduação, alinhado com as diretrizes do marco regulatório do Ensino Superior no Brasil. O produto gerado foi um curso no formato de MOOC (*Massive Online Open Course*) para alcançar a finalidade de elevar os Conceitos de Cursos (CC), melhorar a qualidade do ensino superior no IFMA; aperfeiçoar a gestão de graduações; refinar a formação profissional e contribuir para a profissionalização gradual das organizações da EPT.

4.2 A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos documentos institucionais

O objetivo desta seção é analisar os documentos oficiais do IFMS para explorar como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é aplicada na instituição, além de investigar as diretrizes referentes ao papel dos Coordenadores dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto.

Destacamos na figura 1 a seguir a estrutura hierárquica da Coordenação de Curso no IFMS *Campus* Campo Grande.

Figura 1 – Organograma do IFMS *Campus* Campo Grande



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Esse recorte mostrado na figura 1 apresenta o organograma institucional, evidenciando as relações e os níveis de responsabilidade que envolvem a Coordenação de Curso dentro do *campus*. A estrutura hierárquica reflete como a Coordenação se articula com outros setores e departamentos, facilitando a integração e o alinhamento com as diretrizes institucionais, além de ilustrar o papel estratégico dos coordenadores na promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Baseado no Painel de Indicadores de Ensino do IFMS, disponibilizado no site da instituição, atualmente no segundo semestre de 2024, o *Campus* Campo Grande possui um total de 1130 matrículas na situação “em curso” na modalidade de Curso Técnico Integrado, estando em 253 estudantes no curso de Técnico em Administração; 249 estudantes no curso de Técnico em Eletrotécnica; 376 no de Técnico em Informática e 252 no de Técnico em Mecânica.

O quantitativo atualizado de turmas ofertadas em cada curso técnico do

campus, de acordo com Direção de Ensino, para o segundo semestre de 2024, são:

- Técnico em Administração – 7 turmas;
- Técnico em Eletrotécnica – 6 turmas;
- Técnico em Informática – 9 turmas;
- Técnico em Mecânica – 6 turmas.

Para atender ao segundo objetivo da pesquisa, realizamos uma análise documental. Esse método oferece várias vantagens, pois os documentos são uma fonte estável e rica de dados, além de ter baixo custo, exigindo apenas o tempo e a capacidade analítica da pesquisadora. Outro benefício significativo é que não requer contato direto com os participantes da pesquisa. Contudo, é crucial que o pesquisador esteja preparado para lidar com questões, como a não representatividade e a subjetividade dos documentos, além de considerar amplamente suas implicações antes de formular conclusões definitivas (Gil, 2022, p. 46).

A fim de acessar os documentos institucionais relacionados ao trabalho do coordenador, consultamos o *site* da instituição, seguindo as diretrizes da Lei nº 12.527/2011, que assegura o acesso às informações no serviço público brasileiro. Por meio da página oficial do IFMS (IFMS, 2024), fomos redirecionados para uma seção que se intitula como Documentos, onde está listada toda a legislação do IFMS. As seções são divididas em resoluções, regimentos, regulamentos, políticas, programas, instruções normativas e serviços.

Para identificar as diretrizes relacionadas ao trabalho do Coordenador de Curso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão adotados no IFMS, conduzimos a análise dos documentos oficiais institucionais, conforme etapas e análise documental de Gil (2022), descritas na seção metodológica.

Na instituição investigada, analisamos 36 documentos oficiais, dos quais selecionamos 10, em que é feita menção do coordenador de curso, para reflexão e análise de conexão com o tema da pesquisa:

- Estatuto do IFMS;
- Regimento Geral do IFMS;
- Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Coepe) do IFMS;
- Diretrizes para Gestão das Atividades Docentes de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional do IFMS;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. 2019 – 2023;

- Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFMS;
- Projeto Pedagógico de Curso – Técnico em Administração;
- Projeto Pedagógico de Curso – Técnico em Eletrotécnica;
- Projeto Pedagógico de Curso – Técnico em Informática;
- Projeto Pedagógico de Curso – Técnico em Mecânica.

O *Campus* Campo Grande do IFMS não possui um documento publicado onde constam as responsabilidades e atribuições de cada setor do *campus*. Pesquisando outros documentos disponíveis, como o Regimento Geral do IFMS (IFMS, 2017). Realizamos pesquisa usando o descritor: “coordenação de curso”, visando consultar as atribuições e competências. Encontramos, no artigo nº 82, as competências da Coordenação de Cursos Técnicos (COTEC), um setor ligado à Diretoria de Educação Básica (DIREB) da Pró-Reitoria de Ensino do IFMS (PROEN), setor localizado na Sede da Reitoria do IFMS, destacada abaixo:

Art. 82. Compete à Coordenação de Cursos Técnicos:

I – desenvolver as ações propostas pela Diretoria de Educação Básica, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);

II – coordenar ações para o acompanhamento dos cursos técnicos;

III – coordenar processos formativos direcionados ao aprimoramento do trabalho pedagógico desenvolvido nos cursos técnicos;

IV – acompanhar os coordenadores e os pedagogos para a melhoria do processo pedagógico e/ou administrativo, tendo como foco o trabalho professor nos cursos técnicos;

V – administrar o acervo dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos técnicos;

VI – acompanhar, orientar e emitir parecer na elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos técnicos;

VII – elaborar os editais para processo seletivo de ingresso para os cursos técnicos;

VIII – elaborar os editais de processo seletivo para concessão de auxílios para monitoria aos estudantes dos cursos técnicos;

IX – elaborar os editais de processo seletivo para concessão de auxílios para apoio aos Trabalhos de Conclusão de Curso aos estudantes dos cursos técnicos;

X – realizar levantamentos de estatísticas de dados acadêmicos e curriculares, a fim de subsidiar estudos com finalidades pedagógicas;

XI – propor ações específicas para os cursos de educação de jovens e adultos;

XII – acompanhar e orientar os campi quanto aos procedimentos relativos à Avaliação do Professor pelo Discente; e

XIII – acompanhar e orientar os campi na aplicação de ações específicas do programa de permanência e êxito aos estudantes ingressantes nos cursos técnicos (IFMS, 2017, p. 55 e 56).

As atribuições da Coordenação de Curso dos *campi* têm relação direta e são influenciadas pelos trabalhos realizados na Coordenação de Cursos Técnicos ligados

à Pró-Reitoria de Ensino.

Nas atividades descritas no artigo 82 do Regimento Geral do IFMS (IFMS, 2017) exposto acima, é possível identificar características administrativas e pedagógicas no desenvolvimento dos trabalhos das coordenações (COTEC) que podem influenciar a atuação profissional dos coordenadores de cursos nos *campi*.

Nas Diretrizes para Gestão das Atividades Docentes de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional do IFMS, destacamos o art. 32, o qual reflete como a carga horária em sala de aula é regulamentada para docentes que exercem funções administrativas com gratificações (Função Gratificada – FG e Função de Confiança – FCC) ou cargos de direção (CD) em instituições. Conforme o artigo, os docentes em funções administrativas não se dedicam exclusivamente à docência. O inciso I do artigo estabelece que, para docentes que ocupam uma função gratificada (FG) ou uma função de confiança de coordenador de curso (FCC), a carga horária exigida para as atividades de coordenação situa-se entre 8 e 12 horas. Isso reflete o tempo de dedicação deste profissional, pois a função de coordenador envolve responsabilidades que vão além da docência, como a supervisão das atividades acadêmicas, apoio aos docentes e alunos, além do planejamento e da execução de ações pedagógicas. A carga horária reduzida reflete uma tentativa de manter o desempenho de tarefas administrativas, sem perder completamente o vínculo direto com o ensino.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um outro documento de apoio para a ideologia organizacional do IFMS que descreve missão, visão e valores institucionais, organização administrativa, diretrizes pedagógicas para as atividades educacionais, de pesquisas e extensionistas, assim como a situação de infraestrutura e o planejamento do que se pretender desenvolver durante período de cinco anos. É um documento de planejamento estratégico institucional que reúne as ações, metas e métodos propostos pela instituição ao alcance de seus propósitos.

No PDI 2019-2023 (IFMS, 2018b, p. 30), apresenta-se a missão do IFMS de “promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico [...]”. Neste documento, está essencialmente estabelecido que todos os esforços institucionais visem alcançar os objetivos propostos no plano, devendo ser pautados nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Continuando a pesquisa quanto às ações que contemplem os coordenadores

de cursos, realizamos a consulta no PDI 2019-2023 (IFMS, 2018b) e encontramos, no documento, os órgãos de apoio às atividades acadêmicas, como Colegiados de Cursos, nos quais o coordenador atua como presidente, e o Conselho Pedagógico, no qual o coordenador de curso atua como membro.

Ademais, é possível identificar que as atribuições e competências do Coordenador de Curso envolvem as áreas de ensino, pesquisa e extensão (EPE).

O PDI ainda discorre sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), caracterizado como uma proposta pedagógica institucional, de concentração das bases teórico-metodológicas norteadoras das práticas acadêmicas, da organização didático-pedagógica, dos procedimentos para atendimento das diretrizes pedagógicas que relacionam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como critério articulador dessa proposta (IFMS, 2018b).

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma das principais bases da EPT, articulado aos conceitos fundamentais de trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico e interdisciplinaridade como método.

De acordo com o PDI 2019-2023, o ensino, a pesquisa e a extensão formam uma só entidade, interligados por dependência. Na falta de uma das áreas, não há efetivação do princípio:

O ensino consistente, ancorado em bases científicas, possibilita a realização de pesquisas que, por meio da produção de saberes, podem redirecioná-lo. Essa produção, por sua vez, retroalimenta o ensino, viabiliza a incorporação de novos conhecimentos e a releitura dos já disponíveis. Da mesma forma, a extensão, ao socializar o conhecimento, proporciona o feedback para as atividades de ensino e de pesquisa (IFMS, 2018b, p. 46).

No Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFMS (2023), são postas atividades para orientação dos estudantes, executando o coordenador de curso/eixo funções em algumas delas. Expomos, no Quadro 3, o assunto de cada atividade e os artigos específicos do regulamento institucional. São diversos tipos de atividades desde acompanhamento de atividades complementares, TCC, diário de classe, regime especial de dependência, entre outros.

Quadro 3 – Documento Institucional – Regulamento

Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFMS.	
Assunto	Trecho
Avaliações	Art. 51. § 2º Se necessário, e a critério do coordenador de curso/eixo , para a

	revisão disposta no <i>caput</i> deste artigo poderá ser constituída uma banca composta por um pedagogo ou técnico em assuntos educacionais e dois docentes, excetuando-se o professor da unidade curricular cuja avaliação está sendo revisada.
Dependência, progressão parcial e retenção	Art. 61. Caberá ao coordenador de curso/eixo enviar à diretoria responsável pelo ensino do <i>campus</i> , em tempo hábil, a lista de candidatos não matriculados por falta de vagas, para fins de planejamento de oferta de unidades curriculares para estudantes em dependência.
Regime Especial de Dependência	Art. 66. § 3º No caso dos cursos FIC, cabe ao coordenador de eixo , informar à respectiva Cogeia a relação de unidades curriculares que poderão ser cursadas nesse Regime a cada período letivo.
Atividades complementares	Art. 96. O coordenador do curso deverá acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares e indicar o professor responsável para coordená-las.
Trabalho de Conclusão de Curso	Art. 105. O acompanhamento das etapas do TCC será feito por professor orientador escolhido pelo estudante ou designado pelo coordenador do curso/eixo , em comum acordo com o docente, observando-se a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto, a área de atuação, assim como a disponibilidade do orientador. § 1º O orientador e o estudante deverão assinar o Termo de Compromisso de Orientação e entregá-lo ao coordenador de curso/eixo no início do semestre letivo. § 2º Para auxiliar nos trabalhos de orientação, poderá existir a figura do coorientador, mediante aprovação do orientador e com ciência do coordenador de curso/eixo , sendo, preferencialmente, um professor de outra área de conhecimento ou profissional externo com vivência e conhecimento do tema abordado no TCC.
Mudança de curso/turno	Art. 141. A mudança de turno do estudante poderá ser requerida na Cerel do <i>campus</i> a partir do 2º período de matrícula, desde que haja oferta e vaga no turno desejado, e encaminhado ao Coordenador do curso/eixo para análise e parecer, por estudantes...
Desligamento compulsório	Art. 152. § 3º O acompanhamento do Plano de Estudos será feito pelo coordenador do curso/eixo .
Diário de Classe	Art. 172. O coordenador de curso/eixo deverá: I – realizar o acompanhamento do registro da frequência e dos conteúdos ministrados pelos docentes nos diários de classe; II – solicitar aos professores a atualização dos diários e o cumprimento dos prazos; e III – revisar e assinar os diários de classe ao final de cada período letivo e encaminhá-los à Cogeia.
Abertura de Classe	Art. 174. A critério do coordenador de curso/eixo e da diretoria responsável pelo ensino, com aprovação da Dirge do <i>campus</i> , poderão ser abertas, no período letivo normal ou em férias, classes de regime intensivo. Art. 176. Poderão, no período letivo normal, ser abertas classes específicas, com aulas durante todo o semestre letivo, a critério do coordenador de curso/eixo e aprovadas pela diretoria responsável pelo ensino.
Regime de Exercício Domiciliar	Art. 184. § 1º Este acompanhamento será realizado por profissionais do Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional, docentes responsáveis pelas unidades curriculares, coordenadores e Diren, de acordo com as suas atribuições.
Abono de faltas, reposição de aula e prática facultativa	Art. 189. O estudante do IFMS que participar de atividades desportivas, culturais, de ensino pesquisa ou extensão, representando o IFMS ou convocado oficialmente, poderá requerer ao coordenador do curso/eixo a reposição da aula e/ou avaliação perdida(s). Art. 192. O coordenador do curso/eixo deverá analisar a solicitação em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do requerimento. § 1º Caso seja deferido o pedido, o coordenador deverá solicitar ao(s) professor(es) da(s) unidade(s) curricular(es) envolvida(s) a reposição da(s) aula(s) e/ou atividade(s) avaliativa(s).

Fonte: Elaboração própria, 2024.

O exame dos artigos do regulamento da organização didático-pedagógica do IFMS selecionados revelou a centralidade do coordenador na gestão e no acompanhamento de processos acadêmicos, como a coordenação de bancas avaliadoras, o planejamento de ofertas de disciplinas, a supervisão de atividades complementares e o acompanhamento do desempenho dos estudantes. Neste documento, não identificamos atribuições dos coordenadores para pesquisa ou extensão.

Verificamos que os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos em Eletrotécnica, Informática e Mecânica não contêm a palavra “indissociabilidade” citada de forma direta. No entanto, o princípio aparece de forma indireta quando se especificam as características da organização curricular, citando-se a valorização das atividades de pesquisa e extensão, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico aplicado ao mundo do trabalho e à sociedade (IFMS, 2019a, 2019b, 2022a). No Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, encontramos uma ocorrência da palavra indissociabilidade, conforme apresentamos a seguir:

O trabalho pedagógico do professor na realização do processo de ensino e aprendizagem precisa considerar a articulação entre teoria e prática, o estímulo à pesquisa como princípio pedagógico, a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre educação e prática social. Pauta-se, pois numa visão mais abrangente da formação integral, que objetiva estimular a curiosidade e o desenvolvimento de construções intelectuais e atitudinais, e das habilidades voltadas à investigação como caminho para a aprendizagem e, com isso, capacitar os estudantes a resolver problemas, tomar decisões, ter autonomia intelectual e comunicar ideias em um contexto de respeito às regras de convivência democrática (IFMS, 2022b, p. 74).

Notamos que há, de forma sintética, clara especificação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, tal como os demais Projetos Pedagógicos, não se explicita como essa indissociabilidade acontece na prática pedagógica. No mais, a necessária integração de tais pilares é citada quando os Projetos Pedagógicos dos cursos tratam da composição da organização curricular do curso, indicando que os Projetos de Pesquisa e de Extensão devem ser originados dos conhecimentos desenvolvidos no curso orientados pelas demandas do seu contexto social, cultural e econômico (IFMS, 2019a, 2019b, 2022a, 2022b).

Sendo assim, o coordenador de curso tem um papel importante dentro dos Institutos Federais (IF), considerando que a sua atuação perpassa esses três pilares

da educação.

4.3 Concepção teórica sobre o princípio da indissociabilidade e as percepções em relação à atuação profissional dos coordenadores de curso

Para conhecer a concepção dos coordenadores de cursos a respeito do ensino, da pesquisa e da extensão, foram realizadas entrevistas com base no roteiro (Apêndice D), em que constava os principais assuntos em relação ao tema: conceitos de ensino, pesquisa, extensão; entendimento de cada área separadamente; conhecimento sobre a palavra indissociável; compreensão da integração das três áreas; se, enquanto coordenador, percebe sua atuação profissional promovendo as três áreas e possíveis contribuições para um material instrucional a respeito do tema (produto educacional). No total, foram elencadas 16 perguntas.

Nesta coleta de dados, foi possível a realização de nove entrevistas, e, para facilitar a identificação dos participantes na pesquisa mantendo suas identidades em sigilo, foram atribuídos os códigos de C1 até C9.

As perguntas de número 1 a 4 são sobre dados pessoais; de 5 a 6, dados profissionais dos participantes, de 7 a 11, percepções sobre a temática; de 12 a 14, percepções sobre a atuação profissional e, finalmente, de 15 a 16, sobre o produto educacional. Nesta amostra, 4 participantes são do sexo feminino, e 5, do sexo masculino. Conforme a Tabela 1, podemos ver a faixa etária, formação e tempo de atuação profissional nas coordenações:

Tabela 1 – Características dos participantes

Dados dos participantes									
Faixa etária	30-39			40-49			50 mais		
Quantidade	2			5			2		
Área de formação	Administração Pública, Engenharia Mecânica, Matemática, História, Química, Biologia, Serviço Social e Administração.								
Tempo de Coordenação (meses)	Participantes								
	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9
	12	33	18	12	24	6	10	2	20

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Na primeira etapa da análise microgenética, realizamos a transcrição fidedigna das falas dos sujeitos na forma como foi emitida. O objetivo foi analisar processos de elaboração conceitual dos participantes, e, para tanto, era imprescindível garantir uma documentação minuciosa que abrangesse todos os eventos e contextos que

ocorreram durante a interação. Na sequência, apresentamos a transcrição do diálogo que foi escolhido por meio de sorteio simples para exposição:

Quadro 3 – Transcrição da entrevista de C6

TEMÁTICA
Pergunta e Resposta
<p>Qual é a sua compreensão sobre o princípio da indissociabilidade?</p> <p>Essa é uma marca específica da educação profissional. Que mantém ensino, pesquisa e extensão como a coluna e não como tripé, como é um termo muito comum para indicar a integração, que é diferente. Integrar é você constituir um único bloco. Teoricamente, era para todos os profissionais que atuam trabalhar nos três eixos, mas, acaba que alguém escolhe os três. É, como é que fala? Tem professores que tem mais afinidade com o ensino, outros para pesquisa, ou para extensão. Mas a ideia da indissociabilidade que a educação profissional coloca é que elas se mantenham juntas em todas as dimensões ou pelo menos que elas se conversem mais.</p>
<p>O que você entende como ensino na perspectiva da educação profissional e tecnológica?</p> <p>O ensino na educação profissional, ele tem um diferencial que é o ponto da integração curricular. Que no papel é lindíssimo e a gente tenta fazer. Então, o ensino na educação profissional, ele tem que ter esse diferencial. Nós não estamos preparando somente um estudante que vai seguir na educação superior. Nós estamos preparando um estudante que vai também para o mundo do trabalho. Então, obrigatoriamente o ensino, ele tem que ter essa visão que eu estou preparando um mecânico, um técnico em informática, um técnico de administração, enfim. Então, ele tem que ter sempre essa visão de que o ensino na educação profissional precisa ter esse viés da integração curricular. Então, mesmo eu sendo do núcleo comum, eu tenho que estar sempre tendo essa percepção onde a minha área vai contribuir para a informática, para a mecânica, para a eletrotécnica ou para a administração.</p>
<p>O que você entende como pesquisa, na perspectiva da EPT?</p> <p>A pesquisa, a gente chama de pesquisa aplicada na educação profissional, porque a pesquisa aplicada, ela pode até ter algum viés da pesquisa acadêmica, aquela teórica e tal. Então, mas dentro dos princípios da educação profissional, nós temos que trabalhar com pesquisa aplicada, que é aquela pesquisa que vai surgir um produto, que vai ter uma aplicação, principalmente que impacte em um arranjo produtivo local. Então, sei lá, se eu tenho uma região que é produtora de grãos, então eu tenho que pensar em fazer uma pesquisa que auxilie de alguma forma aquela região. Mas também pode ser, por exemplo, aqui a informática. Vamos supor, aqui teve N pesquisas que ajudaram a mapear casos, vamos supor, de dengue. Nem sei se foi para frente, mas eu lembro que tinha uma pesquisa, inclusive, que teve um campo muito grande. E hoje está um boom. Então, isso é uma pesquisa aplicada, é aquela que tem que devolver para a sociedade, esse produto que está sendo, vamos dizer assim, são recursos públicos que estão sendo envolvidos para as pessoas aqui, os professores envolvidos, os estudantes. Então, é um retorno. Por isso que, na educação profissional, o grande ponto é fazer pesquisa aplicada. Pode ter pesquisa acadêmica? Pode ter pesquisa acadêmica. Principalmente quando tem mestrado, doutorado, vai ter, tem pesquisa acadêmica também. Mas ali no ensino médio, chão de fábrica, a ideia é fazer pesquisa aplicada.</p>
<p>O que você entende como extensão na perspectiva da EPT?</p> <p>Considerando essa coluna, a extensão, por isso que a gente chama de extensão tecnológica, ela deve ser o trabalho com esse produto que a pesquisa realizou. Então, é aí que entra a integração, entre a pesquisa e a extensão. Então, o fundamento da extensão na educação profissional é exatamente dar esse resultado para a sociedade. Porque a ideia da extensão é você ter um envolvimento da sociedade. Até assim, tem pessoas que são extremamente radicais que só consideram, por exemplo, um curso de extensão quando ele tem um estudante externo. Quando ele é interno, ele é um curso de ensino, tem essa vertente que diz isso que eu preciso entregar algo para a sociedade, na forma de um curso, na forma de um produto. Então, aí que a pesquisa, ela casa muito bem, a pesquisa aplicada, ela casa muito bem com a ideia da extensão, de levar esse produto. No campus X, nós tivemos uma vez, o pessoal da informática mapeou as pousadas, um pedido da sociedade, as pousadas e pesqueiros da região. Então, a ideia é a seguinte: eles têm lá o produto, têm os pesqueiros, têm tudo, mas eles não divulgavam, eles não sabiam como divulgar. Então, o Instituto pegou uma demanda local, uma demanda daquela região, ou seja, nós fizemos como se</p>

fosse uma extensão, porque nós fomos in loco, atendemos a comunidade, mas trouxe para a pesquisa. Por quê? Porque daí teve que desenvolver um site para divulgar. Isso resultou um convênio com uma associação da Estrada Parque. Então, neste caso, trabalhou pesquisa e extensão junto. Extensão tecnológica junto com a pesquisa aplicada. Pelo menos deveria ser assim.

Que problemas você visualiza hoje na instituição quanto à implementação da indissociabilidade por parte de professores e técnicos?

São duas questões. Primeiro, antes tinha a restrição do técnico participar, por interpretação de legislação. Hoje já pode. Mas o que eu vejo é... Das três juntas, é aquele ponto que eu disse. As pessoas, elas têm aquilo que elas gostam mais. Então, se a pessoa gosta mais de fazer pesquisa, ela vai fazer pesquisa. É difícil, mas tem gente que gosta só dar aula. A gente já teve situações de professores, não nesse campus, em outro, que ele pediu só para dar aula. Não queria fazer parte da pesquisa, não queria fazer assistência. Ele pediu só para dar aula.

Pesquisadora: ***É que não é obrigatório?***

Não é. A parte obrigatória é o ensino. Então, ele pedia para ficar com 24 aulas e daí fazer a soma, não sobrava espaço para poder fazer pesquisa e extensão. Então, acho que hoje a dificuldade maior é a visão que as pessoas entram no instituto. Porque as pessoas acabam de sair da universidade porque a universidade, ela se preocupa muito com pesquisa. Então, eu acho que a gente tem que fazer pesquisa acadêmica. Extensão é muito pouco. As ações extensionistas da universidade não deveriam. E a extensão deles lá é muito mais... Não é uma extensão tecnológica. Pode ter. Mas ela é uma extensão mais assistencialista. Surge uma demanda de curso, de confeitiro, eles ofertam, é essa a diferença. Eu acho que o ponto é a cultura. Quando as pessoas entram aqui. E talvez a falta desse entendimento, desse estudar a educação profissional profundamente, para compreender que elas se conversam, que é perfeitamente possível, de maneira simples, você fazer a extensão tecnológica e fazer a pesquisa aplicada. Sem precisar... Ai, eu preciso ter um teórico, ai eu preciso de não sei o quê... Sabe aquelas coisas que a universidade...

Pesquisadora: *Então, culturalmente ele... A pessoa tem que internalizar a pesquisa e a extensão.*

É. A gente traz tanto do ensino básico, que aí é só aula mesmo, é só aula. A gente traz essa cultura, traz a cultura da universidade. E a educação profissional é diferente. Então, para isso a gente precisa estudar a educação profissional. A gente tem que compreender essas *terminologias*. *O que cada uma significa*. Então, para mim, assim, um ponto... Era no início do instituto e não deveria ser mais, mas continua sendo. Então, a gente ainda vê ações muito pontuais. A gente foi moldado naquela cultura de universidade. E estudou a vida inteira, fez mestrado... Hoje, a maioria aqui tem mestrado, tem doutorado. E a maioria nas áreas puras são o pessoal da informática.

Eu não conheço ninguém, tirando o fulano que fez em educação.... Não, deve ter mais agora. Mas, assim, do pessoal daqui a maioria fez informática pesada mesmo. Desenvolvimento de sistemas, redes, enfim. Ninguém fez, assim, ensino de informática. Então... isso impacta também. O professor vai orientar os estudantes lá e ele quer seguir *a linha de pesquisa que ele fez, que ele traçou no mestrado, no doutorado*. **Pesquisadora: *É, normalmente é assim.*** Exatamente. E aí isso prejudica também. Então eu acho que o ponto crucial é esse. É a cultura internalizada nas pessoas que entram aqui. Aí elas não conseguem ter essa visão, que precisa caminhar junto. E do ensino por quê? Porque tudo isso aí eu tiro do ensino. Eu tenho que aproveitar. É o que eu tentei fazer na minha pesquisa de doutorado. Pegar, fazer a integração de uma área com outra área, com os conteúdos de sala de aula normal. Então ele fez ensino, pesquisa e extensão. Eles produziram um site, que vai ser aplicado na sociedade.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Acredita que a função de coordenador atua nas três áreas? No ensino, na pesquisa e na extensão?

Não. Hoje ela é muito voltada para gestão mesmo. Então, vamos dizer assim, a coisa burocrática e ensino. É muito raro a coordenação se envolver nesses... Ele se envolve na questão burocrática da pesquisa e da extensão. Porque tem coisa que bate na coordenação. Mas... Eu não vejo assim não... Não tem tempo. O coordenador, ele não consegue... Até consegue fazer uma pesquisa e fazer uma extensão, mas ele não se dedica. ***É, mas é enquanto professor, talvez.*** Enquanto professor, mas

não enquanto coordenador. Enquanto coordenador, não.

Hoje a sua prática profissional como coordenador (planejamento, organização e execução) integra as áreas de ensino, pesquisa e extensão?

Acredito que não. É puramente voltada para o ensino. Ações quando ocorre, ocorrem ações pontuais. Porque a pessoa... Na verdade, é um up. Aquilo que ele faz a mais, porque, por exemplo, se você pensar em cargo horária, o coordenador não dá conta de colocar projeto de pesquisa, eles fazem, pesquisa e extensão, sim, mas como professor. Exemplo fulano, tem N projetos de pesquisa, mas é um upgrade, por que ele dá bastante aula, e ainda é coordenador e faz pesquisa.

Diante do contexto de organização do trabalho, qual a sua percepção sobre o tempo para executar essas atividades de integração?

Olha, eu acho que tinha que ter um terço da carga horária destinada para fazer esse trabalho aí de ensino, pesquisa e extensão. Porque, se você pensar aí, um terço. Mais do que 12 horas, 12, 13 horas semanais. E olha lá. Hoje o pessoal dedica duas horas, três horas, quatro horas. E tem outros casos. Tem professor que tem 20 horas de pesquisa. É. Que bem. Mas, normalmente, quem faz duas, três, às vezes faz mais do que quem põem 20 no PIT. Mas eu acho que ficaria legal, assim, se a gente conseguisse pensar em um terço, um terço, um terço.

Um terço de aula, um terço para planejamento, preparação, tratar, vamos dizer, essa coisa burocrática. E um terço que ele tivesse de carga horária para se dedicar a essas ações de pesquisa e extensão.

Pesquisadora: Planejamento hoje é pouco? Não, o planejamento agora está bom. **É que ele é proporcional à quantidade de aulas.** A número de aulas, hoje ele está ótimo. Ele está um para um. Então, quem tem dez aulas, têm dez de planejamento. Dez de planejamento. E aí, o pessoal acaba usando esses horários de preparação também para fazer pesquisa.

PRODUTO EDUCACIONAL

Caso este tema seja projeto de estudo, quais itens consideram relevantes para este produto educacional?

É... Eu acho que aí tem uma questão institucional. É... Então, a gente também precisa rever os nossos documentos. O próprio regimento. Ele não coloca para o coordenador de curso ter essas áreas. Eu acho que tem um item lá que ele pode contribuir nas atividades. É que, por exemplo, numa universidade, o coordenador do curso, ele coordena tudo. Todas as ações. Tem coordenador que só coordena a pesquisa, tá uma baita estrutura. Não existe esse negócio de coordenador de COERI, COPEI. Não tem isso. Você vai ali num curso de x você não tem essa função. É... Inclusive, só contribuindo, lá em 2010, quando começou a campus x, não tinha nem COPEI nem COERI. O coordenador era de tudo. Então, a gente tem que ter uma estrutura de coordenador. Que naquela época eles faziam tudo. Então, talvez, ele teria respostas bem diferentes para... Mas não faço ideia. Então, num produto seria interessante, é... Primeiro, essa questão da indissociabilidade, deixar claro que o coordenador, ele precisa compreender esse os princípios fundamentais da educação profissional. E um deles é esse indissociabilidade. Porque, através desse, ele vai derivar os outros. Então, ele entende que nós temos que fazer pesquisa aplicada com o princípio. O princípio educativo tá lá, na legislação. Se é educativo, tem que estar presente nas ações de ensino. Tá? Ou tem que derivar das ações de ensino. O coordenador, ele tem que ter isso em mente. É pra poder orientar os professores. E a extensão, preferencialmente, ela tem que ser tecnológica, porque ela tem que estar vinculada com essa pesquisa aplicada. É... Mas, normalmente, o professor faz a extensão sozinho. Faz a pesquisa sozinho. Então, o seu produto, ele pode incentivar que esses coordenadores, eles tenham totalmente essa compreensão inserindo essas possibilidades. Porque eu sei que na prática não é fácil. Não é fácil. Mas ela tem que aparecer. Até para quem chega aqui novato. Eu tenho absoluta certeza de quem está começando agora não tem essas noções. Então ele acaba indo fazer o dia a dia burocrático. Eu acho que um ponto é deixar claro que o trabalho do coordenador, ele não é só essa parte burocrática que ele fica muito preso. E para isso as normativas são importantes. Eu acho que também tem que tirar um pouco disso. Tem muita coisa que vem para o coordenador que poderia ser resolvido por outra equipe. Hoje a carga maior de ações burocráticas, ele está no coordenador. Em outros setores também, mas se eu pensar em ensino... Nos documentos já aparecem mesmo. Muitas ações. É muita coisa. Uma cota. Até a questão que está no calendário. Tem uns prazos, datas para seguir. Então. Vai sobrar tudo para o coordenador. tem que rever mesmo a prática do coordenador. Atribuições. É o termo certo

Quais sugestões você daria de produtos educacionais para auxiliar os futuros coordenadores

a terem a indissociabilidade como princípio na sua gestão?

Eu acho que isso era interessante a capacitação. A gente tentou fazer aquela capacitação lá em 2016, 17, 18. Mas ela ficou muito restrita. Até porque era muito tempo voltada às ações de ensino. Então a gente falou de avaliação. Falou dos princípios. Foi o primeiro. Que foi até o bloco de ensino. É... Então, isso já teve. Curso de formação. É Formação continuada. Mas realmente faltou essa parte da pesquisa da extensão. Então, foi mais ensino. Mas é uma ideia. Mas hoje, talvez ele tenha que começar do zero. Porque faz tempo. Quantos anos. Talvez teria que fazer um geral. Se discutir. Ou ir para a prática mesmo. Trazer alguém para fazer mesas redondas. Fazer um curso um pouquinho diferente e trazer para discussão. Para entendimento. Não só... Não só absorver conteúdo. Até hoje em dia... Poxa... Tem no YouTube, tem... Nós fazemos um Meet. Na época. É... Que a gente não tinha esse canal do YouTube para apresentar. Mas era legal. O próprio Meet ficava com as aulas gravadas, o Meet era síncrono que é a interação. O assíncrono é o que ficava de tarefa, vamos dizer assim, no Moodle. Mas acho que é um ponto para essa turma nova e para os antigos também. Porque naquela época a gente atingiu acho que nem 30% dos professores. Da época. Hoje a gente deve ter... Deve ter pelo menos 30% a mais de professores. Então aquele número lá não vai chegar a 20 ao todo. Embora o curso fosse voltado para servidor no geral, tá? Não precisava ser professor.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A análise da entrevista de C6 revela um entendimento profundo sobre a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão na EPT, além de expor os desafios práticos na implementação desse princípio.

Observamos padrões de comportamentos na coleta de dados por meio da entrevista. Uma aproximação com os entrevistados permitiu o estudo deles durante e após a entrevista, relacionando eventos singulares com as práticas sociais, analisando a gênese dos processos, fazendo o exame das minúcias com o contexto histórico, profissional e cultural do participante.

Góes (2000) aponta que é necessária essa transcrição para não se perderem os detalhes das falas e das relações, de modo que, dentro de um processo em movimento, seja analisado cada microevento.

Detalhando ainda mais o termo da análise microgenética:

Em resumo, essa análise não é micro porque se refere à curta duração dos eventos, mas sim por ser orientada para minúcias indiciais – daí resulta a necessidade de recortes num tempo que tende a ser restrito. É genética no sentido de ser histórica, por focalizar o movimento durante processos e relacionar condições passadas e presentes, tentando explorar aquilo que, no presente, está impregnado de projeção futura. É genética, como sociogenética, por buscar relacionar os eventos singulares com outros planos da cultura, das práticas sociais, dos discursos circulantes, das esferas institucionais (Goes, 2000, p. 15).

Este tipo de análise permite um maior detalhamento na pesquisa de forma qualitativa, por corresponder a pequenas mudanças ou formação de novas gêneses, observadas dentro de um processo. Góes afirma que a análise será orientada para os detalhes das ações; para as interações e cenários socioculturais; para os

estabelecimentos de relações entre os microeventos e condições macrosociais” (Goes, 2000, p. 11).

O entrevistado C6 defende que essas três áreas não devem ser tratadas como elementos isolados, como num “tripé”, mas, sim, como partes de um “bloco único”. Contudo, ele reconhece as dificuldades dessa integração no dia a dia, quando muitos docentes acabam se especializando em apenas uma dessas frentes, frustrando a concretização plena desse ideal.

A visão de C6 reflete uma compreensão teórica consistente, mas também uma frustração com as limitações encontradas na prática. Ao interpretar essas dificuldades à luz da teoria de Vygotsky, é possível ver como o conceito de interconexão das atividades humanas no processo de desenvolvimento se alinha à proposta de integrar ensino, pesquisa e extensão. Assim como Vygotsky (2002) sugere que o conhecimento é estabelecido a partir de interações e práticas interdependentes, C6 enxerga o currículo integrado como uma peça-chave para o sucesso na formação de profissionais preparados tanto para o ensino superior quanto para o mundo de trabalho. Ressalta que o ensino na EPT deve se diferenciar pela “integração curricular”, com todas as disciplinas conectadas à prática profissional. Isso se assemelha a Araújo (2014), segundo o qual, para a integração curricular, é necessário criar uma nova cultura escolar e conquistar o engajamento dos profissionais envolvidos, exigindo deles a compreensão e a apropriação dos conceitos e princípios do Ensino Médio Integrado.

Quando o assunto é pesquisa, ele coloca a “pesquisa aplicada” em destaque, defendendo que seu foco deve ser em resultados concretos e soluções diretas para a sociedade. Pacheco (2010) reforça a ideia de que a pesquisa deve ser considerada um princípio educativo e científico. O entrevistado destacou os exemplos de projetos bem-sucedidos no *campus*, como o desenvolvimento de produtos que beneficiaram a comunidade, reforçando a ideia de que a pesquisa na EPT deve estar a serviço da realidade local onde o instituto está inserido.

Já na extensão, C6 vê uma oportunidade de “devolver” os resultados das pesquisas à sociedade, por meio da chamada “extensão tecnológica”. Ele cita como exemplo um projeto que mapeou as pousadas de uma região turística e criou um site para promovê-las, ilustrando o potencial da extensão em atender demandas comunitárias de maneira prática e eficaz.

Entretanto, C6 destaca as dificuldades na implementação da indissociabilidade.

Ele relata a resistência de alguns docentes que preferem se concentrar exclusivamente em ensino ou pesquisa, muitas vezes carregando uma visão tradicional de universidade que prioriza a pesquisa acadêmica em detrimento da pesquisa aplicada e da extensão. Além disso, ele aponta que a carga horária docente frequentemente não permite uma dedicação equilibrada entre essas três áreas e critica o fato de que o papel do coordenador de curso acaba sendo dominado por atividades burocráticas, limitando sua capacidade de promover uma verdadeira integração.

Em conclusão, a fala de C6 revela um conhecimento sólido sobre os princípios que fundamentam a EPT, mas também aponta barreiras culturais e institucionais que dificultam a aplicação plena desses princípios. Ele defende que a formação continuada dos docentes e uma maior conscientização sobre o valor integrador entre ensino, pesquisa e extensão são essenciais para promover uma educação que realmente prepare os estudantes para o ensino superior, para o mundo de trabalho e para responder às demandas sociais e regionais, afirmações que convergem para Araújo (2014), segundo o qual, para a efetivação do Ensino Médio Integrado, é necessária a apropriação de uma nova cultura institucional e social integradora.

Observamos padrões de comportamentos na coleta de dados por meio da entrevista. Uma aproximação com os entrevistados permitiu o estudo deles durante e após a entrevista, relacionando eventos singulares com as práticas sociais, analisando a gênese dos processos e fazendo o exame das minúcias com o contexto histórico, profissional e cultural dos participantes.

Góes (2000) aponta que é necessária essa transcrição para não se perderem os detalhes das falas e das relações, devendo cada microevento ser analisado dentro do processo em movimento.

Detalhando ainda mais o termo da análise microgenética:

Em resumo, essa análise não é micro porque se refere à curta duração dos eventos, mas sim por ser orientada para minúcias indiciais – daí resulta a necessidade de recortes num tempo que tende a ser restrito. É genética no sentido de ser histórica, por focalizar o movimento durante processos e relacionar condições passadas e presentes, tentando explorar aquilo que, no presente, está impregnado de projeção futura. É genética, como sociogenética, por buscar relacionar os eventos singulares com outros planos da cultura, das práticas sociais, dos discursos circulantes, das esferas institucionais (Goes, 2000, p. 15).

Este tipo de análise permite um maior detalhamento na pesquisa de forma qualitativa, por corresponder a pequenas mudanças ou formação de novas gêneses, observadas dentro de um processo. Góes afirma que “[...] a análise será orientada para os detalhes das ações; para as interações e cenários socioculturais; para os estabelecimentos de relações entre os microeventos e condições macrosociais” (Goes, 2000, p. 11).

Passamos para a segunda etapa da metodologia da análise microgenética, que é a separação em blocos. Esta etapa foi aplicada às perguntas de 7 a 10, que envolviam a temática da pesquisa, para conferir ao leitor a possibilidade de compreender cada passo que integra a forma da análise, conforme a perspectiva de Vygotsky (1998), que é a análise de todo o processo em movimento.

Analizamos a questão 7, que indagava: **qual é a sua compreensão sobre o princípio da indissociabilidade?** Procuramos investigar a concepção teórica dos participantes sobre o assunto. No Quadro 6, apresentamos a interpretação das respostas dos participantes:

Quadro 5 – Concepção teórica dos participantes sobre o princípio da indissociabilidade

PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE	
7. Qual é a sua compreensão sobre o princípio da indissociabilidade?	
C1	Respondeu fazendo um com paralelo que as áreas de ensino, pesquisa e extensão são importantes e acha interessante que se possa desenvolver um estudo e que os professores consigam enxergar essa relação.
C2	Entende a definição, porém não compreende como isso é executado no IF.
C3	Não soube dizer se tem conhecimento suficiente para responder. Na época de coordenação, tratava de vários assuntos, tanto questão organizacional e administrativa, quanto na questão pedagógica.
C4	Acredita que o princípio da indissociabilidade são as três áreas juntas, ensino, pesquisa e extensão.
C5	Contextualizou que há mais indissociabilidade entre ensino e pesquisa, do que na extensão, por ter que envolver a comunidade externa nesta última, o que exigiria maior responsabilidade do coordenador.
C6	Respondeu que é uma marca específica da educação profissional que mantém ensino, pesquisa e extensão como a coluna e não como tripé, como é um termo muito comum para indicar a integração, que é diferente.
C7	Respondeu que é a união das três áreas: ensino, pesquisa e extensão, porém vê dificuldade em enxergar a extensão dentro da instituição.
C8	Entende que a indissociabilidade é uma forma de trabalhar junto, sem separar, pesquisa, extensão e ensino. Percebe que para operacionalizar isso na prática tem dúvidas.
C9	Respondeu que é a questão do tripé ensino, pesquisa extensão e que indissociabilidade é aquilo que se uma coisa deixa de existir quer dizer que não é pleno, não está completo.
C9	Respondeu que é a questão do tripé ensino, pesquisa extensão e que indissociabilidade é aquilo que se uma coisa deixa de existir quer dizer que não é pleno, não está completo.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Analisamos a compreensão dos entrevistados sobre o “princípio da indissociabilidade” das áreas de ensino, pesquisa e extensão, examinando a gênese, as variações de complexidade e concretude da compreensão:

- Compreensão conceitual: **C1**, **C4**, e **C9** apresentam uma compreensão conceitual básica do princípio, identificando a integração das três áreas como essencial, mas com variações na profundidade e na aplicação prática.
- Desafios na implementação: **C2**, **C5**, **C7** e **C8** refletem desafios específicos na implementação do princípio. Esses participantes reconhecem a necessidade de integração, mas enfrentam dificuldades práticas, especialmente em relação à extensão e à operacionalização do conceito.
- Reflexões críticas: **C6** fornece uma visão crítica e contextualizada, distinguindo a indissociabilidade da ideia comum de "tripé" e sugerindo uma compreensão mais avançada e específica do princípio na educação profissional.

Diante destas observações, a densidade de informações acentua-se em relação à gênese dos processos, atribuindo atenção especial à utilização da linguagem pelos participantes, revelando aspectos dos processos psíquicos superiores. Vygotsky (1998) aponta que as funções superiores aparecem duas vezes: primeiro, no nível social; segundo, no nível individual entre pessoas (interpsicológico) e depois entre si mesmo (intrapessoal), estendendo a lógica para a formação de conceitos, confirmando que as funções se originam das relações reais entre indivíduos humanos. A análise microgenética revela que há uma variação significativa na compreensão do princípio da indissociabilidade entre os participantes. Alguns têm uma compreensão mais teórica e conceitual, enquanto outros enfrentam dificuldades práticas na implementação do princípio. A compreensão tende a se aprofundar conforme os entrevistados são desafiados a refletir sobre a integração prática das três áreas (ensino, pesquisa e extensão), sugerindo a necessidade de maior suporte e estratégias práticas para a operacionalização efetiva do princípio na prática institucional.

A seguir, no Quadro 5, exploramos em profundidade a concepção teórica dos participantes relacionada ao ensino na EPT. Destacaremos as respostas dos participantes sobre o tema e como elas influenciam a prática educativa no ambiente da EPT:

Quadro 6 – Concepção teórica sobre o ensino

ENSINO		
Pergunta 8:	O que você entende como ensino na perspectiva da educação profissional e tecnológica?	
Respostas	C1	Acredita que o IFMS deveria focar na formação dos estudantes para o mundo do trabalho, mas observa que muitos deles acabam indo para a universidade. Apesar de preparar os estudantes para o trabalho, a ênfase acadêmica também é significativa, incentivando-os a buscar mais formação e conhecimento.
	C2	O ensino é focado em técnicas e preparação profissional, indo além do currículo comum para equipar os estudantes para uma carreira. O estágio interno, no entanto, não oferece a prática necessária, limitando o contato dos estudantes apenas com o ambiente acadêmico e não com o mundo do trabalho real. É crucial que o ensino tecnológico inclua interação com empresas para proporcionar uma formação profissional completa.
	C3	Acredita que o ensino é tão abrangente, principalmente porque o IF tem uma proposta de integração.
	C4	Acredita que o ensino ainda está caminhando, porque a indissociabilidade e o ensino integrado ainda não é realizado pela instituição. Nas palavras de C4: <i>“O que é feito, na verdade, em relação ao ensino integrado, eu vejo mais na questão dos projetos de ensino, mas nas emendas curriculares, ainda não. Cada um trabalha de forma separada, não é integrado”</i> .
	C5	Entende que o IF tem um ensino riquíssimo, C5 cita: <i>“desafiador por oferecer uma carga horária técnica e uma carga horária do ciclo comum, a grande vantagem da educação profissional e tecnológica é o amadurecimento que a gente leva ao estudante no que tange às questões de profissão, de trabalho, questões de responsabilidade.”</i>
	C6	O ensino na educação profissional, ele tem um diferencial que é o ponto da integração curricular. Nós não estamos preparando somente um estudante que vai seguir na educação superior. Nós estamos preparando um estudante que vai também para o mundo do trabalho. Então, obrigatoriamente o ensino, ele tem que ter essa visão que eu estou preparando um mecânico, um técnico em informática, um técnico de administração.
	C7	O ensinar é levar o aprendizado a uma profissão, o foco do ensino na instituição federal está realmente em preparar os estudantes para o mundo do trabalho ou se está mais voltado para prepará-los para ingressar em universidades. A preocupação é que, apesar de o objetivo ser formar profissionais em áreas técnicas, muitos alunos acabam seguindo para grandes universidades, o que pode indicar uma discrepância entre os objetivos da instituição e os resultados obtidos. No entanto, é reconhecido que a qualidade do ensino também é um fator positivo, já que os alunos estão alcançando bons resultados acadêmicos.
	C8	Quando fala de educação profissional e tecnológica, o fim é formar um aluno não só técnico, para exercer uma profissão, mas também especialmente um aluno crítico, consciente do seu lugar no mundo, especialmente do mundo do trabalho, um aluno que entenda e compreenda o seu papel na sociedade, e que também consiga exercer aquela profissão para o qual ele se dedicou, o qual ele estudou.
	C9	O ensino vai ser o arcabouço do material mais técnico que o estudante precisa para o desenvolvimento do que foi visto na sala de aula, é a base do estudante ter os conhecimentos ali para desempenhar a sua função profissionalmente depois do curso.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Analisando as respostas dos professores apresentadas no Quadro 5, verificamos que a percepção de ensino que equilibra a preparação para o mundo do trabalho com a continuidade acadêmica é refletida por **C1** e **C6**. No entanto, há uma

tensão entre esses objetivos, evidenciando uma dupla função do ensino no IFMS. Podemos interpretar que essas percepções emergem da interação constante entre a prática educativa e as expectativas tanto do mundo do trabalho quanto do mundo acadêmico. Esse dilema revela um processo contínuo de negociação entre o ensino técnico e a educação acadêmica, nos quais os entrevistados percebem uma ambiguidade nos resultados alcançados, com muitos estudantes optando pela universidade, mesmo quando o foco deveria ser o mundo profissional. De acordo com Pacheco (2011), incorporar a preparação para o trabalho à formação acadêmica é uma das propostas dos Institutos Federais, um dos elementos essenciais que definem a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica.

A importância da prática real no ensino tecnológico é destacada por **C2**, criticando a falta de interação suficiente com o mundo do trabalho. A percepção de ensino está profundamente conectada à experiência (ou falta dela) dos estudantes em ambientes profissionais reais. Essa lacuna entre o ensino teórico e a prática profissional reflete um descompasso nas práticas educativas que não conseguem integrar de forma eficaz o contexto profissional na formação dos estudantes.

Os participantes **C3**, **C4** e **C5** abordam a ideia de ensino integrado e a indissociabilidade das áreas de conhecimento como elementos centrais da educação profissional e tecnológica. Embora haja uma percepção positiva sobre a riqueza e desafio do ensino no IFMS, há também uma crítica à falta de implementação completa do ensino integrado. Por meio da perspectiva histórico-cultural, podemos entender que o entendimento e a prática de um currículo verdadeiramente integrado estão em um estado de maturação nas instituições, conforme descrito por Vygotsky na ZDP.

As práticas educativas ainda se encontram fragmentadas no ensino médio técnico, historicamente herdadas desde o período colonial pela reprodução das relações de desigualdade entre classes sociais, manifestando-se na separação entre uma educação geral, voltada à preparação dos estudos aos cursos superiores, e uma formação imediata para o mercado de trabalho, alinhada às exigências produtivas (Ciavatta e Ramos, 2012). E essa fragmentação dificulta que os estudantes desenvolvam uma compreensão holística e integrada do conhecimento, essencial para a formação completa. A ideia é superar o conceito de uma escola dual e fragmentada (Pacheco 2011), buscar uma abordagem que possa essencialmente romper com a hierarquização dos saberes e contribuir efetivamente com uma nova identidade para a educação profissional e tecnológica.

Há uma percepção e uma preocupação com a discrepância entre os objetivos institucionais de preparar para o mundo do trabalho e os resultados observados, destacadas pelo participante **C2**. Para este entrevistado, ele acredita que foge um pouco dos objetivos do IF, pois muitos estudantes acabam ingressando em universidades. A análise microgenética sugere que essa discrepância pode estar enraizada nas práticas pedagógicas e nas interações sociais que ocorrem dentro do IFMS. O foco no ensino como meio de ascensão acadêmica, mesmo em uma instituição voltada para a educação técnica, pode ser interpretado como uma internalização de valores e expectativas sociais mais amplas, que priorizam a educação superior como caminho de sucesso. Esse processo de internalização reflete a influência cultural na formação dos objetivos e práticas educacionais.

O participante **C9** aborda o ensino como o “arcabouço técnico” necessário para o desenvolvimento profissional, enfatizando a importância de fornecer uma base sólida de conhecimentos técnicos.

Os dados das entrevistas nos dão indícios de como as percepções de ensino entre os coordenadores entrevistados refletem um processo contínuo de construção e reconstrução de significados. Esse processo é influenciado por interações sociais, experiências individuais e o contexto histórico-cultural específico da educação profissional e tecnológica. As discrepâncias e tensões observadas entre os objetivos educacionais e os resultados práticos são manifestações de um processo de desenvolvimento que ainda está em andamento, sendo a integração plena e a preparação para o mundo do trabalho metas que exigem uma reflexão crítica.

No Quadro 8, o foco da perspectiva conceitual é a pesquisa na educação profissional e tecnológica.

Quadro 7 – Concepção teórica dos participantes a respeito da pesquisa

PESQUISA	
Pergunta 9:	O que você entende como pesquisa na perspectiva da educação profissional e tecnológica?
Respostas	C1 É desenvolver os alunos para o trabalho científico. Eu participei do terceiro edital que participei das meninas e mulheres na ciência. Eu como pesquisadora sei essa realidade que a maior parte são os homens. Eu acho isso muito interessante que esses alunos saiam preparados para ter um pensamento mais crítico. Quando você pesquisa, quando você aprende percebe que não é só aquilo que você vê lá no celular. Mas você sabe aprende que tem alguma coisa, incentivo a buscar informações exatas. E desenvolver a questão da escrita científica, principalmente despertar o conhecimento mais crítico.
	C2 As pesquisas acadêmicas complementam o ensino e podem iniciar estudantes em carreiras acadêmicas, embora as pesquisas no IF, são na maioria

		científicas, não são profissionais. Normalmente é algum problema que o professor já tem ou percebeu e está pesquisando. Na região, há pouca pesquisa voltada para resolver problemas práticos de empresas locais, que geralmente buscam soluções rápidas e não se interessam por pesquisas demoradas. Há também uma falta de colaboração entre empresas e instituições de ensino, em parte devido à falta de professores para conduzir projetos. Um exemplo é a cooperação técnica com uma empresa em São Gabriel, que não teve sucesso devido a esses desafios.
	C3	A pesquisa na educação profissional é extremamente importante... Ela deveria alcançar mais estudantes. Tem os professores que desenvolvem projetos de pesquisa e que não necessariamente envolvem alunos. Mas os que envolvem estudantes acabam agregando mais àquele aluno que tem mais facilidade, tem uma base melhor e demais ficam aquém. Eu penso que a pesquisa chega a poucos estudantes. E ela tem muito a agregar à integração porque ela pode trabalhar habilidades, competências e conhecimentos que o aluno não vai ter alcance em sala de aula, que vai contribuir muito para a formação dele. Os estudantes que têm essa oportunidade, quando vão para a universidade tiram de letra, principalmente o início, fica até meio banal, meio cansativo porque não tem nada inovador, o curso acaba engrenando pelo segundo, terceiro ano porque eles passam a ter essa visão mais apurada, um leque muito maior que leva à busca de mais conhecimento.
	C4	A pesquisa é primordial, importante, entretanto, no momento, as pessoas estão cada vez menos motivadas a fazer pesquisa pelo excesso de burocratização do instituto, ou seja, a pesquisa, por causa de vários elementos ali que fazem com que seja cada vez mais difícil as pessoas participarem de editais, pelo excesso de documentação, de burocratização.
	C5	Há uma grande diferença entre pesquisa tecnológica e pesquisa acadêmica. O Instituto Federal deve priorizar pesquisas tecnológicas que atendam às demandas do mercado e dos setores produtivos, em vez de focar exclusivamente em estudos acadêmicos. No entanto, a pesquisa acadêmica também é importante para enriquecer o ensino e a formação dos estudantes. É necessário um equilíbrio, enfatizando a pesquisa aplicada que responde às necessidades da sociedade e dos setores produtivos, mas sem desconsiderar a pesquisa acadêmica que contribui para a formação dos estudantes.
Respostas	C6	Dentro dos princípios da educação profissional, tem que trabalhar com pesquisa aplicada, que é aquela pesquisa que vai surgir um produto, que vai ter uma aplicação, principalmente que impacte em um arranjo produtivo local. Então, sei lá, se eu tenho uma região que é produtora de grãos, então eu tenho que pensar em fazer uma pesquisa que auxilie de alguma forma aquela região. Mas também pode ser, por exemplo, aqui a informática. Vamos supor, aqui teve N pesquisas que ajudaram a mapear casos, vamos supor, de dengue. Nem sei se foi para frente, mas eu lembro que tinha uma pesquisa, inclusive, que teve um campo muito grande. E hoje está um boom. Então, isso é uma pesquisa aplicada, é aquela que tem que devolver para a sociedade, esse produto que está sendo, vamos dizer assim, são recursos públicos que estão sendo envolvidos para as pessoas aqui, os professores envolvidos, os estudantes. Então, é um retorno. Por isso que, na educação profissional, o grande ponto é fazer pesquisa aplicada. Pode ter pesquisa acadêmica? Pode ter pesquisa acadêmica. Principalmente quando tem mestrado, doutorado, vai ter, tem pesquisa acadêmica também. Mas ali no ensino médio, chão de fábrica, a ideia é fazer pesquisa aplicada.
	C7	Pesquisa é buscar conhecimentos, e o que vai lhe dar um alicerce naquilo que você está estudando, no ensino. Você está ensinando, você vai pesquisando. Então, tanto o professor pesquisa como o estudante pesquisa. A pesquisa tem um grande destaque nas instituições federais, porque eles já saem preparados para uma universidade.
	C8	É importante perceber que a pesquisa é um processo gradual e contínuo. Por exemplo, um estudante faz pesquisas relacionadas ao que aprende no ensino, avançando passo a passo. A pesquisa se desenvolve de forma incremental, com o estudante investigando um aspecto de cada vez e expandindo seu

		conhecimento. Esse processo é impulsionado pela curiosidade e pelo questionamento constante, com a pergunta de pesquisa evoluindo conforme o conhecimento do estudante avança.
	C9	A pesquisa vai trabalhar mais a parte prática o desenvolvimento do que foi visto na sala de aula. Essa base do estudante ter os conhecimentos ali para desempenhar a sua função profissionalmente depois do curso. Sim, aí já, aliando no gancho dos materiais que são relativos ao que ele está pesquisando. Então, ela é algo importante, assim, para contribuir na formação e na aprendizagem do estudante.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Com base nos estudos de Siegler e Crowley (1991), os quais apontam passos básicos que definem a abordagem microgenética, analisaremos, a seguir, os dados apresentados “em bloco” no Quadro 6. Conforme estes autores, a análise deve se dar no sentido da gênese dos processos, como as percepções sobre a pesquisa evoluíram ao longo do tempo e como estão relacionadas com o contexto social e institucional.

Em suas falas, os participantes **C1** e **C3** indicam um entendimento da pesquisa como algo além da simples aplicação prática; ela é vista como uma ferramenta crítica e formativa. O desenvolvimento de habilidades científicas é reconhecido como crucial para a formação integral dos estudantes, mas, para eles, a acessibilidade e o alcance dessas oportunidades ainda são limitados a um grupo seletivo.

Os participantes **C2** e **C4** apresentaram uma apreensão entre a pesquisa acadêmica e as necessidades práticas do mercado. O entendimento do discurso destes participantes é de que há falta de colaboração entre empresas e instituições, e a burocratização do processo de pesquisa revela desafios institucionais que precisam ser superados para tornar a pesquisa mais relevante e acessível.

Para **C5** e **C6**, uma mudança de foco na pesquisa para atender às demandas do mercado e da sociedade é necessária, de modo a promover uma pesquisa aplicada que tenha um impacto direto nos arranjos produtivos locais. O discurso destes participantes reflete um movimento em direção a uma educação mais conectada com as necessidades reais da sociedade.

Já o participante **C7** reflete a continuidade de uma tradição de pesquisa que prepara os estudantes para a universidade, mas que também precisa ser adaptada para atender às demandas tecnológicas e de mercado. Grande parte do conhecimento produzido está fora das realidades e desconectado das necessidades populares cotidianas (Moita e Andrade, 2009).

De acordo com recomendações de Vygotsky (1998), expor os comportamentos observados a uma análise quantitativa e qualitativa busca compreender os padrões emergentes e relacioná-los com os dados obtidos. Neste sentido, a frequência com que os coordenadores mencionam a importância da pesquisa aplicada sugere uma tendência crescente em valorizar a conexão entre educação e o mundo do trabalho. No entanto, o teor das respostas revela uma preocupação com a falta de infraestrutura e apoio institucional para realizar pesquisas mais significativas e integradas.

Os participantes **C1** e **C3** mostram uma visão mais qualitativa da pesquisa, estando o foco no desenvolvimento de competências críticas e científicas, enquanto **C2**, **C4**, **C5** e **C6** destacam a importância de alinhar a pesquisa com demandas práticas, sugerindo um desejo de reformulação nas práticas atuais.

Por fim, um entendimento tradicional da pesquisa como um preparatório para a academia é refletido por C7, que entende a necessidade de evoluir para incluir as demandas tecnológicas e profissionais.

Seguimos agora com a análise das percepções dos coordenadores em relação ao conceito da extensão. Por meio das entrevistas realizadas, foi possível captar diversas perspectivas sobre o papel da extensão na educação profissional. No Quadro 7, apresentamos de forma detalhada as respostas dos coordenadores, destacando as diferentes interpretações e ênfases atribuídas ao tema.

Quadro 8 – Respostas dos participantes quanto às suas concepções teóricas sobre a extensão

EXTENSÃO	
Pergunta 10: O que você entende como extensão na perspectiva da educação profissional e tecnológica?	
C1	Extensão é uma algo que pouquíssimo tem no instituto. Porque extensão é aquilo que a gente vai apresentar para a comunidade. Nós trabalhamos com desenvolvimento pessoal e profissional e a gente atende o público externo... As feiras estão sendo uma extensão, a Fecintec atende a comunidade, as escolas municipais, estaduais e as particulares, mas eu acho que falta atender mais a comunidade. Muitos cursos que podem ser abertos para a comunidade. Pode ser até que haja, mas eu não estou sabendo.
C2	É você utilizar os conhecimentos adquiridos, os que estão sendo adquiridos no ensino e até na pesquisa, para poder ajudar a comunidade local. Por exemplo, pode pegar o laboratório de robótica, onde você ensina robótica para os estudantes do instituto e fazer com que eles ensinam robótica para os estudantes de uma escola externa. É um tipo de extensão.
C3	A extensão é um trabalho que precisa envolver a comunidade que é um sujeito educativo também. Eu acho importante que para a comunidade cheguem não só projetos como do projeto do professor que trabalhava com a preparação de alunos de áreas carentes para o ingresso aqui no Instituto Federal ou no Colégio Militar, mas para além disso, ações que pudessem trazer a comunidade para aqui dentro e que agregassem à vida dessas pessoas. Algum curso na área de organização financeira básico para essas pessoas que não têm conhecimento. Algum curso na área de confeitaria por exemplo, neste sentido que pudessem agregar a vida dessas pessoas para desenvolver. Na questão do contexto de extensão, a gente atende mais a comunidade interna, que são os próprios alunos, professores e servidores. A comunidade

	externa ainda não é tão envolvida, é muito pouco, participa quando tem as feiras, mas ainda não é essencialmente desta forma, precisamos mais de cursos também.
C4	Eu acho que é importante. Hoje eu vejo, inclusive, que a extensão, nessas três esferas, é a menos trabalhada dos professores em si. Geralmente é projeto de ensino, projeto de pesquisa e quando sobra tempo, eles fazem a extensão.
C5	A gente acaba encaixando algumas questões de cultura e de esporte como se fosse extensão. E eu tenho minhas dúvidas se é isso mesmo. Porque a extensão, ela tem uma vocação muito forte para fora, para a gente atuar fora da comunidade. Não que seja ruim, errado, a prática de esporte e de cultura. Mas acho que tinha que repensar. Eu acho que é uma divisão entre as entidades. Eu não sei dizer se é realmente se é uma divisão clara, porque, por exemplo, se a gente faz um evento cultural, é lógico, a gente abre para a comunidade externa, talvez seja por isso. Mas a gente não permite, entre aspas, que a comunidade externa participe efetivamente, apresentando, fazendo alguma coisa. Às vezes a gente convida um ou outro. Mas não é algo assim interagindo com outra escola, eu acho que a forma da gente resolver essa grande questão da extensão no EPT é fazer atividades em conjunto com outras escolas públicas. Tipo, vai fazer algum evento esportivo que envolva a comunidade externa, faça convite com outras instituições. Vai fazer um evento cultural, interaja com outras instituições. Aí, sim, eu acho que vira algo mais comunitário, mais comunidade externa.
C6	Considerando essa coluna, a extensão, por isso que a gente chama de extensão tecnológica, ela deve ser o trabalho com esse produto que a pesquisa realizou. Então, é aí que entra a integração, entre a pesquisa e a extensão. Então, o fundamento da extensão na educação profissional é exatamente dar esse resultado para a sociedade. Porque a ideia da extensão é você ter um envolvimento da sociedade. Até assim, tem pessoas que são extremamente radicais que só consideram, por exemplo, um curso de extensão quando ele tem um estudante externo. Quando ele é interno, ele é um curso de ensino, tem essa vertente que diz isso que eu preciso entregar algo para a sociedade, na forma de um curso, na forma de um produto. Então, aí que a pesquisa, ela casa muito bem, a pesquisa aplicada, ela casa muito bem com a ideia da extensão, de levar esse produto. No campus X, nós tivemos uma vez, o pessoal da informática mapeou as pousadas, um pedido da sociedade, as pousadas e pesqueiros da região. Então, a ideia é a seguinte: eles têm lá o produto, têm os pesqueiros, têm tudo, mas eles não divulgavam, eles não sabiam como divulgar. Então, o Instituto pegou uma demanda local, uma demanda daquela região, ou seja, nós fizemos como se fosse uma extensão, porque nós fomos em loco, atendemos a comunidade, mas trouxe para a pesquisa. Por quê? Porque daí teve que desenvolver um site para divulgar. Isso resultou um convênio com uma associação da Estrada Parque. Então, neste caso, trabalhou pesquisa e extensão junto. Extensão tecnológica junto com a pesquisa aplicada. Pelo menos deveria ser assim.
C7	Veja uma dificuldade em enxergar, a extensão é você trazer algo de fora, fazer um intercâmbio com o externo, trazer pessoas de fora para mostrar a instituição, fazer parcerias. Mas eu acho que hoje a gente ainda não tem essa extensão como a gente tem a pesquisa. Como a gente tem o nosso ensino fortalecido. Como eu trabalho pouquíssimo com extensão, eu não sei se eu tenho essa expertise para falar.
C8	Eu entendo que a extensão é uma forma da gente devolver para a sociedade aquilo que a gente aprende com o ensino e aquilo que a gente descobre com a pesquisa. E aí a gente devolve para a sociedade através da extensão. A extensão é uma forma de a gente trazer a sociedade para junto da instituição, para dentro da instituição. Não só para ela ser participativa, mas para que ela seja, na verdade, o objetivo, o foco, para que a gente possa, tudo que a gente faz ali, de alguma forma, devolver para ela, seja em estudo, seja em atividades, seja em conhecimento, mas uma forma de a gente devolver para a sociedade tudo que a gente produz ali dentro.
C9	A extensão é o que vai fazer o estudante ter contato com a comunidade externa, isso pode gerar uma reflexão sobre algo que talvez ele não tenha tido contato anteriormente, no curso, porque no curso ele vai estar muito voltado à área técnica, e a extensão, ela vai trazer a vivência ali da comunidade externa, da sociedade, com seus problemas e tudo isso, então, são outras vivências, e isso daí vai acabar melhorando também a formação do estudante.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A análise das respostas apresentadas no Quadro 7 revela que a extensão, dentro do contexto da educação profissional e tecnológica, é percebida pelos coordenadores como um elemento fundamental, porém ainda subdesenvolvido,

especialmente em comparação com as atividades de ensino e pesquisa. Esta percepção reflete uma realidade histórica e sociocultural, na qual a extensão, embora teoricamente valorizada, enfrenta desafios práticos que limitam sua plena implementação e integração. Segundo Moita e Andrade (2009), desconsiderar a extensão fere o princípio da indissociabilidade, o que induz à perda de um vasto e indispensável terreno de descobertas e aprendizagens.

Os coordenadores demonstram diferentes compreensões sobre o conceito de extensão, revelando como este é socialmente construído e interpretado dentro da instituição. Por exemplo, os participantes **C1** e **C3** destacam a extensão como uma via de interação com a comunidade, mas lamentam a falta de iniciativas que realmente envolvam a população externa. Essa interpretação reflete um processo de significação em que a extensão é vista como uma atividade voltada para o desenvolvimento comunitário (IFMS, 2018), mas que, na prática, é limitada.

As respostas indicam que a extensão é mediada por diversas interações dentro da instituição e com a sociedade. A exposição de **C6**, por exemplo, descreve como a extensão pode surgir da pesquisa aplicada, resultando em produtos concretos que beneficiam a comunidade. Isso sugere que a extensão é um processo mediado por demandas externas e internas, nas quais o conhecimento gerado pela pesquisa é transformado em ações práticas para a sociedade.

O conceito de extensão também é visto como uma ferramenta para desenvolver o pensamento crítico dos estudantes, como observado por **C9**. De acordo com Marinho *et al.* (2018), a extensão compreende a produção, a valorização, a validação, a experimentação e a troca de conhecimentos entre a instituição e a sociedade, permitindo que os estudantes entrem em contato com a realidade externa, enriquecendo sua formação técnica com experiências práticas e desafios do mundo real.

A análise do discurso de **C4** também revela um problema recorrente: a burocracia e a falta de tempo dos professores para se dedicarem à extensão. Esse aspecto indica uma barreira institucional significativa, que impede a extensão de se consolidar como uma prática integrada e eficaz. A dedicação maior aos projetos de ensino e pesquisa, mencionado por **C4** pode ser visto como fator que dificulta a realização de atividades de extensão, limitando assim o potencial de desenvolvimento que essas atividades poderiam proporcionar.

Os participantes **C6** e **C8** enfatizam a necessidade de uma integração mais sólida entre extensão, ensino e pesquisa, refletindo a visão de Vygotsky (1988) de que o desenvolvimento cognitivo é um processo complexo e interligado. Eles destacam que a extensão deve ser a culminação dos conhecimentos adquiridos no ensino e nas pesquisas, devolvendo-os à sociedade de forma aplicada e significativa. Essa visão reforça a ideia de que a extensão não deve ser uma atividade isolada, mas sim uma parte integrante de um processo educacional mais amplo.

As respostas dos coordenadores evidenciam que a extensão é entendida como um elemento crucial para a educação profissional e tecnológica, mas que enfrenta desafios significativos para se tornar uma prática efetivamente integrada e valorizada. As concepções de extensão são moldadas por contextos históricos e sociais específicos. Estas concepções, por sua vez, influenciam as práticas e desafios enfrentados na implementação dela dentro da instituição.

A escolha da metodologia de análise nas perguntas 11 a 14 está apoiada nas abordagens de Siegler e Crowley (1991), que enfatizam a importância de captar tanto a “gênese dos processos” (ou seja, o desenvolvimento das percepções e práticas) quanto a observação sistemática para dar visibilidade às múltiplas dimensões e implicações de fenômenos institucionais. Essa estratégia permite uma visão abrangente e integrada dos desafios relatados, combinando uma compreensão detalhada com um panorama quantitativo representativo, que requerem uma compreensão tanto das percepções subjetivas quanto das realidades estruturais da instituição. Ao utilizar uma análise mista (quantitativa e qualitativa), é possível extrair nuances dos problemas identificados pelos coordenadores e mensurar a frequência com que cada problema ou percepção aparece entre os participantes, o que dá robustez aos dados.

Para a pergunta 11, **“Que problemas você visualiza hoje na instituição quanto à implementação da indissociabilidade por parte de professores e técnicos”**, realizamos a observação de análise quantitativa e qualitativa (Siegler e Crowley, 1991).

Capturando os aspectos centrais de suas preocupações e percepções a partir das respostas fornecidas pelos coordenadores, destacamos os seguintes pontos:

C1: Não identifica problemas institucionais, acreditando que a instituição proporciona as condições necessárias.

C2: Aponta como o principal desafio a falta de infraestrutura física adequada,

como laboratórios de pesquisa.

C3: Reconhece a falta de um trabalho colaborativo e uma resistência por parte dos professores para integrar pesquisa, ensino e extensão.

C4: Enfatiza a burocratização e a falta de motivação dos docentes, além da necessidade de maior comunicação e integração entre as áreas.

C5: Identifica o medo cultural e a sobrecarga de trabalho como barreiras significativas para a realização de pesquisas e projetos de extensão.

C6: Destaca a falta de entendimento e a resistência cultural em internalizar a pesquisa e a extensão como partes do trabalho docente.

C7: Ressalta a necessidade de mais recursos humanos e tempo para a realização de atividades integradas.

C8: Expressa dúvidas sobre como implementar a indissociabilidade na prática, reconhecendo a dificuldade em conciliar diferentes perfis de docentes com as demandas de pesquisa e extensão.

C9: Destaca a sobrecarga de trabalho dos professores, que, devido aos regulamentos da instituição, priorizam o ensino em detrimento de outras áreas, como a pesquisa e a extensão, essenciais para a formação integral dos estudantes.

Em várias respostas (**C2, C3, C6, C7**), os coordenadores apontam uma dissociação entre as funções de ensino, pesquisa e extensão, cujas práticas têm sua integração dificultada devido às condições materiais e culturais. Esses conflitos sugerem que os processos de desenvolvimento institucional não estão suficientemente apoiados por uma prática colaborativa e infraestrutura adequada, dificultando a internalização da indissociabilidade.

As respostas de **C3, C5** e **C6** indicam que a cultura institucional ainda carrega práticas e mentalidades herdadas de outras realidades educacionais, como a ênfase na separação entre pesquisa e ensino. Esse processo é um exemplo de como a cultura anterior pode ser internalizada pelos indivíduos e replicada, criando barreiras para a adoção de novas práticas.

Como destacado por **C4** e **C7**, a burocratização excessiva e a desmotivação dos docentes são obstáculos à implementação das atividades integradas.

Em uma análise mais quantitativa, considerando a recorrência das respostas, a falta de infraestrutura adequada (C2), a resistência cultural e a desmotivação (C3, C4, C5, C6) aparecem em várias falas, indicando que esses são problemas

amplamente reconhecidos pelos coordenadores.

Cada coordenador aponta um conjunto específico de problemas, sugerindo que os desafios na implementação da indissociabilidade são multifacetados e variam conforme o contexto e a experiência individual.

As respostas revelam uma profunda reflexão sobre os desafios institucionais, com os coordenadores demonstrando uma compreensão complexa das barreiras estruturais, culturais e processuais que dificultam a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Algumas respostas, como as de **C3** e **C6**, sugerem que há uma conscientização crescente sobre a necessidade de transformar a cultura institucional e adotar práticas mais integradoras. No entanto, as soluções ainda parecem incipientes, e há uma necessidade de maior apoio institucional para a efetiva internalização dessas práticas.

C3: “A integração fica num nível raso, porque é vista só como interdisciplinaridade”.

C6: “O ponto crucial é a cultura internalizada nas pessoas que entram aqui. Aí elas não conseguem ter essa visão, que precisa caminhar junto”.

Quanto à pergunta 12, **acredita que a função de coordenador atua nas três áreas? No ensino, na pesquisa e na extensão?**, com base nas respostas fornecidas pelos coordenadores, todos os nove participantes responderam que a função não atua nas três áreas (ensino, pesquisa e extensão). Apresentamos os principais pontos relatados por eles:

C1: Enfatiza que, na prática, a prioridade é o ensino, devido à carga horária elevada. Pesquisa e extensão ficam em segundo plano.

C2: Relata que as funções de pesquisa e extensão são separadas e não estão sob a alçada do coordenador de curso.

C3: Refere-se à coordenação como centrada no ensino e em tarefas administrativas, com pouca ou nenhuma atuação em pesquisa e extensão.

C4: Destaca que a coordenação é focada no ensino, enquanto pesquisa e extensão são responsabilidade de outras áreas.

C5: Descreve que a rotina do coordenador é dominada por tarefas pedagógicas e administrativas, com pouca interação com pesquisa e extensão, especialmente em cursos técnicos.

C6: Afirma que a coordenação é voltada para gestão e ensino, sem dedicação significativa à pesquisa e à extensão.

C7: Relata que, embora a coordenação toque em todas as áreas, a extensão tem pouca participação. Há uma sobreposição de papéis entre as funções de docente e coordenador.

C8: Indica que a função de coordenador de curso envolve todas as áreas, mas as responsabilidades são mais segmentadas, com foco em ensino e gestão.

C9: Confirma a separação das funções, com foco maior no ensino e na gestão. A pesquisa e a extensão são mencionadas, mas com envolvimento limitado, principalmente burocrático.

Todos os coordenadores entrevistados concordaram que a coordenação do curso está mais focada no ensino. Este dado sugere uma percepção comum entre os coordenadores de que as atividades relacionadas ao ensino são as principais ou mais demandantes em suas funções. Esse foco pode estar ligado à estrutura institucional, que trata de forma separada as coordenações, com cada uma priorizando suas atividades.

Nenhum dos coordenadores entrevistados considerou que a coordenação do curso está ativamente envolvida com a pesquisa, e apenas 22% dos coordenadores (C7, C8) indicaram que a coordenação do curso está envolvida ativamente com a extensão. Este dado pode indicar que a função de coordenação é vista como predominantemente administrativa e pedagógica. Conforme apontado por **C3**, o coordenador “[...] cuida do curso em si, do funcionamento, se atendendo o projeto pedagógico de curso, demandas que chegam com algumas ocorrências de alunos, mais graves ou menos graves, tem a mediação com pais e alunos, pais e professores, alunos e professores. E tem a parte acadêmica também, tem de organizar as aulas”.

As limitações de tempo e recursos são fatores determinantes que influenciam a prática dos coordenadores, levando à predominância das funções administrativas e pedagógicas sobre a pesquisa e a extensão. A ausência de envolvimento na pesquisa pode ser reflexo de uma sobrecarga de tarefas administrativas ou de uma divisão clara de funções dentro da instituição, onde a pesquisa é atribuída a outros papéis, como a coordenação de pesquisa (COPEI) e a coordenação de extensão (COERI). Conforme o participante **C4**, “é bem setorizado, o coordenador da pesquisa, que é o COPEI, está ali para isso. E da extensão é direto, para esse coordenador COERI, o coordenador de curso, fica só mais no ensino mesmo”. Ainda para **C5**: “quem vai pensar em pesquisa e extensão? Vai ficar com a COERI, COPEI e DIRER”.

Pode ser observado, nos regulamentos (Diretrizes para Gestão das Atividades

Docentes de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional do IFMS, 2018), que tanto a pesquisa quanto a extensão são atribuições dos professores e pesquisadores, reforçado na fala de **C6**: “Até consegue fazer uma pesquisa e fazer uma extensão, mas ele se dedica enquanto professor, não enquanto coordenador”.

A necessidade de uma reestruturação organizacional e uma revisão das atribuições dos coordenadores é evidenciada, especialmente na fala de **C5**: “O próprio regimento já determina as atribuições de um coordenador de curso e tem que repensar isso, o coordenador tem que cuidar da folha de ponto, dos professores. Não tem como ele pensar na parte de pesquisa e extensão. Então, a gente tem que realmente rever as atribuições”.

Apresentamos, a seguir, os questionamentos relatados pelos coordenadores quanto à pergunta 13: **“Hoje a sua prática profissional como coordenador(a) (planejamento, organização e execução) integra as áreas de ensino, pesquisa e extensão?”**.

C1 destaca a dificuldade em integrar ensino, pesquisa e extensão, devido a problemas administrativos e emergências constantes que desviam a atenção das atividades planejadas.

C2 expressa um desejo não concretizado de se envolver mais em pesquisa e extensão, mencionando a restrição de tempo e a falta de suporte institucional.

C3 e **C4** evidenciam que as atividades de coordenação estão predominantemente voltadas para questões administrativas e pedagógicas, com pouca integração explícita com pesquisa e extensão.

C5 aponta que as funções administrativas e pedagógicas ocupam a maior parte do tempo dos coordenadores, mencionando que as atividades de pesquisa e extensão acabam relegadas a outros setores.

C6 reforça que as funções de coordenação são majoritariamente acadêmicas e pedagógicas, com poucas ações integradas a pesquisa e extensão.

C7 oferece uma visão de que a coordenação inclui aspectos de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, mas admite que a realidade prática pode limitar essa integração.

C8 e **C9** falaram sobre a dificuldade de gerenciar e integrar pesquisa e extensão devido a demandas administrativas e à necessidade de estrutura institucional mais robusta.

A presença constante de emergências administrativas e pedagógicas descritas

por **C1** e **C5** parece moldar um ambiente onde as funções de coordenação são dominadas por demandas urgentes, limitando o tempo disponível para atividades planejadas de ensino, pesquisa e extensão:

C1: “mas o problema da coordenação é que cada dia é um flash. Ficou um pouco estabelecido que os coordenadores ficam responsáveis por tudo o que acontece no curso. Está errado porque a gente não consegue fazer o que precisa ser feito”.

C5: “eu vejo, assim, que às vezes a gente não está dando espaço para o coordenador pensar em pesquisa, ensino e extensão. Ele começa a pensar, é interrompido por essas demandas administrativas e pedagógicas. Mas tem que resolver. É mais questões pedagógicas, questões de disciplina. E questões administrativas, assim, bem complicadas”.

A predominância de tarefas administrativas e pedagógicas, como relatado por **C3**, **C4** e **C5**, indica que os coordenadores estão sobrecarregados com questões operacionais:

C3: “Mais no administrativo. O coordenador de curso, ele cuida do curso em si, do funcionamento”;

C4: “organização do trabalho, ali na coordenação de curso, era mais por demanda administrativa de pessoal”;

C5: “é interrompido por essas demandas administrativas”.

Isso se reflete em uma gênese dos processos que prioriza a resolução de problemas imediatos em detrimento do planejamento estratégico que poderia incluir pesquisa e extensão. Vejamos um trecho importante relatado pelo participante **C9**:

C9: “O número de projetos também que são desenvolvidos no campus, pensando no total de alunos que a gente tem, é muito pequeno. Ali era cerca de 50 estudantes, 60 estudantes no máximo envolvidos na pesquisa, um total de alunos que passa de 500, com certeza. Então, ainda é um número pequeno. Mas, era mais esse olhar, assim, da integração, de que deveria ter uma integração maior para desenvolver a pesquisa”.

Conforme o discurso do participante **C9**, embora alguns coordenadores participem de eventos e projetos, o envolvimento efetivo em pesquisa e extensão é relativamente baixo, e o número de projetos desenvolvidos é pequeno comparado ao número total de estudantes e docentes envolvidos.

Apresentamos, a seguir, um trecho da entrevista de **C7**: “no meu planejamento eu coloquei uma pesquisa e aí o restante eu coloquei como coordenação, deu para trabalhar porque eu levava trabalho para casa”. O discurso de **C7** e as observações de **C9** indicam que, apesar das dificuldades, há tentativas de integrar as funções de ensino, pesquisa e extensão, mas estas são frequentemente limitadas pela carga de

trabalho e a estrutura organizacional.

Quanto à pergunta 14, “**Diante do contexto de organização do trabalho, qual a sua percepção sobre o tempo para executar essas atividades de integração?**”, buscamos as percepções quanto ao tempo disponível para a execução das atividades de integração entre ensino, pesquisa e extensão e como cada coordenador articula suas respostas em relação ao contexto organizacional e ao tempo destinado às suas atividades.

Vale destacar que, no tocante à pergunta 14, as respostas variam desde a percepção de falta de tempo para realizar as atividades (C1, C5) até relatos mais detalhados sobre a complexidade da organização do trabalho e as demandas específicas enfrentadas (C2, C3, C4, C6, C7, C8).

- **C1** expressou a dificuldade de encontrar tempo para executar as três áreas (ensino, pesquisa e extensão), sugerindo que mais tempo deveria ser dedicado a essas funções;
- **C2** destacou a distribuição desigual do tempo entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão, com maior dedicação ao ensino e à gestão, e menor à extensão, apontando a complexidade de envolver a comunidade.
- **C3** revelou o impacto do acúmulo de responsabilidades sobre o tempo disponível, mencionando as dificuldades de gestão e as implicações sociais e emocionais para os coordenadores.
- **C4** enfatizou a fluidez das demandas e a necessidade de flexibilidade, mencionando que a organização do trabalho depende de várias variáveis que nem sempre podem ser previstas.
- **C5** criticou a carga horária mínima estabelecida para os coordenadores, sugerindo que essa configuração não permite uma integração eficiente entre ensino, pesquisa e extensão.
- **C6** propôs uma divisão equitativa do tempo entre ensino, planejamento e atividades de pesquisa e extensão, sugerindo um modelo de “um terço para cada”.
- **C7** compartilhou uma experiência mais específica, mencionando que, em seu contexto particular, foi possível gerenciar o tempo de forma eficaz, devido à menor demanda.
- **C8** comentou sobre a questão do tempo em relação aos editais e como as

demandas simultâneas sobrecarregam o trabalho dos coordenadores, sugerindo que os prazos precisam ser adaptados à realidade.

- **C9** enfatizou a importância de melhorar a comunicação entre as equipes de coordenação e a administração, mencionando que a falta de clareza nos processos e nas expectativas pode causar atrasos e dificuldades na execução das atividades de integração.

As respostas dos coordenadores refletem um processo contínuo de adaptação às condições de trabalho e às demandas institucionais. Por meio da interação social e do compartilhamento de experiências, os coordenadores desenvolvem estratégias para lidar com a falta de tempo, a complexidade das tarefas e a necessidade de integração entre diferentes áreas. Esse desenvolvimento é mediado tanto por suas próprias experiências anteriores quanto pelas políticas institucionais vigentes. A Tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição das respostas dos participantes quanto aos motivos para que consideram dificultar a integração ensino, pesquisa e extensão.

Tabela 2 – Motivos que dificultam a integração segundo os participantes

Motivo	Quantidade	Frequência	Percentual
Falta de tempo	4	C1, C5, C8, C9	44%
Flexibilidade e adaptação	3	C4, C6, C7	33%
Apoio de outros profissionais	5	C2, C3, C6, C7, C8	56%
Propostas de solução ou mudança na organização	4	C5, C6, C8, C9	44%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A percepção dos coordenadores sobre o tempo necessário para executar as atividades de integração é influenciada por vários fatores, incluindo a carga horária designada, o apoio institucional, a fluidez, a imprevisibilidade das demandas e a comunicação interna. Coordenadores que enfrentam contextos mais desafiadores, como aqueles com maior número de turmas ou responsabilidades, tendem a relatar maiores dificuldades em gerenciar o tempo. Em contraste, aqueles com apoio adequado ou menor número de demandas específicas, como no caso de **C7**, conseguem administrar melhor suas atividades.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 Planejamento e desenvolvimento

Na seção final da entrevista, solicitamos aos participantes que contribuíssem com sugestões para o desenvolvimento do produto educacional. Após a coleta dessas contribuições, os dados foram tabulados para permitir uma análise detalhada e sistemática das respostas obtidas, como pode ser visto no Quadro 10:

Quadro 9 – Contribuições dos participantes para o produto educacional

Perguntas	Caso este tema seja objeto de estudo quais itens considera relevante ter neste produto?	Quais sugestões você daria de produtos educacionais para auxiliar os futuros coordenadores a terem a indissociabilidade como princípio em sua gestão?
C1	Se você conseguir compilar todas essas informações que você está trazendo, é bom, isso mostra o caminho para quem faz.	Poderia mapear as atividades dos coordenadores.
C2	Falta bastante a divulgação.	Não houve sugestão.
C3	Coordenadores precisam de formação para entender mais o que é a integração, até para poder auxiliar num projeto colaborativo.	Um <i>e-book</i> que trate a questão da integração, qual o papel dela, trazer material na internet de livre acesso, autores que trabalham, pesquisam sobre o assunto.
C4	Material vai servir como um apoio didático para o coordenador.	Material para os alunos entenderem o papel da coordenação.
C5	Verificar o apoio de alguém da informática para fazer uma máquina de inteligência artificial que dialoga, com o coordenador ou com o aluno que seja. Fazer um coordenador virtual.	Um FAQ, um <i>Asked Question</i> com questões que são frequentemente perguntadas. Com respostas do ROD. Um WhatsApp, Coordenador virtual.
C6	Precisa rever os nossos documentos. O próprio regimento. Ele não coloca para o coordenador de curso ter essas áreas.	Capacitação, fazer mesas redondas, um curso um pouquinho diferente e trazer para discussão.
C7	Relevante essa contextualização do ensino, pesquisa e extensão.	Material contendo as informações sobre como funciona todo trabalho das coordenações
C8	Entender a partir da sua pesquisa, sobre a indissociabilidade, o que ela é, se o que os coordenadores entendem de fato é o que ela é, é o primeiro passo.	<i>Podcast</i> é interessante ou vídeo animado, curto.
C9	Ter diálogo entre as coordenações, em estratégias, em ações ali que vão ser mais efetivas para os professores participarem de uma forma mais integral.	Vídeo ou <i>podcast</i> .

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Auxiliando na tomada de decisão da escolha do produto educacional, realizamos uma análise quantitativa das sugestões para produtos educacionais destinados a auxiliar futuros coordenadores na incorporação da indissociabilidade em

sua gestão. A Tabela 3 apresenta uma classificação e uma avaliação da frequência e o tipo de sugestões oferecidas:

Tabela 3 – Tipo de produto educacional sugerido pelos participantes

Análise Quantitativa e Qualitativa			
Motivo	Quantidade	Tipo	Porcentagem
Mapeamento e Documentação das Atividades	1	Mapa	12,5%
Materiais Educacionais Específicos	3	<i>E-book</i> , material para alunos ou professores	37,5%
Ferramentas de Suporte Tecnológico	3	FAQ, <i>podcast</i> , vídeo	37,5%
Capacitação e Formação:	1	Curso	12,5%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Ainda que este quantitativo de participantes não seja tão abrangente, as propostas com maior frequência foram criar e fornecer recursos educativos diretos (*e-books*, materiais para alunos e professores) e soluções tecnológicas (FAQs, *podcasts*, vídeos). Essas sugestões refletem uma necessidade de suporte tanto teórico quanto prático, bem como o uso de tecnologia para facilitar a comunicação e o aprendizado.

O número igual de sugestões para ferramentas tecnológicas e materiais educacionais específicos destaca a importância de combinar diferentes tipos de recursos para maximizar a eficácia do produto educacional.

Diante das sugestões apontadas, reforçou-se a ideia inicial de o produto educacional ser um *e-book*. O formato é justificado pelas suas características: um produto digital de fácil acesso, que pode ser visualizado por meio de dispositivos eletrônicos (*tablet*, *smartphone*, *laptop*, computador *desktop* ou *e-reader*) com acesso à internet. Além disso, o *e-book* é econômico e sustentável, já que não há produção nem distribuição semelhante ao livro impresso. O valor de custo é baixo, não há necessidade de um alto investimento, pois esse formato digital proporciona um baixo orçamento para sua elaboração. E, considerando o contexto atual, no qual vivemos imersos em tecnologia, a busca por produtos com inovação tecnológica só colaboradora com as ideias propostas pelo curso de mestrado. *E-book* é uma abreviação do termo em inglês *eletronic book*, que, traduzido para português, seria livro eletrônico. Segundo Pinheiro (2011), *e-book* pode também ser escrito como *Ebook* ou *eBook* e acrescenta:

Acrônimo de *electronic book*, ou livro eletrônico; designa uma publicação em formato digital que, para além de texto, pode incluir também imagens, vídeo e áudio. Outras designações são livro digital ou livro digitalizado (PINHEIRO, 2011, p. 14).

Seguindo a denominação de livro/guia pequeno, o *e-book* que elaboramos, intitulado “**Diálogos entre ensino, pesquisa e extensão: coordenação de curso**”, teve a proposta inicial de auxiliar os coordenadores no desenvolvimento das suas atividades de planejamento com base no tema da indissociabilidade, levando em consideração as contribuições dos participantes após análise das entrevistas.

O levantamento documental e bibliográfico foi fundamental para o desenvolvimento do *e-book*, que também foi inspirado na teoria histórico-cultural de Vygotsky, e ajudou a moldar o documento como uma ferramenta de aprendizagem colaborativa. Em vez de ser apenas um material informativo, ele foi pensado para estimular conversas e trocas entre coordenadores, professores e gestores, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, o *e-book* não apenas oferece informações, mas atua como um guia que facilita a construção conjunta de conhecimento e o desenvolvimento profissional, sempre com o objetivo de melhorar a prática educacional. Com base na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky (1998), o material auxilia o indivíduo a internalizar novas habilidades e conhecimentos, tornando-os parte de seu repertório cognitivo e definindo, portanto, o seu novo Nível de Desenvolvimento Real.

O material trouxe conceitos e ofereceu uma abordagem prática e aplicável, baseada em experiências reais e em evidências científicas. A estrutura do *e-book* pode ser assim sintetizada:

- Descrevemos um breve embasamento que sustenta a importância da integração de ensino, pesquisa e extensão, contextualizando-a dentro do cenário da Educação Profissional e Tecnológica;
- Um conjunto de estratégias e boas práticas, para que as coordenações de curso possam promover a integração de forma eficaz;
- Um conjunto de estratégias e ferramentas para promover a integração de ensino, pesquisa e extensão na prática, estudos de caso no IFMS de projetos que adotaram práticas integradoras bem-sucedidas, demonstrando os benefícios e impactos positivos dessa abordagem.

Todo esse conteúdo foi dividido em quatro capítulos. Foram utilizados elementos textuais e visuais, referências teóricas e citações, indicações de leituras e materiais para ampliar a experiência do leitor. O produto educacional pode ser acessado na íntegra no Apêndice F desta dissertação.

5.2 Aplicação e avaliação

Para a aplicação do produto educacional, o *e-book* foi enviado de forma eletrônica via *Google Forms* aos coordenadores, ex-coordenadores, diretor de ensino, diretor de pesquisa e extensão e ao diretor-geral do *Campus Campo Grande* do IFMS. Após a leitura do material, os participantes responderam ao formulário de avaliação do produto educacional (Apêndice E).

O modelo de formulário foi adaptado de Soares (2021) e é composto por quatro seções estruturadas que continham as questões relacionadas à estética e ao aspecto visual; ao conteúdo; ao estilo e escrita e à aplicabilidade do produto educacional. As respostas foram previamente estabelecidas com as alternativas: “concordo totalmente”; “concordo parcialmente”; “não concordo nem discordo”, “discordo parcialmente” e “discordo totalmente”. Além das questões estruturadas, o formulário contou com um espaço para a manifestação espontânea dos participantes, comentários e sugestões gerais sobre o produto, como formato de apresentação, organização de conteúdo, exemplos apresentados e outros.

Foram enviados 20 convites para colaboração, e, deste total, conseguimos a colaboração de 11 participantes que leram o *e-book* e responderam ao formulário.

No contexto da avaliação do *e-book*, os participantes (coordenadores, ex-coordenadores e diretores) atuaram como mediadores no processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do material. Eles não apenas forneceram *feedback* sobre o conteúdo e a apresentação, mas também contribuíram para a criação de um produto que se alinha melhor às necessidades e ao contexto educacional específico. O uso de um formulário com perguntas estruturadas e espaço para respostas espontâneas permitiu que os participantes manifestassem suas opiniões e sugestões.

Quando questionados sobre a estética e o aspecto visual do *e-book*, os participantes analisaram a indagação “*possui clareza, estética e aspecto visual, de modo a facilitar a leitura e utilização pelo público-alvo?*”. Todos responderam que “concordam totalmente”. Quanto ao questionamento “*promove o diálogo entre o texto verbal e o visual, apresentando texto atrativo e de fácil compreensão?*”, 10 participantes (91%) concordaram totalmente, e recebemos apenas uma resposta “concordo parcialmente”, não havendo ressalvas sobre a escolha. Sobre as

afirmações da segunda categoria, que é relacionada ao conteúdo, destacamos aqui a análise para a pergunta 2.3, sobre a qual os respondentes ficaram parcialmente divididos, apresentando cinco respostas “concordo totalmente” (cerca de 45%) e seis respostas “concordo parcialmente” (55%).

Tabela 4 – Análise quantitativa para as perguntas 2.1, 2.2 e 2.3

Resposta	Pergunta		
-	2.1 Explícita, na sua Apresentação a origem, os objetivos e o público-alvo?	2.2 Expõe, na Introdução, o conteúdo que será desenvolvido em seus capítulos?	2.3 Possui conteúdo adequado para auxiliar o desenvolvimento das atividades dos Coordenadores de Curso do Ensino Médio Técnico do <i>Campus Campo Grande</i> ?
Concordo totalmente	10 (91%)	11 (100%)	5 (46%)
Concordo parcialmente	1 (9%)	-	6 (54%)

Fonte: Elaboração própria, 2024.

No espaço reservado à justificativa da escolha das alternativas da pergunta 2.3, os participantes destacam a relevância de fornecer informações aos coordenadores, para que eles possam desenvolver suas atividades de forma eficaz, e indicaram que o material colabora para a disseminação deste conhecimento. Nas justificativas, apontaram que o manual é um ponto de partida essencial, mas que o acesso completo ao material pode depender da iniciativa do profissional, sugerindo que há uma necessidade de mudança no modo de operação dos coordenadores. Diante disso, percebemos que os coordenadores necessitam estar abertos às novas abordagens e a adaptações no seu trabalho, para atender às demandas de trabalho que se relacionam com áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Todos os participantes que justificaram mencionaram que as atividades dos coordenadores vão além do que está descrito no material fornecido, mas que o conteúdo disponível ainda contribui de maneira significativa. Isso ressalta a necessidade de suporte adicional e o reconhecimento de que o material deve ser visto como um recurso complementar, e não como uma solução abrangente.

A Tabela 5, a seguir, apresenta as perguntas 3.1, 3.2 e 3.3, da categoria estilo da escrita.

Tabela 5 – Perguntas 3.1, 3.2 e 3.3

Pergunta
3.1 Apresenta conceitos, argumentos e explica os termos técnicos?
3.2 Possui escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e de difícil compreensão?
3.3 Estrutura as ideias facilitando o entendimento do assunto tratado, com textos atrativos que estimulam a aprendizagem do leitor?

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Todos os 11 participantes responderam “concordaram totalmente” às perguntas 3.1, 3.2 e 3.3 mostradas na Tabela 6. Destacamos, a seguir, duas justificativas apresentadas: “cada conceito é introduzido e desenvolvido de forma a facilitar a compreensão”; “os textos são atrativos e cuidadosamente elaborados para engajar o leitor”.

Um dos respondentes sugeriu dar ênfase aos projetos de ensino que promovem a integração entre ensino, pesquisa e extensão e destacou a importância de criar conexões práticas e efetivas entre essas áreas. Para os pesquisadores acatarem essa sugestão, era necessário entrar em contato com a Direção de Ensino e solicitar quais são os projetos de ensino vigentes. No entanto, não foi possível, devido ao pouco tempo que restou entre a análise dos dados e o término da escrita da dissertação.

Na sequência, os participantes responderam à pergunta 4.1: “Você considera que a institucionalização deste *e-book* no *campus* poderá contribuir nas atividades de atuação profissional dos Coordenadores de Curso?”. Dos 11 participantes, sete (64%) responderam que “concordam totalmente”, e quatro (36%) disseram que “concordam parcialmente”.

Os participantes justificaram que concordam com a utilidade do *e-book*, mas ressaltaram que os problemas operacionais enfrentados pelos coordenadores podem ser mais desafiadores do que os aspectos conceituais abordados no material, sugerindo que uma formação mais ampla é necessária. Esta análise sugere que, embora o *e-book* forneça informações valiosas, a solução de problemas práticos pode exigir recursos adicionais e treinamento mais específico.

Houve a oportunidade de manifestação livre dos participantes sobre o produto educacional: “Caso deseje, deixe aqui suas críticas, comentários e/ou sugestões gerais sobre o Produto Educacional:”. Foram obtidas sete respostas, apresentadas no Quadro 11 a seguir.

Quadro 10 – Sugestões e comentários dos participantes

Comentários
<i>Gostaria de parabenizar os autores do e-book por conseguirem sintetizar um tema tão complexo em um material interessante, de fácil leitura e com referências úteis, principalmente aos coordenadores que iniciarão a jornada na função. Não tínhamos nenhum documento institucional que contemplasse tal necessidade.</i>
<i>Contribuições deixadas nos espaços para justificativa. Parabéns pela produção.</i>
<i>Importante documento que poderá auxiliar e esclarecer sobre como aplicar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.</i>
<i>Sem sugestões</i>

<i>Material de fácil entendimento, visualmente adequado ao assunto, colorimetria adequada.</i>
<i>Muito bom o trabalho. Parabéns aos autores.</i>
<i>Produto bem estruturado e acessível, poderá ser aprimorado com mais exemplos práticos e elementos interativos, necessário atualizações regulares, por conta das legislações.</i>

Fonte: Elaboração própria, 2024.

As respostas fornecidas refletem um reconhecimento geral positivo do *e-book*, elogiando sua capacidade de sintetizar informações complexas, sua acessibilidade e seu impacto potencial na coordenação acadêmica. No entanto, há sugestões úteis para melhorias, incluindo a adição de mais exemplos práticos, e mais elementos interativos e a necessidade de atualizações regulares. Esses pontos de *feedback* podem orientar futuras edições do *e-book*, seja via projeto de pesquisa ou uma possível institucionalização do material, de modo que ele permaneça relevante e eficaz no apoio à instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender e analisar a complexidade das atividades desenvolvidas pelos coordenadores de curso, evidenciando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no contexto da educação profissional e tecnológica. Ao longo do estudo, foram exploradas as diversas responsabilidades que recaem sobre esses profissionais, ressaltando a importância de uma gestão integrada e articulada com as demandas contemporâneas da educação.

Retomando aos objetivos de verificar se as práticas dos coordenadores de curso do *Campus* Campo Grande do IFMS contemplavam a efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em sua atuação profissional, concluímos que a indissociabilidade é fundamental para a missão dos Institutos Federais, sendo um princípio que articula a produção e a aplicação do saber científico em resposta às demandas sociais.

Ao refletir sobre esse objetivo, percebemos que, embora o ideal seja claro e valorizado, a realidade cotidiana impõe desafios. A indissociabilidade é reconhecida como essencial para cumprir a missão dos Institutos Federais, já que busca integrar a produção do conhecimento com a sua aplicação prática, atendendo às necessidades da sociedade.

No entanto, o que ficou evidente é que, na prática, as atividades de ensino acabam recebendo maior atenção e ocupam a maior parte do tempo dos coordenadores. A pesquisa e a extensão, embora fundamentais, muitas vezes, são desenvolvidas de forma isolada ou em momentos pontuais, sem uma integração plena com o ensino. Essa desconexão se deve, em parte, à carga administrativa elevada e à escassez de tempo para se dedicar de forma equilibrada a todas as áreas.

Ainda assim, notamos que os coordenadores estão cientes da importância desse princípio e procuram, sempre que possível, alinhar as suas rotinas. Em suas ações de pesquisa aplicada e extensão tecnológica, eles têm buscado soluções práticas para os desafios da comunidade, mostrando que, mesmo diante das limitações, há um esforço contínuo para concretizar esse princípio. Para que a indissociabilidade seja plenamente vivida, será necessário um maior suporte institucional e uma reorganização do tempo e das responsabilidades dos coordenadores.

A análise das responsabilidades e desafios enfrentados pelos coordenadores

de curso nos Institutos Federais evidenciou uma organização que, em parte, dificulta a efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar das intenções da Lei nº 11.892 de valorizar o ensino técnico, determinando que 50% das vagas sejam destinadas para a educação profissional técnica de nível médio, a ênfase na quantidade de vagas e no cumprimento de metas administrativas acaba ofuscando a importância de uma gestão integrada e humanizada, centrada nas reais demandas educacionais e sociais. Ao estabelecer parâmetros rígidos para atendimento das metas de vagas, a organização institucional negligencia o suporte necessário para que os coordenadores promovam uma indissociabilidade plena, relegando a pesquisa e a extensão a segundo plano. Esse modelo de distribuição de vagas, ao priorizar cumprimento numérico, contribui para uma gestão fragmentada e para a sobrecarga dos coordenadores, limitando o impacto social e científico que a integração dessas três áreas poderia efetivamente proporcionar.

A análise dos documentos institucionais evidenciou que, quanto às definições das funções e responsabilidades dos coordenadores, a prática real ainda enfrenta desafios para implementar plenamente essa integração. As percepções dos coordenadores indicaram, de modo geral, que necessitam de mais compreensão sobre o princípio da indissociabilidade, destacaram também a necessidade de mais suporte devido à alta demanda administrativa e pedagógica, de modo que é substancial terem mais recursos para efetivar essa integração entre ensino, pesquisa e extensão em suas práticas diárias.

O levantamento e a organização desses dados revelaram as estratégias que vêm sendo adotadas para promover a permanência e o sucesso dos estudantes, bem como a qualidade dos processos educacionais.

O *e-book* “Diálogos entre ensino, pesquisa e extensão: coordenações de curso” foi bem recebido pelos coordenadores e diretores. A análise desse material, por parte dos profissionais envolvidos, demonstrou a relevância e a aplicabilidade da ferramenta, além de apontar caminhos para aprimoramentos futuros.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky, que permeia a fundamentação teórica deste trabalho, reafirma a importância do contexto social e cultural na formação dos indivíduos. Nas entrevistas, a abordagem permitiu interações com os coordenadores e permitiu observar em detalhes como os coordenadores, ao refletirem sobre suas práticas, iam revelando o processo de internalização de conceitos relacionados à indissociabilidade e à função social do seu papel. Essa abordagem permitiu não

apenas captar as respostas imediatas, mas compreender como as experiências e interações anteriores influenciaram a formação das suas respostas e posicionamentos. A análise microgenética possibilitou a compreensão das transformações nos modos de pensar e agir dos coordenadores ao longo do tempo, mostrando como as interações sociais e culturais impactam a efetivação dos princípios educativos no ambiente institucional. A interação constante entre coordenadores, docentes, estudantes e a comunidade externa é essencial para a construção de uma educação que atenda às demandas atuais e promova o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Adicionalmente, a pesquisa trouxe à tona a necessidade de investimentos contínuos em formação e capacitação com vistas ao aprimoramento das competências necessárias para uma gestão educacional eficaz.

Por fim, acreditamos que a oferta de cursos e *workshops* regulares sobre gestão educacional, metodologias integrativas e a aplicação prática do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são ações que podem auxiliar na aplicação do princípio. Indicamos a criação de redes de colaboração entre coordenadores de diferentes institutos e unidades, promovendo eventos de compartilhamento de boas práticas e experiências bem-sucedidas.

O papel que os coordenadores desempenham na articulação entre ensino, pesquisa e extensão é crucial, bem como necessário para a reflexão sobre as práticas e políticas educacionais que podem ser desenvolvidas para apoiar e fortalecer sua atuação. Como desdobramentos desta pesquisa investigações futuras podem explorar mais a fundo as relações entre as diferentes dimensões do trabalho dos coordenadores e os impactos dessas atividades no sucesso e na permanência dos estudantes, visando à contínua melhoria da educação profissional e tecnológica no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA B.; FARIAS R.; S. e CAVALCANTE, F. Análise espacial do ensino profissional e tecnológico no âmbito do IFPB. **Revista Principia**, v. 2, n. 25, p. 65-79, 2014. ISSN 1517-0306. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/174/143>. Acesso em: 08 abr 2023.
- ALMEIDA, M. M. P.; CONCEIÇÃO, G. L. Os espaços do conhecimento e a tríade ensino-pesquisa-extensão na educação profissional e tecnológica. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, e-7044, 2022. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/982>. Acesso em: 08 abr 2023.
- ARANHA, M. E. S. M. R. **O coordenador pedagógico na perspectiva da formação integral**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA. Salvador, 2019. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/profept/pdfs/dissertacoes/turma1/dissertacao-maria-emilia-dos-santos-martins-rocha-aranha.pdf>. Acesso em: 08 abr 2023.
- ARAÚJO, E. B. O. D. **A reestruturação do projeto pedagógico de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio e a formação integral: o legado do Decreto nº 5154/2004**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco IFPE. Olinda, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/336>. Acesso em: 08 abr 2023..
- ARAUJO, R. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Coleção formação pedagógica, v. 7. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Praticas-pedagogicas-e-ensino-integrado.pdf>. Acesso em 12 set. 2023.
- ARAUJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- ARBEX, Q. P. F.; ARAÚJO, C. H. S. Práticas educativas e as tecnologias na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Anápolis Digital**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/wp-content/uploads/2023/vol9/01.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.
- AVELINO DE LIMA, J. G. S. *et al.* Os lugares da sociologia na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (Online)**, v. 2, n. 13, p. 150-169, 2017. ISSN 1983-0408. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6319>. Acesso em: 08 abr 2023.

BARBOSA, J. P. V. e VAZ, A. M. Análise microgenética de processos de aprendizagem na pesquisa em educação em ciências. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, vol. 18, n. 3, p. 458-477, 2019. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen18/REEC_18_3_1_ex1256.pdf Acesso em: 10 fev 2024.

BONFIM, C. H. PROJETO INCUTEC: uma experiência de prática integradora para o curso técnico de administração do IFMA CAMPUS BURITICUPU. **Holos**. Natal, RN, v. 2, p. 75-86, 2014. ISSN 1807-1600. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1366>. Acesso em: 09 abr 2023.

BRANDÃO, J. L. A.; PERUCCHI, V.; FREIRE, G. H. D. A. Inovação, trabalho remoto e bibliotecas educativas públicas: caminhos para a transformação digital no mundo do trabalho pós-pandemia. **Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, p. e023001, 2022. ISSN 1678-765X. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/skq7h8xjdNPvWzykLBVLJwz/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, Presidência da República. Brasília, 5 out 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 23 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de acesso à Informação. Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.677, de 25 de junho de 2012**. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168 [.] Presidência da República. Brasília, 25 jun. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm. Acesso em: 12 dez 2022.

CAVALCANTI, A. D. S.; MACÊDO, F. C. D. S. PESQUISA E ENSINO: o lugar da sabedoria na profissão professor. **Acta Tecnológica**, v. 9, n. 2, p. 69-76, 2014. ISSN

1982-422X. Disponível em:

<https://periodicos.ifma.edu.br/actatecnologica/article/view/283>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CHAVES, C. J. A. *et al.* Extensão universitária e os preceitos da indissociabilidade: um compromisso da universidade com a inclusão social. **Holos**, Natal, RN, v. 2, p. 1-17, 2019. ISSN 1807-1600. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7866>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 27–41, 2012. DOI: 10.22420/rde.v5i8.45. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 25 abr. 2024.

COUTO, A. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT: uma proposta para o planejamento integrador no IFES – Campus Colatina**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/701>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DIAS, A. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, Cristalina, v. 1, n.1, agosto 2009, p. 37-52. Disponível em:

<https://www2.fag.edu.br/professores/solange/INTEGRA%C3%87%C3%83O,%20ENSINO%20PESQUISA%20E%20EXTENS%C3%83O/BIBLIOGRAFIA/DIAS,%20Ana%20Maria%20lorio.%20Discutindo%20caminhos%20para%20a%20indissociabilidade%20...pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DIAS, L. **Princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PIEPE) no IFG**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Goiás – IFG. Anápolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifg.edu.br/handle/prefix/1030>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DOUGLAS, J. Apresentação e Palavra do Editor. **Caminho Aberto**, p. 4-7, 2018. ISSN 2359-0580. Disponível em:

<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2507>. Acesso em: 10 abr. 2023

ENGELHARD, N.; AGUIAR, S.; RUIVO, S. A. Pet sexualidade. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 7, n. 24, 2021. ENGELHARD, N.; AGUIAR, S.; RUIVO, S. A. **Pet sexualidade**. *Revista Ensino Interdisciplinar*, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3635> Acesso em: 10 abr. 2023

ENGELS, F. **Dialectics of nature**. New York: Internacional Publishers, 1940.

EVANDRO, G.; PAGANI, M. Formação professor humanizadora. **Revista em extensão**, v. 20, n. 2, p. 111-122, 2022. ISSN 1518-6369. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes/article/view/769>. Acesso em: 10 abr. 2023

FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – UESC. Brasília, MEC/SESU. Ilhéus – PR, p. 98. 2001.

GASPAROTTO, L. P. R. *et. al.* Impacto da iniciativa extensionista na comunidade local e na formação do estudante do curso técnico em massoterapia: projeto “Mãos Itinerantes – Massoterapia em eventos”. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (Online)**, v. 1, n. 14, p. e7025-e7025, 2018. ISSN 1983-0408. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7025>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

GOES, M. A abordagem microgenética na matriz histórico cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cadernos CEDES**, Campinas - SP, v. 20, n. 50, 2000. 9 - 25. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3HgqZgZCCZHSD85MvqSNWtn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 maio 2023.

IFES. **Anexo do Regulamento Geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Instituto Federal do Espírito Santo. IFES. Vitória – ES. 2018. Disponível em:

<https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023>. Acesso em: 27 maio 2023.

IFMS. **Regimento Geral do IFMS**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS. Campo Grande – MS, 2017. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regimentos/Resolucao0612017RegimentoGeral.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

IFMS. **Diretrizes de Gestão de Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão do IFMS**. 2018a. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS. Campo Grande – MS, 2018. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/diretrizes/diretrizes-para-a-gestao-das-atividades-docentes-de-ensino-pesquisa-extensao-e-gestao-institucional-do-instituto-federal-de-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 27 maio 2023.

IFMS. **Plano de desenvolvimento institucional IFMS 2019-2023**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS. Campo Grande – MS, p. 161. 2018b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2019-2023>. Acesso em: 27 maio 2023.

IFMS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica – Integrado –**

Campus Campo Grande. 2019a. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-eleotecnica-campo-grande.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

IFMS. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática – Integrado – Campus Campo Grande. 2019b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-do-curso-tecnico-em-informatica-campo-grande.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

IFMS. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica – Integrado – Campus Campo Grande. 2022a. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/ppc_tecnico_mecanica.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

IFMS. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração – Integrado – Campus Campo Grande. 2022b. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-dos-cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-de-curso-tecnico-integrado-em-administracao-campus-campo-grande.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

IFMS. Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFMS. 2023. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS – Campo Grande – MS. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/regulamento-da-organizacao-didatico-pedagogica-do-ifms-versao-revogada.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

ILGENFRITZ, L. A.; CAMBRAIA, A.; NONENMACHER, S. Caminhos para a formação integrada por meio de princípios agregados à curricularização da extensão. **Revista diálogo educacional**, v. 22, n. 74, 2022. ISSN 1518-3483. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/29256>. Acesso em: 10 abr 2023.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. **Revista Perspectiva**, UFSC, Florianópolis, v. 22, p. 105–128, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10745>. Acesso em: 06 fev. 2024.

KREBS, J. R. Extensão universitária no Brasil: conceitos, políticas e contradições. **Revista de extensión universitaria**, n. 17, Jul./Dec., p. e0017, 2022. ISSN 2250-4591. Disponível em: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/278/2783551004/html/>. Acesso em: 10 abr 2023.

KRUGER, R. S. **Ensino Médio Integrado: concepções e fundamentos – um apoio para coordenadores de cursos.** Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Charqueadas, p. 35. 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/559626>. Acesso em: 28 maio 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, F. C. D. L.; HELLMANN, R. M. Curricularização da Extensão Universitária: case de sucesso no CST em Gestão de Turismo – IFSC/SC. **Extensão em Foco**, n. 30, 2023. ISSN 1982-4432. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/85269>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LEONTIEV, A. *et.al.* **Psicologia e Pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro. 2005.

LUCCI, M. A. A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica. **Profesorado. Revista de currículo y formación del profesorado**, v. 10, n. 2, p. 1-11, 2006. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/o-socio-interacionismo-de-lev-vygotsky/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

LUCENA, F. F. A concepção de formação humana nos cursos de licenciaturas do Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia Da Paraíba – IFPB. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (Online)**, v. 2, n. 11, p. 25-35, 2017. ISSN 1983-0408. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5443>. Acesso em: 10 abr 2023.

MACIEL, A. S. **A Universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**: utopia ou realidade. Rio Branco: Edufac, 2017. 180p.

MARINHO, C.M. *et al.* Extensão universitária e aproximação dialógica: a experiência do projeto escola no campus no sertão de Pernambuco-Brasil. Petrolina – PE. **Revista de extensão da UNIVASF**, n. 6, p. 111-124, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/download/901/651/3243>. Acesso em: 10 abr. 2023

MARQUES, M. B.; VIEIRA, J. D. A. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **ScientiaTec**, v. 7, n. 1, 2020a. ISSN 2318-9584. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131>. Acesso em: 09 abr. 2023

MARQUES, M. B.; VIEIRA, J. D. A.; PONTEL, T. L. Repercussões da prática profissional integrada na formação de estudantes do ensino médio integrado à educação profissional. **Contexto & Educação**, v. 35, n. 112, p. 185-199, 2020b. ISSN 0102-8758. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/10473>. Acesso em: 09 abr. 2023

MEDEIROS, O. M.; MOURA, D. H. Editorial. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (Online)**, v. 1, n. 4, p. 1, 2016. ISSN 1983-0408.

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3996>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MOITA, F. M. G. S. C. e ANDRADE, F. C. B. de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Rev. Bras. Educ. [online]**, v.14, n.41, p.269-280, 2009. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MORAES, C. A. S. G. D. et al. A integração disciplinar na concepção dos discentes do ensino médio integrado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021. ISSN 1809-449X. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Jj3Tzxy3pVCZkQjCCfBqcjL/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

NASCIMENTO JUNIOR, J. R. D. **As relações entre as concepções de formação integral e seus impactos no desenvolvimento das aulas**: um estudo sob a ótica dos docentes de um Campus do Instituto Federal de Pernambuco. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco IFPE, Olinda, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/380>. Acesso em: 03 abr 2023.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010 Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PACHECO, E. M. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2011. Editora Moderna. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

PEDRASSANI, J. S. *et al.* Estágio na Extensão: experiência com o ensino de Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados. **Revista em extensão**, v. 20, n. 2, p. 123-131, 2022. ISSN 1518-6369. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/63509>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PINHEIRO, C. **Dicionário do E-book**. Sintra: Ler Ebooks, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/carloscabeca/docs/dicionariodoebookf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PUHL, M. J.; DRESCH, Ó. I. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o conhecimento. **Revista Di@Logus**, v. 5, n. 1, 2016. ISSN 2316-4034. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/dialogus/article/download/156/89/488>. Acesso em: 03 abr. 2023.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline e colaboradores; **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios,

tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 42-57.

RAMOS, M. S. C. Experiências de integração entre ensino, pesquisa e extensão. **Caminho Aberto. Revista de Extensão IFSC**, ano 5, n. 8, Jan./Jul. 2018.

Disponível em:

<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2532/pdf%20final>. Acesso em: 03 abr. 2023.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: Notas para pensar a indissociabilidade.

Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 21, p.71-85, 2003. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em: 09 abr. 2023.

RIBEIRO, E.; BOLIGIAN, L.; REINERT, M. Reflexões sobre a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão a partir do projeto de ensino no curso técnico integrado ao ensino médio. **Metodologias e Aprendizado**, v. 5, p. 259-266, 2022. ISSN 2674-9009. Disponível em:

<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3527>. Acesso em: 10 abr 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. 4. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2017.

SAID, G. “O presente é um presente”: imaginário, desejo e identidades políticas no Brasil. **Cadernos Cajuína**, v. 5, n. 2, p. 138-158, 2020. ISSN 2448-0916. Disponível em:

<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/394/281>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SANTANA, F. C. D. M.; DE PAULA, E. F.; PEREIRA, P. S. Potencialidades da Resolução CNE/CP Nº 02/2015 diante das (des)construções curriculares para a formação de professores(as) de matemática. **Revista de Educação Matemática (Online)**, v. 19, p. e022008, 2022. ISSN 2526-9062. Disponível em:

<https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/70>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SANTOS, R. D. C. G. D. **Interculturalidade na aquisição linguística e cultural da língua espanhola**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Línguas Estrangeiras Modernas – Inglês e Espanhol) – Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Cabedelo, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1176>. Acesso em: 09 abr. 2023.

SIEGLER, R. S.; CROWLEY, K. The microgenetic method: a direct means for studying cognitive development. **American Psychologist Association**, v. 46, n. 6. jun, p. 606-620, 1991. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/21204416_The_Microgenetic_Method_A_Direct_Means_for_Studying_Cognitive_Development#:~:text=The%20microgenetic%20method%20involves%201,students'%20understanding.%20... Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, A. F. *et al.* Internacionalização e interculturalidade como mecanismos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no IFRN: O Caso o II Encontro Intercultural Do Campus Canguaretama. **Revista Conexão UEPG**, v. 16, n. 16, p. 1-13, 2020. ISSN 2238-7315. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/13683/209209212682>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, E. B. D. **O Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Santa Catarina e o trabalho da coordenadoria pedagógica do Campus Florianópolis no processo de criação e reestruturação dos projetos de cursos**: uma análise crítica entre o proclamado e o realizado. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Florianópolis, p. 206. 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1150>. Acesso em: 09 abr. 2023.

SILVA, M. S. D.; CAMPOS, C. R. P. Atividades investigativas na formação de professores de ciências: uma aula de campo na Formação Barreiras de Marataízes. **ES. Ciência & Educação**, v. 23, n. 3, p. 775-793, 2017. ISSN 1980-850X. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/zxrVcnPRkzs6TgBJDMvqkCj/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

SILVA, R. O. D. **Proposta de autocapacitação para coordenadores de graduação**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazona – IFMA. Manaus, p. 137. 2019b. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IFAM-1_fa536b420c384dbf94025dbb86e60768. Acesso em: 23 abr. 2023

SILVA, V. M. D.; BRITO, D. M. Instrumentos de gestão aplicados aos processos de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão na formação profissional. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 24, n. 2, p. 441-469, 2022. ISSN 1415-2843. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625772431014/html/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SIQUEIRA-BATISTA, R. Os anéis da serpente: a aprendizagem baseada em problemas e as sociedades de controle. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1183-1192, 2009. ISSN 1413-8123. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mspYtLCQFqXZDZFbb3cC7cc/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SOARES, D. M. **O trabalho dos professores substitutos nos institutos federais: um guia para a integração do professor substituto no IFNMG**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG. Montes Claros, 2021. Disponível em: https://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=50075. Acesso em: 23 abr. 2023.

SONAGLIO, P. *et al.* Estágio na Extensão. **Revista em extensão**, v. 20, n. 2, p. 123-131, 2022. ISSN 1518-6369. Disponível em

<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/63509/33202>. Acesso em: 09 abr. 2023.

TAUCHEN, G. e FAVERO, A. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas Críticas [online]**, v. 17, n. 33, p. 403-419, 2011. ISSN 1981-0431. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3818>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **La imaginación y el arte em la infância**. Madrid: Akal Editor, 1982.

VYGOTSKY, L. S. **História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Ciudad de la Haban: Editorial Científico Técnica, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

XAVIER, B. D. **Imersão ao contexto do empreendedorismo subsidiado por um jogo de negócios mediado em um Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), IFMS, Campo Grande – MS. 160f. 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11218056. Acesso em: 23 abr. 2023.

WERTSCH, J. V. **Vygotsky and the Social Formation of Mind**. Cambridge: [S.n.], 1985.

APÊNDICE A – Parecer do Comitê de Ética – CEP

ANHANGUERA-UNIDERP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: COORDENAÇÕES DE CURSOS TÉCNICOS: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM BASE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Pesquisador: JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 72962123.7.0000.0199

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.686.602

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa possui como questão problematizadora: qual a percepção dos coordenadores de cursos na promoção da indissociabilidade entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão em sua atuação profissional? O objetivo geral é verificar se as práticas dos coordenadores de curso do campus Campo Grande do IFMS contemplam a efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em sua atuação profissional para elaborar um e-book afim de contribuir com suas ações de trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Verificar se as práticas dos coordenadores de curso do Campus Campo Grande do IFMS contemplam a efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em sua atuação profissional para elaborar um e-book afim de contribuir com suas ações de trabalho.

Objetivo Secundário:

1. Levantar as características da terminologia "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão";

Endereço: Rua Alexandre Herculano - Anexo a Secretaria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu - Bloco E
Bairro: Jardim Veraneio **CEP:** 79.037-280
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3309-6504 **E-mail:** cep.uniderp@uniderp.com.br

Continuação do Parecer: 6.686.602

2. Mapear as ações/atividades dos coordenadores de cursos nos documentos institucionais que contemplam a integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
3. Verificar a concepção teórica dos coordenadores de cursos sobre o princípio indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e suas percepções em relação a atuação profissional;
4. Produzir um e-book para auxiliar os coordenadores de curso no planejamento de suas práticas profissionais seguindo a integração do ensino, da pesquisa e da extensão e verificar como um e-book construído na perspectiva histórico-cultural poderá contribuir com suas ações de trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possíveis riscos aos participantes: envolve a possibilidade de haver alguma forma de desconforto enquanto os participantes respondem às perguntas. Para minimizar eventuais desconfortos os participantes também serão informados que a sua identidade e o diário de bordo serão mantidas em sigilo e que somente a pesquisadora terá acesso para fins de análises dos dados. Caso o desconforto persista a coleta de dados poderá ser interrompida.

Benefícios:

Os participantes poderão se beneficiar com aquisição de conhecimento junto aos resultados da pesquisa e o produto educacional, potencializando a sua atuação profissional. Isto porque a prática do professor enquanto coordenador de curso poderá contribuir com a instituição em cumprir os objetivos institucionais, pois é consensual que um profissional qualificado e capacitado eleva essas chances, contribuindo com a missão institucional de promover a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem temática relevante e a metodologia muito bem estruturada e robusta para atingir os objetivos propostos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória anexados foram os seguintes:

- Folha de rosto: devidamente preenchida e assinada;
- PB de Informações Básicas: de acordo
- Projeto: de acordo

Endereço: Rua Alexandre Herculano - Anexo a Secretaria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu - Bloco E
Bairro: Jardim Veraneio **CEP:** 79.037-280
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3309-6504 **E-mail:** cep.uniderp@uniderp.com.br

ANHANGUERA-UNIDERP



Continuação do Parecer: 6.686.602

- TCLE: de acordo
- Autorizações: de acordo

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O CEP Uniderp está de acordo com a prorrogação da data de coleta e as demais alterações descritas no PB de Informações Básicas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2225347_E1.pdf	06/10/2023 09:08:02		Aceito
Outros	Apendice_C_formularioPE_.pdf	06/10/2023 09:03:18	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_B_roteiro_.pdf	06/10/2023 09:02:08	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_A_TCLE_.pdf	06/10/2023 09:01:17	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	cronograma_cep.pdf	06/10/2023 09:01:00	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Joanne_Oliveira.pdf	06/10/2023 09:00:00	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_instituicao.pdf	03/07/2023 23:07:30	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	Orcamento_financeiro_proprio.pdf	03/07/2023 23:06:16	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Ass.pdf	03/07/2023 23:05:23	JOANNE ROMAO DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Alexandre Herculano - Anexo a Secretaria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu - Bloco E
Bairro: Jardim Veraneio **CEP:** 79.037-280
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3309-6504 **E-mail:** cep.uniderp@uniderp.com.br

ANHANGUERA-UNIDERP



Continuação do Parecer: 6.686.602

CAMPO GRANDE, 05 de Março de 2024

Assinado por:
VANIA CLAUDIA OLIVON
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Alexandre Herculano - Anexo a Secretaria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu - Bloco E
Bairro: Jardim Veraneio **CEP:** 79.037-280
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3309-6504 **E-mail:** cep.uniderp@uniderp.com.br

APÊNDICE B – Autorização da Pesquisa no Campus

26/06/2023 13:09

E-mail de Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Solicitação de autorização de pesquisa



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Solicitações de Pesquisa IFMS <sd.pesquisa@ifms.edu.br>

Solicitação de autorização de pesquisa

Direção Campo Grande <dirge.cg@ifms.edu.br>
Para: Solicitações de Pesquisa IFMS <sd.pesquisa@ifms.edu.br>
Cc: Chefia de Gabinete <gabin.cg@ifms.edu.br>

16 de junho de 2023 às 16:01



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul
Campus Campo Grande

Referência: Autorização para pesquisa _ **Joanne Romão de Oliveira**

A Direção-geral do *Campus* Campo Grande, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os documentos anexados ao processo nº 23347.007052.2023-96

AUTORIZA a pesquisa, no âmbito do *Campus* Campo Grande, intitulada "**COORDENAÇÕES DE CURSOS TÉCNICOS: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM BASE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**", desde que atendidas as recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, para pesquisa com seres humanos no Brasil.

Solicita-se que, após a conclusão da pesquisa, os resultados sejam compartilhados com o *Campus* Campo Grande como forma de devolutiva.

Atenciosamente,

Dejahyr Lopes Junior
Diretor-geral - *Campus* Campo Grande
Rua Taquari nº 831, Santo Antônio, Campo Grande/MS 79100-510
(67) 3357-8504 • [Site](#) • [Facebook](#) • [Youtube](#)

[Texto das mensagens anteriores oculto]

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convidamos o(a) Sr(a) para participar, voluntariamente, da pesquisa do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) intitulada: **“COORDENAÇÕES DE CURSOS TÉCNICOS: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM BASE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Joanne Romão de Oliveira e sob orientação do Professor Doutor Dante Alighieri Alves de Mello, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Este estudo pretende investigar a perspectiva profissional dos coordenadores do *Campus* Campo Grande do IFMS na busca pela integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Este TCLE corresponde à coleta de dados por meio da entrevista semiestruturada. Ao longo da pesquisa, será desenvolvido um Produto Educacional, no formato de *e-book*, abordando o tema: “Coordenações de curso – diálogos entre ensino, pesquisa e extensão”, com o objetivo de auxiliar os coordenadores de curso no planejamento de sua atuação profissional, seguindo a integração do ensino, da pesquisa e da extensão

Para que possamos elaborar o *e-book* com as informações pertinentes, é fundamental consultarmos os participantes da pesquisa e a gestão institucional para que possamos conhecer as principais dúvidas e quais as informações que são consideradas importantes para contribuir nas ações de planejamento e organização do trabalho de coordenador de curso no *campus*.

Este termo será tanto para a coleta de dados como para a aplicação do produto educacional.

A entrevista será realizada individualmente, com previsão de duração de 30 a 60 minutos. Caso o voluntário deseje, a entrevista poderá ser realizada de forma *online* com o uso de aplicativos de *software* de videoconferência (*Zoom*, *Cloud Meetings* ou *Google Meet*). É de responsabilidade da pesquisadora enviar os dados necessários para a participação.

Rubrica responsável – participante

Rubrica pesquisadora

Será utilizado diário de bordo para anotações das respostas. A transcrição será enviada aos participantes para conferência, com o objetivo de validar os dados anotados.

Conforme previsto na Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa (CONEP, 2020), ficarão asseguradas as seguintes proteções: recebimento das informações do estudo de forma clara; ter oportunidade de esclarecer suas dúvidas; ter o tempo que for necessário para a tomada de uma decisão autônoma; ter a liberdade de recusa em participar do estudo; ter a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita; requerer indenização por danos; receber ressarcimento de gastos; ter acesso aos resultados dos exames realizados durante o estudo; ter acesso gratuito pós-estudo ao produto da investigação; ter assegurada a confidencialidade dos seus dados; ter assegurada sua privacidade; e receber uma via do TCLE (assinada e rubricada pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador).

A participação na pesquisa é voluntária, ou seja, o(a) Sr(a) não é obrigado(a) e possui plena autonomia para decidir se participa ou não, bem como retirar sua participação a qualquer momento, se assim desejar. Não terá prejuízo algum caso decida não consentir a participação ou desistir dela. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Possíveis riscos aos participantes: envolve a possibilidade de haver alguma forma de desconforto enquanto os participantes respondem às perguntas. Nesse caso, orienta-se que eles interrompam a coleta de dados. Para minimizar eventuais desconfortos, os participantes também serão informados que a sua identidade e as gravações serão mantidas em sigilo e que somente a pesquisadora terá acesso ao diário de bordo para fins de análises dos dados.

Os dados obtidos serão armazenados pela pesquisadora principal durante cinco anos e depois serão incinerados ou deletados por definitivo após esse período. O TCLE será rubricado em todas as páginas e assinados em duas vias pela pesquisadora e pelo participante, e ambos receberão uma via de cada documento.

Rubrica responsável - participante

Rubrica pesquisadora

Os resultados deste estudo serão utilizados para a construção de um *e-book*

e poderão ser divulgados em eventos científicos, dissertação de mestrado e resumos, sem qualquer identificação dos participantes. Você poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho a qualquer momento.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o participante poderá entrar em contato com a pesquisadora Joanne Romão de Oliveira, pelo telefone (67) 99241-1751 ou e-mail: joanne.oliveira@estudante.ifms.edu.br, endereço Rua Gravatá, 246, Bairro Silvia Regina, Campo Grande-MS, podendo solicitar esclarecimento por telefone, e-mail ou presencialmente. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Anhanguera Uniderp, localizado Avenida Ceará, 333, Campo Grande – MS, podendo obter contato pelo telefone (67) 3348-8025.

Eu li o esclarecimento acima e compreendi o objetivo do estudo e a quais procedimentos serei submetido(a). A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo.

- Aceito participar do estudo.
 Não aceito participar do estudo.

Campo Grande, MS _____ / _____ / _____

Assinatura do Participante

Joanne Romão de Oliveira
Pesquisadora responsável

APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista

Roteiro para entrevista

A entrevista semiestruturada é uma conversação similar a um diálogo, com guião que poderá ser adaptável, flexível e ajustável, conforme o decorrer da entrevista, ao sujeito, as circunstâncias e a interlocução. Teremos as perguntas abaixo previamente pensadas, porém é relevante salientar que, conforme as respostas dos participantes, poderemos fazer questionamentos que não constam neste roteiro para desenvolvimento mais fluido e aprofundado.

DADOS PESSOAIS

1. Sexo
2. Idade
3. Formação
4. Titulação

DADOS PROFISSIONAIS

5. Coordenação em que atua
6. Tempo de função

PERCEPÇÕES SOBRE A TEMÁTICA

7. Qual a sua compreensão sobre o princípio da indissociabilidade?
8. O que você entende como ensino na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica?
9. O que você entende como pesquisa na perspectiva da EPT?
10. O que você entende como extensão na perspectiva da EPT?
11. Que problemas você visualiza hoje na instituição quanto à implementação da indissociabilidade por parte de professores e técnicos?


PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

12. Acredita que a função de coordenador atua nas três áreas (ensino, pesquisa e extensão)?
13. Hoje a sua prática profissional como coordenador (planejamento, organização e execução) integra as áreas de ensino, pesquisa e extensão?
14. Diante do contexto de organização do trabalho, qual a sua percepção sobre o tempo para executar essas atividades de integração?


PRODUTO EDUCACIONAL

15. Caso este tema seja objeto de estudo, quais itens considera relevante ter neste produto?
16. Quais sugestões você daria de produtos educacionais para auxiliar os futuros coordenadores a terem a indissociabilidade como princípio em sua gestão?

APÊNDICE E – Formulário de aplicação do Produto Educacional



**DIALOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:
COORDENAÇÕES DE CURSOS**



Produto Educacional - DIÁLOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Prezado(a)s voluntários(as),

Este formulário tem o intuito de apresentar o e-book:

DIÁLOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:COORDENAÇÕES DE CURSO

O Produto Educacional foi desenvolvido no Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFMS para que possa contribuir no planejamento da atuação profissional dos Coordenadores de Curso seguindo a integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

Convidamos a participar desta pesquisa lendo o Produto Educacional e respondendo o questionário para validação.

Sua contribuição é relevante para esta pesquisa.

Desta forma, este instrumento é composto por 4 seções:

- 1 - Apresentação
- 2 - TCLE
- 3 - Produto Educacional (link)
- 4 - Questionário com nove perguntas distribuídas em cinco categorias:
 - (i) Estética e Aspecto visual;
 - (ii) Conteúdo;
 - (iii) Estilo de Escrita;
 - (iv) Aplicabilidade; e
 - (v) Comentários.

Tempo necessário de dedicação para leitura do e-book e resposta ao questionário, em média 30 minutos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o(a) Sr(a) para participar, voluntariamente, da pesquisa do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) intitulada: **“COORDENAÇÕES DE CURSOS TÉCNICOS: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COM BASE NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL”** sob a responsabilidade da pesquisadora Joanne Romão de Oliveira e sob orientação do Prof. Dr. Dante Alighieri Alves de Mello do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Este estudo pretende investigar a perspectiva profissional dos coordenadores do *Campus* Campo Grande do IFMS na busca pela integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Produto Educacional é fruto dos estudos realizados e sugestões dos voluntários que participaram da entrevista. Consultaremos os participantes da pesquisa e a gestão institucional para que possamos conhecer as principais dúvidas e quais as informações que são consideradas importantes para contribuir nas ações de planejamento e organização do trabalho de coordenador de curso no campus.

Este termo será para a aplicação do produto educacional.

Conforme previsto na Cartilha dos Direitos Dos Participantes De Pesquisa (CONEP, 2020), ficarão asseguradas as seguintes proteções: recebimento das informações do estudo de forma clara; ter oportunidade de esclarecer suas dúvidas; ter o tempo que for necessário para a tomada de uma decisão autônoma; ter a liberdade de recusa em participar do estudo; ter a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita; requerer indenização por danos; receber ressarcimento de gastos; ter acesso aos resultados dos exames realizados durante o estudo; ter acesso gratuito pós-estudo ao produto da investigação; ter assegurada a confidencialidade dos seus dados; ter assegurada sua privacidade; e receber uma via do TCLE (assinada e rubricada pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador).

A participação na pesquisa é voluntária, ou seja, o(a) Sr(a) não é obrigado(a) e possui plena autonomia para decidir se participa ou não, bem como retirar sua participação a qualquer momento, se assim desejar. Não terá prejuízo algum caso decida não consentir a participação ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Possíveis riscos aos participantes: envolve a possibilidade de haver alguma forma de desconforto enquanto os participantes respondem às perguntas. Nesse caso, orienta-se que eles interrompam a coleta de dados. Para minimizar eventuais desconfortos os participantes também serão informados que a sua identidade serão mantidas em sigilo e que somente a pesquisadora terá acesso aos resultados para fins de análises dos dados.

Os dados obtidos serão armazenados pela pesquisadora principal durante cinco anos e depois serão incinerados ou deletados por definitivo após esse período.

Os resultados deste estudo serão utilizados para desenvolvimento da dissertação e poderá ser divulgado em eventos científicos, dissertação de mestrado e resumos, sem qualquer identificação dos participantes. Você poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho a qualquer momento.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa o participante poderá entrar em contato com a pesquisadora Joanne Romão de Oliveira, pelo telefone (67) 99241-1751 ou e-mail: joanne.oliveira@estudante.ifms.edu.br, endereço Rua Gravatá, 246, Bairro Silvia Regina, Campo Grande-MS, podendo solicitar esclarecimento por telefone, e-mail ou presencialmente. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Anhanguera Uniderp, localizado Avenida Ceará, 333, Campo Grande - MS, podendo obter contato pelo telefone (67) 3348-8025.

Eu li o esclarecimento acima e compreendi o objetivo do estudo e a quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo.

Concordo em participar do estudo. *

Sim



DIALOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: COORDENAÇÕES DE CURSOS



Produto Educacional - DIÁLOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

joanne.oliveira@estudante.ifms.edu.br [Mudar de conta](#)



Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

Produto Educacional - DIÁLOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Para acessar o Produto Educacional clique no link abaixo:

https://drive.google.com/file/d/16PgWokX7CldKDvvyRj5xXnSv4PC9-Dr5/view?usp=drive_link

Tempo de leitura: 20 minutos.

Por gentileza, ao finalizar a leitura, solicitamos seguir para seção seguinte e realizar o questionário de validação.

Obrigada.

Leitura do Produto Educacional *

Sim

Formulário para validação do Produto Educacional

1. Quanto à estética e ao aspecto visual:

1.1 Possui clareza, estética e aspecto visual, de modo a facilitar a leitura e *
utilização pelo público-alvo?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 1.1:

Sua resposta

1.2 Promove o diálogo entre a linguagem verbal e visual, apresentando texto
atrativo e de fácil compreensão? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 1.2:

Sua resposta _____

2. Quanto ao Conteúdo:

2.1 Explícita na sua Apresentação a origem, os objetivos e o público alvo? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 2.1:

Sua resposta _____

2.2 Expõe na Introdução o conteúdo que será desenvolvido em seus capítulos? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 2.2:

Sua resposta _____

2.3 Possui conteúdo adequado para auxiliar o desenvolvimento das atividades dos Coordenadores de Curso do Ensino Médio Técnico do *Campus Campo Grande*? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 2.3:

Sua resposta _____

3. Quanto ao Estilo de Escrita:

3.1 Apresenta conceitos, argumentos e explica os termos técnicos? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente

Espaço para justificativa para pergunta 3.1:

Sua resposta _____

3.2 Possui escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e de difícil compreensão? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 3.2:

Sua resposta _____

3.3 Estrutura as ideias facilitando o entendimento do assunto tratado, com textos atrativos que estimulam a aprendizagem do leitor? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 3.3:

Sua resposta _____

4. Quanto à Aplicabilidade:

4.1 Você considera que a institucionalização deste *e-book* no *Campus* poderá contribuir nas atividades de atuação profissional dos Coordenadores de Curso? *

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Espaço para justificativa para pergunta 4.1:

Sua resposta _____

5. Sugestões/Comentários - Caso deseje, deixe aqui suas críticas, comentários e/ou sugestões gerais sobre o Produto Educacional: *

Sua resposta _____

APÊNDICE F – Produto Educacional

DIÁLOGOS ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: COORDENAÇÕES DE CURSOS



Joanne Romão de Oliveira
Dante Alighieri Alves de Mello



Acesse gratuitamente o produto educacional resultante desta pesquisa por meio do link ou QR Code abaixo:

educapes.capes.gov.br/handle/capes/917921

